



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências
– Campus de Marília –
Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação



JULIANA VENANCIO ANÇANELLO

SUBSÍDIOS DO DIGCOMP E DO MIL PARA O COMBATE À DESINFORMAÇÃO E ÀS *FAKE NEWS*



MARÍLIA

2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências
– Campus de Marília –
Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação



JULIANA VENANCIO ANÇANELLO

SUBSÍDIOS DO DIGCOMP E DO MIL PARA O COMBATE À DESINFORMAÇÃO E ÀS *FAKE NEWS*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Helen de Castro Silva Casarin



MARÍLIA

2023

A538s	Ançanello, Juliana Venancio Subsídios do DigComp e do MIL para o combate à desinformação e às fake news / Juliana Venancio Ançanello. -- Marília, 2023 127 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientadora: Helen de Castro Silva Casarin 1. Fake news. 2. Desinformação. 3. Competência Digital. 4. Competência Midiática e Informacional. 5. Competência em Informação. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Impacto potencial desta pesquisa

O impacto potencial desta pesquisa para a sociedade em âmbito sociocultural e científico pode ser relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 10. Referente ao ODS 4 – “Educação de Qualidade”; espera-se contribuir com a meta 4.7: “Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”. O ODS 10 – “Redução das Desigualdades”, meta 10.2: “Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra”. De modo geral, espera-se que a presente dissertação contribua para o desenvolvimento de novas competências adequadas à conjuntura atual para que o uso das TDIC seja fundamentado em conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à criticidade e que pondere a explosão de informações falsas. Além disso, esta pesquisa busca contribuir com a Ciência da Informação e com a linha de pesquisa Produção e Organização da Informação, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Unesp de Marília, ao propor novas abordagens de Mosaico de Competências e a análise dos documentos DigComp e MIL em conjunto para adaptá-los à realidade brasileira.

Potential impact of this research

The potential impact of this research on society in the sociocultural and scientific scope can be related to Sustainable Development Goals (SDG) 4 and 10. Referring to SDG 4 – “Quality Education”; it is expected to contribute to target 4.7: “By 2030, ensure that all students acquire the knowledge and skills necessary to promote sustainable development, including, inter alia, through education for sustainable development and sustainable lifestyles, human rights, gender equality, promotion of a culture of peace and non-violence, global citizenship and appreciation of cultural diversity and the contribution of culture to sustainable development”. SDG 10 – “Reducing Inequalities”, target 10.2: “Empower and promote the social, economic and political inclusion of all, regardless of age, gender, disability, race, ethnicity, origin, religion, economic or other status”. In general, it is expected that this dissertation will contribute to the development of new skills appropriate to the current situation so that the use of DICT is based on knowledge, skills and attitudes aimed at criticality and that ponders the explosion of false information. In addition, this research seeks to contribute to Information Science and to the line of research Production and Information Organization, of the Postgraduate Program in Information Science (PPGCI) of Unesp - Marília, by proposing new approaches of Multiliteracies Mosaic and the analysis of the DigComp and MIL documents together to adapt them to the Brazilian reality.

JULIANA VENANCIO ANÇANELLO

SUBSÍDIOS DO DIGCOMP E DO MIL PARA O COMBATE À DESINFORMAÇÃO E ÀS *FAKE NEWS*

Dissertação apresentada ao programa Ciência da informação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.
Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dra. Helen de Castro Silva Casarin
Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Profa. Dra. Adriana Rosecler Alcará
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Prof. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Marília, 31 de março de 2023.

Para minha avó Isaura (*in memoriam*), a pessoa que me fez gostar de ler, mesmo não tendo a oportunidade de estudar. Uma mulher à frente de seu tempo por respeitar quem quer que fosse e ser bondade, amor e força em meio a uma sociedade cruel e insensível. Vó, você me inspira a buscar um mundo mais justo e mais bonito para todas, todos e todes.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um dos sentimentos mais bonitos e por mais que eu pudesse escrever incontáveis páginas em agradecimento

a realização de um sonho que não é só meu, ainda não seria suficiente.

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu pai, Julio Cezar Ançanello, por sempre acreditar nos meus sonhos e me apoiar incondicionalmente. Aos meus avós (*in memoriam*), Isaura Furlaneto Ançanello e Durvalino Ançanello, que infelizmente não estão presentes neste momento tão feliz da minha vida, mas que estarão para sempre no meu coração. Aos meus tios, Vanderlei Ançanello e Maria Ângela Ribeiro, principalmente pelos conselhos durante a reta final do mestrado.

Agradeço imensamente ao meu companheiro, Gustavo Bárrios, por me incentivar a me candidatar ao processo seletivo, por ser um ombro amigo que pude chorar durante esses dois anos e por ser a pessoa que revisou meus gráficos e as porcentagens (que sempre me deixam aflita). É incrível saber que vou envelhecer e evoluir ao seu lado.

Às amigas antigas Beatriz Rosa Pinheiro, Ricardo Osawa, Eliabner Grespi, Lucas da Silva, Juliana Moretti, Lucilene Messias, Roberta Praxedes e Arthur Lancelotte sou grata por todo o incentivo e pelas risadas compartilhadas que tornaram meus dias mais leves. Agradeço também às novas amigas, que nem imaginei que faria dado o ensino remoto. Agradecimento especial às amigas Sônia Matos Moutinho, Jéssyca Santos, Simone Ulian e Valdirene Pascoal. Fico imensamente feliz de ver mulheres incríveis fazendo Ciência e por ter partilhado conversas, reflexões, risadas, desesperos e, sobretudo, pelo apoio de vocês.

Agradeço imensamente à minha orientadora Profa. Dra. Helen de Castro Silva Casarin, por toda a paciência, orientação e dedicação.

Gratidão à Profa. Dra. Adriana Rosecler Alcará e à Profa. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival pelas contribuições feitas no Exame de qualificação. E, novamente, pelo aceite em participar da Banca Examinadora.

Agradeço aos professores e funcionários da FFC, por todo o acolhimento e aprendizagem. Agradeço ao Grupo de Pesquisa “Comportamento e competência informacionais” pelas trocas e discussões durante as reuniões.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Gratidão imensa às pessoas que lutam pela Ciência!

O meu sonho fundamental é pela liberdade que me estimula a brigar pela justiça, pelo respeito do outro, respeito à diferença, ao direito que o outro tem de ser ele ou ela mesma. Quer dizer, o meu sonho é que inventemos uma sociedade menos feia do que a nossa de hoje. Menos injusta.

(Paulo Freire)

RESUMO

O ciberespaço ressignificou os processos informacionais, transformando o cidadão em produtor e consumidor da informação, além de ser propício à falta de confiabilidade e à manipulação da informação. O uso das redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas vêm sendo instrumentalizados para revigorar desinformação e *fake news*. Estes fenômenos, que não são recentes, mas ganharam os holofotes desde 2016, atacam os pilares fundamentais da Democracia. Esta conjuntura revela uma problemática relevante à Ciência da Informação e aos profissionais da área. Destacam-se os esforços da Competência em Informação, Competência Digital e Competência Midiática e Informacional para o enfrentamento da desinformação e das *fake news* que propiciam o desenvolvimento de competências voltadas ao cunho analítico e reflexivo sobre as informações disponibilizadas no ciberespaço, indo além do mero domínio tecnológico. Teve como objetivo principal investigar quais são as diretrizes propostas pelos documentos *Digital Competence Framework for Citizens* e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely* para preparar os indivíduos contra a desinformação e as *fake news*. Realizou-se o mapeamento sistemático da literatura entre 2018 - 2022 a fim de proporcionar um panorama geral das áreas temáticas Competência Digital e Competência Midiática e Informacional relacionadas ao combate de *fake news* e desinformação. Dentre os resultados obtidos, foram selecionados 39 artigos pertinentes. Verificou-se que houve um aumento significativo de publicações no período analisado e que os principais enfoques temáticos das publicações que relacionam a Competência Digital com a desinformação e às *fake news* são: as transformações político-sociais, a democracia e o contexto educacional. Os principais enfoques dos artigos que abordam a Competência Midiática e Informacional relacionada à desinformação e *fake news* são: contexto educacional, fact checking e a atuação dos profissionais da informação. Aplicou-se a Análise de Conteúdo, especificamente a análise categorial aos documentos: *Digital Competence Framework for Citizens* e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely*. Foram criadas seis categorias a posteriori com 14 inferências, baseadas na observação de pontos relevantes identificados no referencial teórico e na leitura completa dos documentos analisados. As categorias definidas para análise são: conceitos-chave; avaliação da informação; habilidades, conhecimentos e atitudes; aspectos de manipulação; *bots* e Inteligência Artificial e empoderamento. O *Digital Competence Framework for Citizens* apresenta seis das 14 inferências e o *Media and Information Literate Citizens* 12 inferências. Evidencia-se que o primeiro framework é mais voltado à tecnologia e tem mais diretrizes voltadas ao entendimento de questões relacionadas à Inteligência Artificial, enquanto o segundo framework apresenta diretrizes mais focadas na manutenção dos Direitos Humanos e da cidadania global. Conclui-se que os documentos são complementares e oferecem um conjunto de referenciais conceituais, pedagógicos e de estratégia-ação que oferecem elementos norteadores para ações de preparação dos indivíduos para lidarem com a desinformação e *fake news*, embora o segundo framework abranja mais inferências. É imprescindível que profissionais da informação sejam proativos em relação aos fenômenos, além de conhecer, analisar e criticar os referenciais disponíveis para que desenvolvam estratégias fundamentadas na integração de diferentes competências a fim de preparar os sujeitos para ciberespaço.

Palavras-chave: Fake news. Desinformação. Competência Digital. Competência Midiática e Informacional. Competência em Informação.

ABSTRACT

Cyberspace has given a new meaning to informational processes, transforming citizens into producers and consumers of information, and it is a space conducive to unreliability and manipulation of information. The use of social media and instant messaging applications has been instrumentalized to reinvigorate disinformation and fake news. These phenomena, which are not recent but have gained the spotlight since 2016, attack the fundamental pillars of Democracy. This conjuncture reveals a problem relevant to Information Science and professionals in the area. The efforts of Information Literacy, Digital Literacy and Media and Informational Literacy stand out to face disinformation and fake news that favor the development of competences focused on the analytical and reflective nature of the information made available in cyberspace, going beyond the mere technological domain. Its main objective was to investigate the guidelines proposed by the documents Digital Competence Framework for Citizens and Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely to prepare individuals against disinformation and fake news. A systematic mapping of the literature between 2018 - 2022 was conducted to provide an overview of the thematic areas Digital Literacy and Media and Information Literacy related to the fight against fake news and disinformation. Among the results obtained, 39 relevant articles were selected. It was found that there was a significant increase in publications in the analyzed period and that the main thematic focuses of publications that relate Digital Literacy with disinformation and fake news are: political and social transformations, democracy, and the educational context. The main focuses of the articles that address Media and Information Literacy related to disinformation and fake news are: educational context, fact checking and the performance of information professionals. Content Analysis was applied, specifically categorical analysis to the documents: Digital Competence Framework for Citizens and Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely. Six categories were created a posteriori with 14 inferences, based on the observation of relevant points identified in the theoretical framework and on the complete reading of the analyzed documents. The Digital Competence Framework for Citizens presents six of the 14 inferences and the Media and Information Literate Citizens 12 inferences. It is evident that the first framework is more focused on technology and has more guidelines aimed at understanding issues related to Artificial Intelligence, while the second framework presents guidelines more focused on the maintenance of Human Rights and global citizenship. It is concluded that the documents are complementary and offer a set of conceptual, pedagogical, and strategy-action references that offer guiding elements for actions to prepare individuals to deal with misinformation and fake news, although the second framework encompasses more inferences. It is imperative that information professionals are initiative-taking in relation to phenomena, in addition to knowing, analyzing, and criticizing the references available so that they can develop strategies based on the integration of different skills to prepare individuals for cyberspace.

Keywords: Fake news. Disinformation. Digital Literacy. Media and Information Literacy. Information Literacy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - COMPILADO DE ALGUNS EXEMPLOS DE FAKE NEWS VERIFICADAS PELA AGÊNCIA LUPA (JANEIRO DE 2023).....	35
FIGURA 2 - COMPILADO DE ALGUNS EXEMPLOS DE FAKE NEWS VERIFICADAS PELA AGÊNCIA LUPA (2022)	36
FIGURA 3 - COMPILADO DE ALGUNS EXEMPLOS DE FAKE NEWS VERIFICADAS PELA AGÊNCIA LUPA (2021)	38
FIGURA 4 - MODELO DE REFERÊNCIAS CONCEITUAL DIGCOMP 2.2.....	55
FIGURA 5 - ÁREAS DE COMPETÊNCIA DIGCOMP	56
FIGURA 6 - EXEMPLO DIMENSÕES E NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA DIGCOMP 2.2	57
FIGURA 7 - CINCO LEIS DA COMPETÊNCIA MIDIÁTICA E INFORMACIONAL	61
FIGURA 8 - ECOLOGIA DA COMPETÊNCIA MIDIÁTICA E INFORMACIONAL	62
FIGURA 9 - ELEMENTOS CHAVE DA COMPETÊNCIA MIDIÁTICA E INFORMACIONAL MIL 2021	63
FIGURA 10 - CAPA DIGCOMP	68
FIGURA 11 - CAPA MIL	70
FIGURA 12 - EXEMPLO DE USO DO RECURSO TACHADO NA EXPRESSÃO “FAKE NEWS” NO MIL	83

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - USUÁRIOS BRASILEIROS DE INTERNET POR FAIXA ETÁRIA 2021.....	42
GRÁFICO 2 - USUÁRIOS DE INTERNET, POR ATIVIDADES MULTIMÍDIA REALIZADAS ONLINE (2019, 2021)	43
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DE CD E CMI COM ENFOQUE EM FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO ENTRE 2018 E 2022.....	75
GRÁFICO 4 - QUANTIDADE DE ARTIGOS POR ENFOQUE TEMÁTICO - CD.....	76
GRÁFICO 5 - QUANTIDADE DE ARTIGOS POR ENFOQUE TEMÁTICO - CMI	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - TIPOS DE DESINFORMAÇÃO	26
QUADRO 2 - CAUSAS DA DESINFORMAÇÃO	27
QUADRO 3 - PROTOCOLO DE MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DE LITERATURA.....	66
QUADRO 4 - UNIDADES DE REGISTRO PARA ANÁLISE DIGCOMP E MIL: ANÁLISE INICIAL	72
QUADRO 5 - CATEGORIAS DE ANÁLISE E RESPECTIVAS INFERÊNCIAS	73
QUADRO 6 – EXEMPLO: QUADROS SÍNTESE DE CATEGORIAS DE ANÁLISE.	74
QUADRO 7 - SÍNTESE DA ANÁLISE DA CATEGORIA 1: CONCEITOS CHAVE	82
QUADRO 8 - SÍNTESE DA ANÁLISE DA CATEGORIA 2: AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	84
QUADRO 9 - SÍNTESE DA ANÁLISE DA CATEGORIA 3: HABILIDADES, CONHECIMENTOS E ATITUDES	86
QUADRO 10 - APONTAMENTOS DO DIGCOMP PARA O COMBATE À DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS.....	87
QUADRO 11 - SÍNTESE DA ANÁLISE DA CATEGORIA 4: ASPECTOS DE MANIPULAÇÃO	89
QUADRO 12 - DIRETRIZES QUE RELACIONAM EMOÇÕES NEGATIVAS A GANHOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE CLIQUES - MIL	90
QUADRO 13 - DIRETRIZES RELACIONADAS A VERIFICAR DISCURSO DE ÓDIO E PRECONCEITO - MIL	92
QUADRO 14 - SÍNTESE DA ANÁLISE DA CATEGORIA 5: BOTS E IA.....	94
QUADRO 15 - DIRETRIZES VOLTADAS AO ENTENDIMENTO À INFLUÊNCIA DA IA NA DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO NO DIGCOMP	95
QUADRO 16 - DIRETRIZES VOLTADAS AO ENTENDIMENTO À INFLUÊNCIA DA IA NA DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO NO MIL	98
QUADRO 17 - SÍNTESE DA ANÁLISE DA CATEGORIA 6: EMPODERAMENTO	100
QUADRO 18 - SÍNTESE DA ANÁLISE DIGCOMP E MIL.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ACRL	<i>Association of College and Research Libraries</i>
AL	Agência Lupa
ALA	<i>American Library Association</i>
AM	Alfabetização Midiática
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CD	Competência Digital
CE	Comissão Europeia
CI	Ciência da Informação
CL	<i>Computer Literacy</i>
CMI	Competência Midiática e Informacional
ColInfo	Competência em Informação
DigComp	<i>Digital Competence Framework for Citizens</i>
IA	Inteligência Artificial
IFCN	International Fact-Checking Network
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IL	<i>Information Literacy</i>
JRC	Joint Research Centre
MIL	<i>Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely</i>
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WoS	<i>Web of Science</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS	21
1.1.2	<i>Objetivos Específicos</i>	22
2	O OBJETIVO É ENGANAR: DESINFORMAÇÃO E <i>FAKE NEWS</i>	23
2.1	DESINFORMAÇÃO	23
2.2	<i>FAKE NEWS</i>	28
2.2.1	<i>Exemplos de Fake News no contexto brasileiro</i>	33
3	MOSAICO DE COMPETÊNCIAS	44
3.1	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	44
3.2	COMPETÊNCIA DIGITAL	51
3.3	COMPETÊNCIA MIDIÁTICA E INFORMACIONAL	57
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	65
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	65
4.2	PROCEDIMENTOS PARA O MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DE LITERATURA	66
4.3	PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL	68
4.4	TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	71
5	MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DE LITERATURA	75
5.1	COMPETÊNCIA DIGITAL, DESINFORMAÇÃO E <i>FAKE NEWS</i> E DESINFORMAÇÃO	75
5.2	COMPETÊNCIA MIDIÁTICA E DESINFORMAÇÃO E <i>FAKE NEWS</i>	78
6	ANÁLISES DOS REFERENCIAIS DIGCOMP E MIL	82
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO

O uso de dispositivos tecnológicos tem impactado todas as áreas da sociedade. As particularidades do ambiente Web, bem como o desenvolvimento de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), somado ao crescente uso das redes sociais e *apps* de mensagens instantâneas acompanham transformações em que o indivíduo assume o papel de consumidor e de produtor da informação (FURNIVAL; SANTOS, 2019), simultaneamente. Esse ambiente virtual, o ciberespaço, marcado pelo conteúdo infinito e pela conexão permanente que, para além do excesso informacional, é propício para falta de confiabilidade da informação e manipulação.

Relatórios como o “*Digital in 2023 - Brazil*” (DATAREPORTAL, 2023) e “*TIC Domicílios 2021*” (CETICBR, 2022) descrevem a população brasileira como altamente conectada à Internet, TDIC, redes sociais e *apps* de mensagem instantânea. Mesmo que o acesso seja desigual, principalmente quanto à classe social e localização dos indivíduos, foi apontado que em janeiro de 2023 o número de usuários de Internet no país atingiu a marca de 181.8 milhões de pessoas, isto é, 84.3% da população e, em contrapartida, 33.97 milhões (15,7%) permaneceu à margem do acesso ao ciberespaço (DATAREPORTAL, 2023).

Em janeiro de 2022, a quantidade de usuários de Internet no Brasil era de 165,3 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 77% da população; houve um aumento de 9,9%, que corresponde a 16,5 milhões de novos usuários nesse curto período (DATAREPORTAL, 2023). Até janeiro de 2023, o número de brasileiros nas redes sociais no país era de 152,4 milhões de pessoas; 116 milhões de usuários no *Facebook*, 142 milhões de usuários no *YouTube*, 113,5 milhões no *Instagram*, 108,4 milhões no *Whatsapp*, *Tiktok* com 82,21 milhões, *LinkedIn* com 59 milhões de usuários e *Twitter*, 24.3 milhões (DATAREPORTAL, 2023).

Ainda segundo o relatório “*Digital in 2023 – Brazil*” (DATAREPORTAL, 2023), a principal razão pela qual usuários entre 16 e 64 anos usaram a internet foi a busca por informação (77,6%). O “*TIC Domicílios 2021*” (CETICBR, 2022) aponta que 81% da população brasileira com idade igual ou maior a 10 anos usa a Internet, ou seja, cerca de 148 milhões de indivíduos, à época da coleta de dados da referida pesquisa. Os resultados do estudo também evidenciaram que pela primeira vez a saúde pública foi a categoria de serviço público mais buscada e que 50% dos pesquisados afirmou ter usado a Internet para procurar informações sobre saúde ou serviços relacionados

à saúde (CETICBR, 2022). Constatou-se ainda que as atividades de comunicação utilizando a Internet, TDIC e redes sociais era alta: 93% dos usuários trocaram mensagens instantâneas e 81% fizeram uso de redes sociais (CETICBR, 2022).

O uso do *Twitter*, por exemplo, tem servido como estratégia de comunicação de diferentes governos. Segundo Macagno (2022), os tweets de chefes de Estado podem ser usados para definir uma linguagem e cultura política que é exclusiva e excludente. Assim, são criadas narrativas de desinformação vinculadas a um determinado posicionamento político-ideológico (CARVALHO; CASTRO; SCHNEIDER, 2021).

Fake news e desinformação, ainda que não sejam fenômenos recentes (FALLIS, 2015), ganharam os holofotes desde meados de 2016 e vêm sendo ressignificados, além de impactarem a sociedade a partir do excesso informacional. Santos-D'Amorim e Miranda (2021) salientam que a desinformação e suas derivações ocorrem a partir da intenção de enganar, de fomentar crenças falsas propositalmente. Evidencia-se que é preciso investigar os aspectos multifacetados dos níveis e dos tipos em que o fenômeno se apresenta para que se possa de fato compreendê-lo, além de inferir que suas possíveis motivações abrangem aspectos financeiros, políticos, sociais e/ou psicológicos (HELLER; JACOBI; BORGES, 2021).

Atributos intencionalmente falsos, enganosos e sem compromisso com informações factuais são característicos das *fake news*, somados à mimetização do texto jornalístico (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; LAZER et al., 2018). Tensões sociais pré-existentes e estereótipos negativos sobre grupos marginalizados e minorizados são instrumentalizados para gerar o pânico moral (THOMPSON, 2014) criando uma ameaça performática aos valores e interesses “tradicionais” de uma dada sociedade (COHEN, 1972).

A falta de confiabilidade das informações disseminadas na Internet, principalmente pelas redes sociais e apps de mensagem instantânea, revela a problemática desses ambientes; dado que permitem a circulação de desinformação e *fake news* numa escalabilidade nunca vista, causando assim, dificuldade e confusão nos indivíduos, pois informação factual e não factual são parte desse ambiente em uma conjuntura de superabundância informacional.

As *fake news* são parte do cotidiano, assumindo um papel ameaçador já que são instrumentos de manipulação, resultando na desinformação como uma forma de ataques à democracia contra seus pilares fundamentais de cidadania, igualdade,

liberdade e a legitimidade em lutar e exigir direitos (CHAUÍ, 2012). O que influencia as relações em sociedade, em nível individual e coletivo, já que as esferas política, econômica e social assumem também uma dimensão informacional.

As redes sociais ganharam status de fontes de informação mesmo que tenham confiabilidade questionável (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2021). A decisão política do Reino Unido de sair da União Europeia, apelidada de *Brexit* (de *Britain* e *Exit*)¹, e a eleição de Donald Trump² para presidente dos Estados Unidos da América são eventos simbólicos do poder da desinformação e das *fake news*. É possível ilustrar a influência desses fenômenos no Brasil, a partir do posicionamento político-ideológico contrário às medidas de combate à Covid-19 propostas e defendidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) por parte do ex-presidente, Jair Bolsonaro, e seus apoiadores³; bem como os atentados terroristas de 08 de janeiro de 2023, em que uma horda de apoiadores do ex-presidente invadiu e depredou as sedes dos Três Poderes, em Brasília-DF, como forma de retaliação pela não reeleição do ex-mandatário através do sistema de votação de urnas eletrônicas no país⁴. Ambos os fenômenos são instrumentos significativos de manipulação já que induzem que os processos de tomada de decisão, formação de opinião e construção de conhecimento sejam baseados em emoções, crenças pessoais e preconceitos, ao invés de informações factuais.

Nessa conjuntura de conexão permanente em que o compartilhamento de informação é ininterrupto e frenético, recai uma problemática relevante para CI, ao evidenciar novas demandas e desafios para pesquisadores. Observa-se que há uma dinâmica que favorece a desinformação e viabiliza a criação de armadilhas informacionais (GERONIMO; CUEVAS CERVERÓ; OLIVEIRA, 2022), portanto é fundamental que os indivíduos possuam habilidades de avaliar tanto as fontes, quanto

¹ “[...] O referendo do *Brexit* em junho de 2016 inaugurou a era das *fake news* e foi realizado em meio a um desencanto geral da população com seu sistema político, após anos de austeridade imposta pela crise financeira.” (MIGUEL, 2020, não paginado).

² “Trump é o principal expoente da política da “pós-verdade” – uma confiança em afirmações que “parecem verdadeiras”, mas não têm base em fatos. Sua ousadia não é punida, mas foi tomada como prova de sua disposição de enfrentar o poder da elite” (THE ECONOMIST, 2016, não paginado).

³ “O presidente Jair Bolsonaro usou parte considerável de sua transmissão ao vivo nas redes sociais nesta quinta-feira 6 para, mais uma vez, desestimular a vacinação de crianças contra a Covid-19. Ele também elevou o tom dos ataques contra a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que avalizou a imunização dessa faixa etária.” (CARTA CAPITAL, 2022, não paginado).

⁴ Extremistas bolsonaristas vandalizaram as sedes dos Três Poderes em Brasília. “‘Festa da Selma’ foi o código usado por grupos golpistas em trocas de mensagens, na conspiração para tomar o poder” (FANTASTICO, 2023, não paginado).

as informações. Logo, discussões acerca dos conceitos de Competência em Informação, Competência Digital e Competência Midiática e Informacional tornam-se relevantes nesse contexto, dado que as TDIC, redes sociais e apps de mensagem instantânea redefiniram e alteram como os indivíduos lidam com a informação.

Na área da Ciência da Informação (CI), tradicionalmente destacam-se os esforços da Competência em Informação (CoInfo) para a construção de um arcabouço teórico e de ação para o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes direcionados à identificação de necessidades informacionais, à busca, avaliação e uso pautados na qualidade e veracidade da informação e de suas fontes, ao passo que também atenta a seus aspectos éticos, legais e econômicos da informação. Aponta-se que as mudanças proporcionadas pela Web, TDIC e redes sociais relacionadas principalmente ao acesso à informação demonstram a relevância da CoInfo (DUDZIAK, 2003; BELLUZZO, 2021). Entretanto, também é possível constatar que conceitos de informação abarcadas por muitas definições da CoInfo não abrangem um ponto crucial dos suportes informacionais: sua essência dinâmica (MURAWSKI et al., 2019; SHABANI; KESHAVERZ, 2021).

Por conseguinte, apontam-se convergências entre a Competência em Informação, a Competência Digital (CD) e a Competência Midiática e Informacional (CMI), devido à expansão do entendimento de competência para além da capacidade de interação com meios tecnológicos, digitais, midiáticos e informacionais, especialmente quanto ao fomento do cunho analítico para a reflexão quanto às informações disponibilizadas pela Web, redes sociais e TDIC. Há o enfoque na CD e CMI posto que as competências incorporam elementos que desenvolvem a criticidade direcionada à informação, mídia e tecnologias digitais. Em síntese, pode-se compreender Competência Digital como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao domínio tecnológico (SILVA; BEHAR, 2019) e a Competência em Mídia e Informação, relaciona habilidades, conhecimentos e atitudes acerca do universo midiático (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2020). Assim, entende-se que tanto a CoInfo quanto a CD e CMI podem desempenhar um papel significativo no combate à desinformação e *fake news*.

Diante dos fenômenos, pretende-se investigar quais elementos dos documentos *Digital Competence Framework for Citizens* (DigComp) (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022) e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely* (MIL) (GRIZZLE et al., 2021) são voltados para o enfrentamento da

desinformação e das *fake news*. Ambos os referenciais resultam dos esforços sistemáticos, por parte da Comissão Europeia (DigComp) e da Unesco (MIL), para o desenvolvimento de políticas e estratégias relacionadas à promoção da educação e aprendizagem ao longo da vida voltadas à compreensão analítica de fenômenos informacionais quanto às mídias e dispositivos digitais, compreendidos como requisitos fundamentais para o cidadão no século XXI. A escolha dos documentos é justificada pelo histórico de pesquisas e promoção de Competência Digital pela Comissão Europeia e de Competência Midiática e Informacional pela UNESCO, esforços coletivos que resultaram no DigComp e Mil, respectivamente.

O Projeto DigComp, iniciado em 2010, apresentou sua primeira publicação em 2014 e sua versão atualizada é a de 2022, *DigComp 2.2: The Digital Competence Framework for Citizens - With new examples of knowledge, skills and attitudes* (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022). A União Europeia (UE) desenvolve pesquisas voltadas ao melhor uso das TDIC para cidadania, educação e desenvolvimento de competências necessárias ao século XXI. Há uma abordagem direcionada a novos requisitos de competências (por exemplo, competência digital) desde 2005. Tecnologias emergentes, desinformação e *fake news* são apontadas como os principais fatores para a atualização do documento. Salienta-se que o DigComp é um elemento essencial para o planejamento de qualificação digital da população europeia e para o desenvolvimento de um Certificado Europeu de Competências Digitais (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022).

O MIL teve sua primeira publicação em 2011 e é fruto da estratégia da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de disseminar a Competência Midiática e Informacional como fundamental para os cidadãos do século XXI (GRIZZLE et al., 2021). O documento aborda questões referentes a competências em informação, midiática e digital. A versão mais recente, publicada em 2021, conta com atualizações pertinentes a desinformação e *fake news*, Inteligência Artificial e aumento do discurso de ódio *online*. Há uma relação direta com as implicações resultantes da infodemia⁵, que demonstrou o papel da informação factual como primordial à manutenção da democracia (GRIZZLE et al., 2021).

⁵ Corresponde à superabundância de informações que ocorre durante uma epidemia. O uso inicial do termo foi em 2003, ao traçar um paralelo entre como a informação (factual ou não) se espalha entre as pessoas de modo semelhante a uma epidemia (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

Espera-se que a análise destes referenciais possa servir de subsídio aos profissionais da informação, especialmente bibliotecários, que também devem ter um posicionamento em relação à circulação de informações no ciberespaço. Exigindo, assim, novas estratégias, posto que ambos os fenômenos, desinformação e *fake news*, podem e são utilizados para a manipulação ao induzir o cidadão a perder a razão, a lógica e a criticidade (ARAÚJO, 2021).

Dada a gravidade das consequências que as *fakes news* e a desinformação geraram, geram e podem gerar, busca-se, através da análise de dois documentos publicados por fóruns oficiais e mundialmente respeitados, a saber o “*Digital Competence Framework for Citizens*” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022) pela CE, e o “*Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely*” (GRIZZLE et al., 2021) pela UNESCO, verificar se as diretrizes propostas pelos documentos são eficazes para o combate à desinformação e as *fake news*, visto que ambos se propõem a fomentar a criticidade do cidadão em relação à informação, mídia e dispositivos tecnológicos.

Dessarte, apresentam-se os questionamentos: as diretrizes propostas pelos documentos selecionados contemplam como a problemática da desinformação e *fake news* ocorre no ciberespaço? Tais instrumentos podem ser adaptados e utilizados no contexto brasileiro de desinformação enquanto instrumento de combate à manipulação social? É possível propor recomendações fundamentadas nos documentos analisados que se enquadrem no contexto do Brasil?

Acredita-se que a relevância deste trabalho consiste em contribuir para a discussão acerca das relações entre a Competência Digital e Competência Midiática e Informacional como necessárias ao fomento da avaliação, uso e apropriação da informação, dispositivos tecnológicos e mídias. O que no cenário de desinformação e *fake news* empregadas deliberadamente para atingir fins escusos e que, por muitas vezes, objetivam desmantelar a Democracia, disseminar ódio contra grupos minorizados e ferir Direitos Humanos, torna-se imprescindível trabalhar com esse Mosaico de Competências (MARZAL, 2020) a fim de garantir uma participação social legítima.

A análise dos documentos, DigComp e MIL, pode servir de subsídio aos profissionais da informação, especialmente a pessoa bibliotecária, para auxiliar suas práticas voltadas ao combate à desinformação e *fake news*. Ambos os documentos ainda não possuem tradução em Português e o idioma pode ser uma barreira para a

leitura, análise, interpretação e adaptação dos documentos. Além disso, a análise comparativa a partir do contexto brasileiro pode beneficiar esses profissionais a compreender quais diretrizes podem ser mais bem aplicadas e adaptadas no contexto específico da unidade de informação em que atua e até mesmo como trabalhar essas diretrizes no ciberespaço, sem necessariamente se restringir ao espaço físico da unidade. Dado que o país apresenta dimensões continentais e que cada região, estado e até mesmo bairros de uma mesma cidade apresentam especificidades socioculturais. A análise comparativa das diretrizes dos documentos atrelada a um panorama ilustrativo das tensões sociais e do pânico moral (THOMPSON, 2014) já existentes no país dos últimos anos, podem auxiliar a pessoa bibliotecária em suas práticas. Sobretudo, quanto ao fomento à cidadania, respeito à diversidade e aos Direitos Humanos e na informação factual para a manutenção da Democracia.

Dessa forma, justifica-se que a análise de ambos os documentos, com foco nas diretrizes acerca de *fake news* e desinformação, pode servir de subsídio para o desenvolvimento de novas competências adequadas à conjuntura atual para que o uso das TDIC, redes sociais e *apps* de mensagem instantânea sejam fundamentados em conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à criticidade e que pondere a explosão de informações falsas. Vale ressaltar que o resultado desta pesquisa poderá também se constituir em material para novos estudos e iniciativas em prol da aprendizagem ao longo da vida, pertinente ao desenvolvimento das competências informacional, midiática e digital enquanto Mosaico de Competências e, também, no desenvolvimento de estudos dessas competências para o enfrentamento da desinformação e *fake news*.

1.1 Objetivos

A presente pesquisa propõe os seguintes objetivos:

1.1.1 Objetivo Geral

Verificar como os referenciais *Digital Competence Framework for Citizens* (Competência Digital) e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely* (Competência Midiática e Informacional) abordam o enfrentamento dos fenômenos das *fake news* e da desinformação.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Realizar o Mapeamento Sistemático do panorama de pesquisas recentes que relacionam desinformação e *fake news* à Competência Digital e Competência Midiática e Informacional;
- Analisar as diretrizes dos documentos *Digital Competence Framework for citizens* (Competência Digital) e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely* (Competência Midiática e Informacional) para o combate às *fake news* e desinformação;
- Comparar os documentos buscando evidenciar as convergências e divergências.

2 O OBJETIVO É ENGANAR: DESINFORMAÇÃO E *FAKE NEWS*

Esta seção apresentará conceitos e abordagens teóricas acerca dos fenômenos de desinformação e *fake news* já que ambos estão relacionados, sendo até mesmo confundidos. Incluem-se aqui estudos sobre estratégias e mecanismos de manipulação das *fake news*. Serão abordadas as origens da desinformação e *fake news*, que precedem as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), redes sociais e *apps* de mensagem instantânea; diferentes definições e consequências político-sociais decorrentes desses fenômenos. Pretende-se apresentar uma sistematização das principais abordagens recorrentes sobre desinformação e *fake news*, que é resultado de uma revisão de literatura.

2.1 Desinformação

A desinformação não é um fenômeno novo e a linha do tempo do uso de informações enganosas a serviço de disputas de poder começa muito antes da Web, TDIC e redes sociais. No Império Romano, 44 a. C., Octavio empreendeu uma campanha de propaganda (de informações falsas) contra Marco Antônio projetada especificamente para manchar sua reputação quando conheceu Cleópatra (POSETTI; MATTHEWS, 2018); sonetos afixados em estátuas na Itália tinham o propósito de influenciar escolhas de Papas Católicos; ilustrações, cantigas, poemas e sátiras desestabilizaram reinados franceses (DARNTON, 2017). E institucionalmente, a veiculação de informações manipuladas/falsas/fora de contexto sustentou ditaduras, guerras e discurso de ódio contra grupos minorizados muito antes da Internet.

Boatos e mentiras sempre ocuparam um lugar de destaque na história da humanidade. À título de exemplo, pasquins e gazetas na Europa do século XVIII dependiam da produção de notícias falsas, semi falsas, descontextualizadas tanto quanto de informações verdadeiras ocasionais, mas que de alguma forma poderiam ser prejudiciais à reputação de alguém (DARNTON, 2017). No século seguinte, pode-se destacar a publicação do jornal *New York Sun* em 1835, intitulada “*The Great Moon Hoax*”, composta por seis artigos relatando a descoberta de vida (inexistente) na Lua; aponta-se também a influência exercida pela propaganda sobre a Guerra dos Bôeres (1899-1902) em que o estereótipo “*boer*” foi criado e popularizado pelo exército britânico para influenciar a opinião pública a apoiar o conflito (POSETTI; MATTHEWS, 2018).

A propaganda baseada em desinformação foi crucial nas disputas de poder do século XX. O apelo ao patriotismo e nacionalismo marcou o *modus operandi* do recrutamento dos soldados, que somado à propaganda britânica concentrou-se em demonizar os alemães inimigos durante a Primeira Guerra Mundial. Perto do fim do conflito, em 1917, os jornais *The Times* e *The Daily Mail* publicaram artigos que continham informações falsas sobre como o bloqueio naval britânico resultou na escassez de gordura na Alemanha e, em decorrência dessa falta, cadáveres de soldados alemães foram fervidos para obter gorduras, farinha de ossos e ração para animais de fazenda (POSETTI; MATTHEWS, 2018).

A desinformação das publicações de 1917 surtiram o efeito reverso durante a Segunda Guerra Mundial, pois os primeiros relatos de atrocidades do Holocausto publicados no *The Times* e no *The Daily Mail* foram tidos como mentirosos, dado o histórico de informações falsas envolvendo a Alemanha no período da Primeira Guerra (POSETTI; MATTHEWS, 2018). Ainda que com a ascensão do nazismo, no período entre guerras, o governo alemão criou o Ministério do Esclarecimento Público e da Propaganda em 1933 por Joseph Goebbels, cujo objetivo era disseminar informação que instigasse ódio, principalmente, contra os judeus, mas também contra negros, ciganos, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+ (DARNTON, 2017; POSETTI; MATTHEWS, 2018).

O eixo dos Aliados também fez uso da desinformação. A Inglaterra em busca de vencer conflitos e ampliar o seu território, empregou táticas fundamentadas em informação falsa, tanto contra o adversário, quanto manipulando a população britânica e países aliados (BRITO; PINHEIRO, 2015; BRISOLA; BEZERRA, 2018). Os Estados Unidos da América (EUA) reuniram instrumentos conceituais de desinformação com o desenvolvimento tecnológico alcançado no pós-guerra (BRITO; PINHEIRO, 2015). Durante a Guerra Fria, na então União Soviética (URSS), foi criado um setor dentro da *Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosti* (KGB) especializado em *dezinformatsiya* (desinformação), pois a desinformação era vista como uma das mais poderosas armas na guerra. No século XX, o termo foi empregado e associado à contrainformação e espionagem em projetos militares e, posteriormente, estendeu-se para os meios de comunicação e para aparelhos privados e estatais (BRISOLA; BEZERRA, 2018).

Inicialmente, as definições equiparavam o termo com falta de informação. A intencionalidade da desinformação era entendida como um “defeito” no processo

informacional, assim o que definia o fenômeno era a falta de objetividade, integridade ou clareza (FLORIDI, 1999). Ao longo das pesquisas acerca da temática, evidenciou-se a manipulação como uma característica da desinformação a partir de uma gama de habilidades técnicas para convencer determinado público em determinado contexto a duvidar da realidade, mecanismos que possibilitam que uma informação falsa assuma uma fachada crível e direcionados a influenciar a opinião pública a partir de falácias (BRETON, 1999). Novas facetas foram atribuídas para a compreensão da complexidade do fenômeno, como distorção (proposital ou não) da informação, informação imprecisa, informação descontextualizada, manipulada, distorcida ou fragmentos da verdade e, sobretudo informação que evoca uma forte reação emocional, com apelo a crenças pessoais levando à manipulação (SERRANO, 2010; HELLER; JACOBI; BORGES, 2020).

Brito e Pinheiro (2015) indicam que o conceito de desinformação é composto por três elementos indissociáveis: a ação proposital de conduzir ao erro; a não identificação de autoria e o propósito de manipular a opinião pública a partir da distorção de fatos objetivos. Aponta-se ainda que é (geralmente) imperceptível e objetiva influenciar a partir de vieses formulados para dissimular uma informação como verdadeira (BRISOLA; BEZERRA, 2018).

A desinformação é encarada como “[...] um instrumento de influência poderoso” (EUROPEAN COMMISSION, 2018, p. 5, tradução nossa) já que há um entrelaçamento entre fatores sociais, econômicos, tecnológicos, políticos e ideológicos que vêm resultando em danos à humanidade em geral. O indivíduo nesse contexto, deve estar mais do que atento, pois a desinformação é extremamente complexa, com ramificações de conteúdo total ou parcialmente, incluindo distorções e descontextualização de informações factuais (EUROPEAN COMMISSION, 2018).

A confiabilidade e qualidade nos processos informacionais, no contexto da desinformação, perdem espaço para um discurso que não se baseia em fatos, ao que Leite e Matos (2017) denominaram “zumbificação da informação”. Para os autores, é possível fazer uma analogia entre a generalização do consumo e disseminação de informação acrítica a uma epidemia zumbi, pois esse processo em que a informação falsa, distorcida ou descontextualizada é consumida e compartilhada sem que o indivíduo sequer perceba dá suporte para “[...] a infecção generalizada da desinformação na web” (LEITE; MATOS, 2017, não paginado).

Santos-D'Amorim e Miranda (2021) descrevem e analisam os termos informação incorreta (*misinformation*), desinformação (*disinformation*) e má informação (*malinformation*) destacando a dificuldade em se apresentar um consenso sobre a definição semântica dos conceitos, evidenciando inferências sobre os fenômenos da desinformação e suas derivações que ocorrem com intencionalidade deliberadamente enganosa. Autores como Floridi (2010) e Fallis (2015) já discutiam questões acerca de termos distintos que contemplassem também diferenças relacionadas à intencionalidade, em que *disinformation* corresponde ao ângulo do fenômeno que tem a intenção de enganar, ao passo que *misinformation* corresponde ao compartilhamento de informações não factuais sem que o indivíduo saiba que são falsas e sem o intuito de enganar. Heller, Jacobi e Borges (2021) destacam que é necessário observar a pluralidade de tipos e níveis de desinformação para que se possa de fato compreender o fenômeno. Os autores estabeleceram uma síntese de espécies de desinformação, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de desinformação

	Tipo	Conceito	Exemplos de conteúdo
Wardle (2016)	Sátira ou paródia	Nenhuma intenção de prejudicar, mas tem potencial de enganar quem desconhece o contexto	Memes
	Conexão falsa	Quando manchetes, ilustrações ou legendas não confirmam o conteúdo	Notícias
	Conteúdo enganoso	Uso enganoso de informações para encaixar uma questão ou indivíduo	Manchete tendenciosa
	Contexto falso	Quando conteúdo genuíno é compartilhado com informação contextual falsa	<i>Junk news</i> ⁶
	Conteúdo impostor	Quando fontes genuínas são imitadas	Artigo científico plagiado
	Contexto manipulado	Quando a informação ou imagem genuína é manipulada para enganar	<i>Deep fake news</i>
	Conteúdo fabricado	Conteúdo novo, que é 100% falso, criado para ludibriar e prejudicar	<i>Fake news</i> (notícias falsas)
Volkoff (2015)	Ocultação de informações	Quando informações são ocultas em um conteúdo para torná-lo mais atrativo	Alguns textos governamentais
	Sobrecarga informacional	Informações excessivas com a intenção de saturar a atenção e, conseqüentemente, o sentido de determinado conteúdo	Infodemia
Pariser (2012)	Falta de informação	Quando não se procura pela informação porque não há interesse, ou porque não se sabe onde procurar ou sequer sabe-se da sua existência	Bolha informacional

Fonte: HELLER; JACOBI; BORGES (2021), p. 197.

⁶ “Notícias que se caracterizam por tirar o contexto de determinado assunto para dar outro sentido àquela notícia ou fato” (AIDAR; ALVES, 2019, p. 19 *apud* HELLER; JACOBI; BORGES, 2021, p. 197).

O Quadro 1 exemplifica como a desinformação assume características de informação incompleta, distorcida, falsa, manipulada, desatualizada ou descontextualizada. Na Web, TDIC e redes sociais há uma infinidade de informações que assumem os atributos apontados pelos autores.

Evidencia-se também, a partir dos tipos de desinformação, há três principais motivações relacionadas ao fenômeno: financeira, política, social e psicológica (WARDLE; DERAKHSHAN *apud* HELLER; JACOBI; BORGES, 2021). Além disso, é possível sistematizar as causas da desinformação conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Causas da Desinformação

Causa	Definição
Excesso Informacional	A infinidade de informações disponíveis na web faz com que os usuários sofram com a sobrecarga informacional, resultando na dificuldade em discernir o que é uma informação factual de uma informação manipulada.
Falta de verificação da informação	A crença de que não há necessidade em checar uma informação cria maiores condições de compartilhamento de desinformação.
Contexto de guerra	Empregada para atrasar, enganar ou confundir adversários em conflitos.
Contexto político	Utilizada para enaltecer o mandato de um governante e/ ou para desacreditar o adversário, manipulando e omitindo informações em favor de um mandatário.
Formato de notícia de fácil disseminação	Circulação de manchetes tendenciosas, que muitas vezes não têm relação com o conteúdo.
Facilidade de compartilhamento nas redes sociais	Somente o acesso à internet e a plataforma da rede social permite a publicação/compartilhamento sem o controle de qualidade.
Curtidas que alavancam o alcance de um post	A bolha informacional das mídias e redes sociais mostram ao usuário o que ele gostaria de ver ou trazem as novidades viralizadas do momento, mesmo que não sejam verdade.
Falta de competências relacionadas à informação	O sujeito não sabe como e onde procurar para determinar se a informação se trata de uma desinformação.
Falta de acesso ao conteúdo completo	Jornais eletrônicos que necessitam de assinatura para acesso integral à notícia, permitindo ao leitor apenas a leitura do título e manchete da reportagem, que por muitas vezes são sensacionalistas e tendenciosas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em HELLER; JACOBI; BORGES (2021).

Fallis (2015) descreve a desinformação como um tipo de informação, cujo principal escopo é a criação de falsas crenças propositalmente. Existem diferentes tipos de desinformação, que variam desde propaganda enganosa até teorias da conspiração, mas todas as categorias do fenômeno convergem pela sua função de enganar, e, “[...] além de causar danos diretamente, a desinformação pode prejudicar as pessoas indiretamente corroendo a confiança e, assim, inibindo nossa capacidade

de compartilhar informações de forma eficaz com um outro” (FALLIS, 2015, p.402.). O autor afirma também que esse objetivo é intermediário que serve a propósitos diversos, como influenciar eleições, por exemplo.

Há autores que evidenciam como a desinformação na atualidade é uma das raízes de problemas sociais, pois compromete a capacidade analítica das pessoas (BELLUZZO, 2021). As pessoas enfrentam uma realidade em que é imprescindível identificar o que é ou não uma informação factual e, sobretudo, compreender que a desinformação existe justamente para enviesar e manipular a opinião pública nos mais diferentes aspectos que vão impactar diretamente em suas vidas.

Logo, pode-se compreender que a desinformação apresenta proporções multifacetadas e utilizadas desde épocas longínquas. O fenômeno, apesar do destaque recente, é corriqueiro e que deriva da complexidade das ações humanas.

2.2 Fake news

Intrínseca à desinformação, o termo *fake news* ganhou os holofotes em 2016, durante a eleição presidencial estadunidense, devido ao uso dos chamados “fatos alternativos” pelo do candidato eleito, Donald Trump, e sua equipe (ALBRIGHT, 2017) em detrimento de informações factuais em que a verdade não era minimamente relevante ao político. No Brasil, o fenômeno foi explicitado a partir das eleições presidenciais de 2018, com o ex-presidente Jair Bolsonaro; e têm se intensificado com a pandemia de Covid-19 e, novamente, com as eleições presidenciais de 2022.

As *fake news*, por sua vez, podem ser compreendidas como “[...] informações fabricadas que imitam o formato de apresentação do conteúdo de mídias de notícia, mas não quanto ao processo de organização ou intenção” (LAZER et al., 2018, p.2, tradução nossa). Nos últimos anos, o termo tem sido destaque no âmbito do Jornalismo, concebido como postagens falsas e virais feitas para se parecer com reportagens reais (TANDOC JR; LIM; LING, 2018).

São conteúdos que parecem notícias (ou trechos de notícias) mas que são apoiados em escândalos falsos, discurso de ódio, manchetes enviesadas que ao inflamar o sujeito resultam na falta de criticidade, na falta de atenção aos detalhes que podem desmentir aquele conteúdo, na falta de verificação da qualidade da informação e na criação de bolhas circunstanciais de “verdades absolutas” que desconsideram outras perspectivas e vivências (FURNIVAL; SANTOS, 2019).

Caracterizam-se como publicações e/ou informações intencionalmente falsas e que são deliberadamente criadas com o propósito de manipulação (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). As etapas que garantem confiabilidade, precisão e qualidade da informação são intencionalmente ignoradas, mas como consequência da mimetização do formato de notícia jornalística, o sujeito é levado a associar as *fakes news* às notícias sérias e confiáveis (LAZER et.al, 2018).

O termo *fake news*, mesmo que não seja novo (FALLIS, 2015), ganhou notoriedade e assumiu, também, novos significados bem como novas formas de impactar a sociedade a partir do excesso informacional. Mesmo que o costume de criar notícias falsas ou descontextualizadas intencionalmente seja antigo, a singularidade proporcionada pelas TDIC reside na escala de produção e na possibilidade de qualquer pessoa produzir uma *fake news*, o que caracteriza o ineditismo do fenômeno no século XXI (IFCJ, 2018). São os ambientes informacionais contemporâneos que tornam as *fake news* um fenômeno tão singular, as redes sociais são fundamentais para a divulgação de informações e disputam espaço com fontes tradicionais.

A Web, TDIC e redes sociais em geral alteraram as definições e percepções tradicionais do que é uma notícia ou uma informação factual, “A mídia social não apenas mudou a distribuição de notícias, mas também desafiou as crenças tradicionais de como as notícias deveriam ser” (TANDOC JR; LIM; LING, 2018, p. 139) pois a produção de conteúdo nesses ambientes permite o alcance de público em massa e seus usuários podem postar vídeos, fotos e narrativas sobre qualquer assunto sem necessariamente estarem comprometidos com fatos, o que pode ser deliberadamente ignorado dependendo do viés daquele usuário. Há duas especificidades que são marcas das *fake news*: a forma que se assemelha ao texto jornalístico e a intencionalidade de manipular, fica evidente que são artigos de notícias deliberadamente falsos que a partir da redação semelhante a artigos de notícias podem enganar os leitores (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

A disseminação de *fake news* conta ainda com o auxílio dos *bots*⁷, que visam influenciar os usuários para fins comerciais, políticos ou ideológicos (RUFFO et al., 2023). Segundo Mbona e Eloff (2022) o *Twitter*, por exemplo, conta com um alto

⁷ “Usuário de rede social controlado por um *software* que imita o comportamento humano; frequentemente usado uma ferramenta para *spam*, espalhando *fake news*.” (RUFFO et al., 2023).

número de *bots* e um aumento repentino no número de tweets, chamado de *trending topics*, geralmente contém inúmeras *fake news* compartilhadas inicialmente por *bots*.

Ainda que não necessariamente todos os *bots* sejam projetados com o objetivo de persuadir, manipular ou enganar os usuários humanos, as plataformas das redes sociais deveriam considerar o poder de manipulação dos *bots* e mudar seus planos de negócios para proteger seus usuários humanos contra essas ações manipulativas (ARAL, 2020; RUFFO et al., 2023).

Os *bots*, contudo, são apenas uma faceta da Inteligência Artificial (IA). Que em suma, é o uso da tecnologia e da ciência da computação para o desempenho de tarefas que demandam análises de padrão e comportamentos caracteristicamente atribuídos a seres humanos (PORTO, 2018; VALADARES, 2021). O grande impacto da IA no ciberespaço é, justamente, no que tange a disseminação de desinformação e *fake news*.

Identifica-se que a técnica de perfilamento (*profiling*), a qual emprega técnicas de semântica e modelagens de IA para extrair sentido das interações dos usuários a partir de suas interações no ciberespaço a fim de traçar um perfil comportamental e de alinhamento ideológico para fins, sobretudo, comerciais o que fomenta a desordem informacional (VALADARES, 2021). Vale ressaltar que “[...] o sujeito fornece não ativamente esses dados, seja pelo simples uso de eletrodomésticos ou objetos *smart*, seja pela ação de *cookies* pelos *sites* que acessa.” (VALADARES, 2021, p.11), assim as pessoas fomentam a criação e ampliação de suas bolhas sociais (PARISER, 2011) sem nem ao menos terem consciência disso.

As bolhas sociais são geradas a partir da orientação dos algoritmos de IA que decidem sobre o *feed* das redes sociais para aumentar o engajamento, ou seja, a permanência do usuário em interação com a rede pelo maior tempo possível (PARISER, 2011). Logo, a criação e manutenção dessas bolhas sustenta pensamentos, comportamentos e ideologias de determinados grupos. A Inteligência Artificial acentua a imersão dos indivíduos em bolhas informacionais restritivas (ARAÚJO, 2021). O grande volume informacional engloba tanto informações verdadeiras quanto falsas, o que parece sobrecarregar o sistema cognitivo das pessoas resultando na perda da principal função da informação: informar (LEITE; MATOS, 2017).

As condições proporcionadas pelas TDIC, redes sociais e internet, são favoráveis tanto à desinformação quanto às *fake news*, apenas o aparato tecnológico

por si só não seria capaz de impactar a sociedade de tal forma. Logo, é fundamental contextualizar as construções que envolvem as práticas infocomunicacionais a partir da dimensão simbólica dos problemas sociais enquanto movimentos de sentido (ANGENOT, 2010).

É possível identificar como as *fake news* retroalimentam e ampliam estereótipos, fomentando pânico moral (THOMPSON, 2014). O conceito de pânico moral é cunhado na década de 70 e vinculado originalmente à área de criminologia, em que determinado grupo, condição social ou episódio passam a ser encarados como uma ameaça aos valores e interesses de uma dada sociedade (COHEN, 1972).

Desencadeiam-se representações e percepções errôneas sobre grupos minorizados e/ou comportamentos culturais; assim, os estereótipos construídos nos meios informacionais também podem facilitar a promoção de um pânico moral à sociedade sobre um tema específico. Esses grupos são apontados como os agentes desse desarranjo social e devido a estereótipos previamente relacionados a eles, constrói-se uma imagem de não pertencimento que contrasta com o imaginário idealizado dos sujeitos tidos como “normais”, os fazem parte e respeitam as regras morais (MACHADO, 2004).

As principais características do pânico moral são: um grupo ou evento é apontado como uma grande ameaça a valores e interesses vistos como tradicionais, tal ameaça é amplamente divulgada e toma conta de discussões no âmbito privado e coletivo, resultando em dois cenários: o pânico moral é dissipado ao longo do tempo ou acarreta mudanças político-sociais (THOMPSON, 2014). A combinação “pânico” e “moral” evoca uma ameaça ao que é entendido como sagrado para uma determinada sociedade. O uso da palavra moral revela um suposto perigo atrelado à ordem social em si mesma ou a uma concepção idealizada (ideológica) de alguma parte de tal ordem social. Sendo que, essa própria “ameaça” e seus executores passam a ser vistos como demônios. Exige-se então uma resposta a esse “mal”, uma demanda para regressar aos “valores tradicionais” (THOMPSON, 2014).

Essa ameaça, contudo, é inventada ou fundamentada em fatos distorcidos. Não é apenas uma mentira, surge como parte de uma narrativa maior de que um certo grupo (ou evento) estaria conspirando a favor da degradação moral da sociedade. É apontado como um grande movimento que quer destruir tudo o que é base fundamental da vida em sociedade. Logo, esse grupo (ou evento) deve ser fortemente combatido por aqueles que desejam o “bem” social. Cria-se então um cenário de

disputa entre o “bem” e o “mal”, o “nós” *versus* “eles” fundamentado pelo anseio de adequação moral (MACHADO, 2004).

Esse pânico moral pode e é instrumentalizado politicamente para ganhar eleições, impulsionar agendas políticas, justificar projetos de lei e políticas públicas. Ainda que essas narrativas surjam com roupagens diferentes, a retórica é mais ou menos sempre a mesma: a humanidade precisa ser resgatada de um processo de decadência moral. Somado a isso, os pânicos morais frequentemente surgem em situações de aumento de níveis de estresse na população em geral, provocados por várias origens que passam pela mídia, política, economia, dentre outros fatores, mas que não tem relação com o estopim do fenômeno em si. Ademais, é importante frisar que os pânicos morais são, em essência, performáticos justamente para alcançar a sociedade de forma massiva (MACHADO, 2004), seja por meio de mídias tradicionais ou redes sociais e *apps* de mensagem instantânea.

De fato, não se pode atribuir a criação de um pânico moral a apenas um segmento, mas sim a um conjunto deles (THOMPSON, 2014). Pode-se inferir que as *fake news* são carregadas de crenças fundamentadas em relações de cunho sociopolítico e é importante frisar que seu êxito depende de tensões sociais pré-existentes baseadas no anseio em manter relações simbólicas de poder e subjugação por meio de uma representação intencionalmente enganosa da realidade. Cria-se um contexto em que o a disseminação de *fake news* atrelada ao discurso de ódio vai para além da questão se o conteúdo da mensagem é ou não verdadeiro, o apelo emocional cria ódio, medo e agressividade objetivando que o sujeito abdique da razão e da lógica ao tomar decisões (ARAÚJO, 2021).

No Brasil, por exemplo, Nunes Júnior (2021) investiga a relação existente entre a desinformação e a viralização de *fake news* em relação a pessoas negras, evidenciando como o racismo estrutural no Brasil perpetua a construção da imagem do “criminoso” como diretamente ligada a homens negros. Evidencia-se também os ataques sistemáticos voltados a iniciativas de combate à homofobia e que promoveriam a ampliação de direitos para a população LGBTQIA+ que foram/são alvo de desinformação fomentada pelo uso de *fake news* que associam a defesa da “família tradicional brasileira” com o combate ao “kit gay” e à “ideologia de gênero (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018; NUNES JÚNIOR, 2021).

Além dos aspectos que englobam diferentes contextos de manipulação, vêm sendo observadas novas facetas cada vez mais obscuras do fenômeno, em que a

expressão *fake news* é utilizada como um artifício de contrainformação factual (TANDOC JR; LIM; LING, 2018; FURNIVAL; SANTOS, 2019; MOLINA et al., 2021). Tanto a mídia tradicional quanto jornalistas profissionais têm sido sistematicamente atacados pelo uso deturpado do termo como uma espécie de arma contra notícias factuais e organizações de comunicação profissionais (FURNIVAL; SANTOS, 2019). Segundo Vosoughi, Roy e Aral (2018), a expressão *fake news* foi associada, especialmente por candidatos a cargos políticos, a qualquer informação contrária a seus posicionamentos e/ou que abordem aspectos negativos acerca dessas figuras e seus partidos políticos, ocasionando o que os autores descrevem como uma irremediável polarização da expressão. Ou seja, a expressão vem sendo utilizada não somente como um clichê de notícias falsas; mas também como um chavão político e ideológico empregado para minar a credibilidade de veículos de notícia, de jornalistas e até mesmo de qualquer indivíduo que tenha opinião contrária (TANDOC JR; LIM; LING 2018; MOLINA et al., 2021).

A produção de *fake news* apresenta duas motivações dominantes: ideológica e financeira (TANDOC JR; LIM; LING, 2018). Há empresas que têm como “serviço” a produção de *fake news* e até mesmo indivíduos não vinculados a essas organizações que ocupam essa função com intuito de lucro financeiro por meio de compartilhamentos (FURNIVAL; SANTOS, 2019). Posto que é próprio do fenômeno incitar emoções negativas a partir de ideias particulares e/ou figuras que seus autores favorecem em detrimento de outros, é também comum que essas “notícias” alarmantes e falsas se tornam virais (justamente por seu feitiço ultrajante) o que resulta em ganhos financeiros a esses produtores de conteúdo através de cliques (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

Em suma, essas mimetizações de notícias inteira, parcialmente falsas ou até mesmo descontextualizadas são fabricadas e difundidas premeditadamente com a única função de enganar visando objetivos políticos, econômicos ou ambos (ARAÚJO, 2021). Assim, é possível inferir que as *fake news* são um fenômeno complexo, instrumento da desinformação e que depende de tensões sociais pré-existentes.

2.2.1. Exemplos de Fake News no contexto brasileiro

A fim de ilustrar os fenômenos em estudo nesta pesquisa - *fake news* e desinformação, sobretudo no contexto brasileiro, é preciso também que a pesquisa

conte com dados advindos do ciberespaço, pois é o espaço em que o fenômeno tem conquistado proporções nunca experimentadas e a delimitação foi pautada na necessidade de elementos de análise razoavelmente estáveis. A partir disso, percebeu-se que poderiam ser utilizados os serviços de checagem de informação, os nomeados *fact-checking*.

São centenas de serviços de *fact-checking* disponíveis em todo mundo e para fundamentar a escolha da agência de checagem brasileira, foi necessário averiguar quais possuem credencial da *International Fact-Checking Network* (IFCN). Uma rede internacional de checagem de informação, iniciativa da *Poynter Institute*, escola de jornalismo sem fins lucrativos localizada na Flórida (Estados Unidos), e

[...] o Instituto Poynter é instrutor, inovador, organizador e recurso para qualquer um que aspire envolver e informar os cidadãos. Servimos não apenas às democracias do século XXI, mas também àquelas dos cantos do mundo onde as pessoas que honram a liberdade e o governo autônomo lutam contra tiranos e autocratas. (INSTITUTO POYNTER, 2022, tradução nossa).

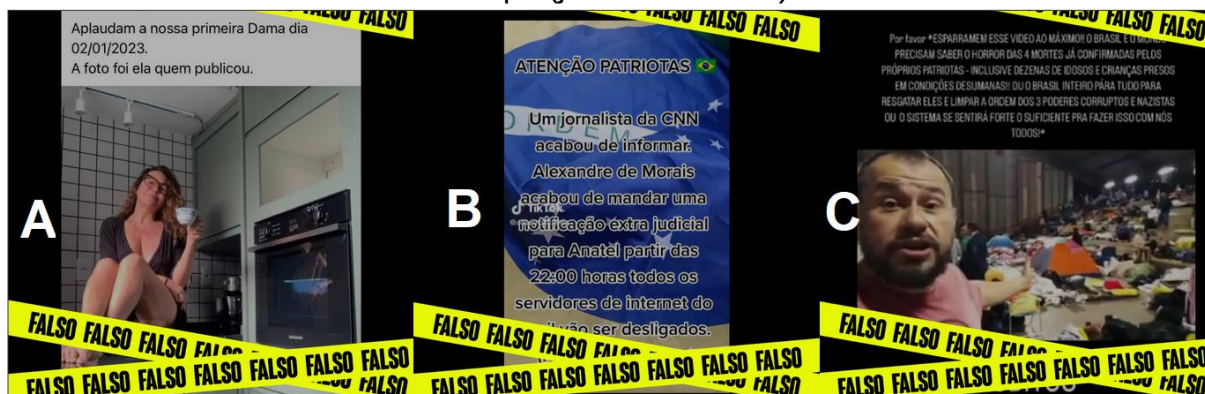
Isto posto, a partir da análise identificou-se que a Agência Lupa (AL) é pioneira quanto à checagem de fatos no Brasil e a primeira a integrar o IFCN (INSTITUTO POYNTER, 2022), justificando, assim, a escolha dessa agência como fonte documental.

No site da Agência foi possível levantar exemplos reais de *fake news* disseminadas em redes sociais no Brasil, principalmente em grupos de *WhatsApp* (AGÊNCIA LUPA, 2022). A partir da seção “Jornalismo”, subdivisão “Nas Redes” pôde-se recuperar os exemplos abaixo.

Foram selecionados e compilados exemplos de *fake news* por ano, no período de janeiro de 2021 a janeiro de 2023, com o intuito de ilustrar como as temáticas são fomentadas e ampliadas por estereótipos, concepções equivocadas e por vezes preconceituosas sobre grupos minoritários, pessoas públicas, comportamentos culturais e/ou representações religiosas diversas.

Racismo, misoginia, LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa, descrédito à ciência, moralismo e ataques à democracia vêm sendo considerados valores tradicionais da “família tradicional brasileira” (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018; NUNES JÚNIOR, 2021; GERONIMO; CERVERÓ; OLIVEIRA, 2022). Logo, é possível identificar a urgência dos conteúdos conspiratórios presentes nas *fake news* para mobilizar uma parte da população a partir de tensões sociais pré-existentes.

Figura 1 - Compilado de alguns exemplos de *fake news* verificadas pela Agência Lupa (janeiro de 2023)



Fonte: Agência Lupa, 2023.

O exemplo A da figura 1 é de uma publicação que circulou no *WhatsApp* em que uma mulher de vestido é identificada como a socióloga e primeira-dama Rosângela da Silva, conhecida como Janja, de maneira pejorativa. A imagem, no entanto, é de outra pessoa que publicou a foto em seu perfil no Twitter (AGÊNCIA LUPA, 2023a). A legenda da publicação tem um teor de deboche e machista já que pede aplausos à nova primeira-dama, pois estaria usando um vestido curto com as pernas à mostra.

O medo relacionado à falta de liberdade de expressão é tema do exemplo B da figura 1. Circulou pelas redes sociais uma mensagem alertando que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), teria determinado o desligamento dos servidores de internet no Brasil. Contudo o texto não é claro sobre a data. O canal de notícias CNN foi usado para dar credibilidade ao texto, mas conforme foi apurado, a empresa de comunicação desmentiu a informação novamente, pois em novembro de 2022 a mesma *fake news* havia sido amplamente disseminada (AGÊNCIA LUPA, 2023b).

O exemplo C da figura 1 é um vídeo que circulou pelo *WhatsApp* de autoria de um homem que ficou conhecido como “Ramiro Caminhoneiro”, preso após os atos terroristas em Brasília (DF) no dia 08 de janeiro de 2023. Na gravação, o homem afirma que quatro pessoas detidas faleceram no ginásio da Academia Nacional da Polícia Federa. A apuração da AL, no entanto, destaca que todos os procedimentos foram acompanhados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e Defensoria Pública da União; e que as pessoas detidas

receberam alimentação regular e atendimento médico, quando necessário. Destaca-se que o autor da gravação é um nome recorrente nos grupos de *WhatsApp* e *Telegram* e que publicações de pessoas que faleceram após serem detidas pós atos terroristas são regulares (AGÊNCIA LUPA, 2023c).

Figura 2 - Compilado de alguns exemplos de *fake news* verificadas pela Agência Lupa (2022)



Fonte: Agência Lupa, 2023.

A imagem A da figura 2 circulou pelo *WhatsApp* afirmando que o governo brasileiro teria fechado as fronteiras terrestres com países da América do Sul. A publicação não apresentava data e nem a razão da decisão. A informação foi publicada originalmente em 19 de março de 2020, por meio de uma portaria do governo federal, que restringiu a entrada de estrangeiros vindos de países sul-americanos por conta do avanço da pandemia de Covid-19. O conteúdo foi tirado de contexto no ano de 2022, sem razão aparente (AGÊNCIA LUPA, 2022a).

O exemplo B da figura 2 é um *print* que circulou no *WhatsApp* de uma notícia do G1 sobre o falecimento de um oficial da Aeronáutica em Campinas (SP) no dia 7 de novembro de 2022. A legenda informava: “Um dos oficiais envolvidos e responsáveis pela auditoria sobre fraudes nas urnas”. A AL verificou que a notícia do óbito publicado no G1 é verdadeira, mas que ele não tinha nenhuma relação com a fiscalização das urnas eletrônicas. O *print* não acompanha *link* para a notícia do portal G1 e a legenda, além de descontextualizar a informação, é enganosa (AGÊNCIA LUPA, 2022b).

O exemplo C da figura 2 foi disseminado nas redes sociais a partir de uma publicação de um site cristão e associa a decisão de aprovar a união conjugal entre adultos e menores de idade a partir de 14 anos ao atual presidente da Colômbia, o ex-guerrilheiro Gustavo Petro. O atual governante é o primeiro candidato de esquerda a comandar o país. A AL verificou que não foi o atual presidente colombiano, Gustavo Petro, que aprovou essa decisão. Verificou-se que o site cristão que criou e disseminou a *fake news* utilizou um fato descontextualizado. No ano de 2021, a decisão verdadeira a que a publicação falsa faz alusão foi tomada pela Suprema Corte da Colômbia, ano em que o presidente era Iván Duque (eleito em 2018) e representante da direita. À época a Suprema Corte da Colômbia apresentou a justificativa de que a partir dos 14 anos as pessoas já têm autonomia e podem ser responsabilizadas pelos seus atos (AGÊNCIA LUPA, 2022c).

O *print* do exemplo D da figura 2 é de um vídeo de nove minutos de duração em que é lida uma suposta declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual a entidade se declara inimiga da igreja cristã. O narrador, não identificado, afirma que a ONU pretende se tornar uma “religião mundial” a fim de controlar a humanidade através do “lesbianismo” e “homossexualismo”, além de esterilizar crianças como medidas para reduzir a população. A AL verificou que não há registro no site da ONU sobre a entidade ter se declarado inimiga da igreja. Ademais, a ONU tem como princípios fundamentais a liberdade de religião e no Artigo 18, da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamado que “Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, não paginado). Além disto, a Organização defende que leis baseadas na convicção religiosa que discriminam mulheres e comunidade LGBTQ+ sejam revogadas. Assim, é infundado que a ONU tenha declarado que se tornaria uma religião ou que praticaria algum tipo de violência (AGÊNCIA LUPA, 2022d).

O *print* do exemplo E da figura 2, é uma publicação compartilhada no *WhatsApp* de um estudo da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, que teria comprovado a eficácia da hidroxicloroquina como tratamento precoce da Covid-19. Na verdade, o estudo feito em parceria por pesquisadores da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e da Universidade de Málaga, na Espanha, não comprova que a

hidroxicloroquina é eficaz como tratamento precoce contra a Covid-19. Os autores apontam evidências pouco significativas do ponto de vista estatístico dos primeiros ensaios com a droga, ainda no começo da pandemia (AGÊNCIA LUPA, 2022e).

O exemplo F da figura 2 é de um vídeo compartilhado nas redes sociais em que um robô supostamente está sendo usado na China para coletar corpos. O vídeo foi publicado no *YouTube* em abril de 2014 e apresenta uma demonstração do robô realizada em uma conferência sobre combate a incêndios no Japão, conforme verificado pela AL. O corpo de bombeiros de Tóquio usa essa tecnologia para o resgate de vítimas de incêndios e/ou terremotos em locais de difícil acesso e transportam essas pessoas com vida até um local seguro (AGÊNCIA LUPA, 2022f).

Figura 3 - Compilado de alguns exemplos de *fake news* verificadas pela Agência Lupa (2021)



Fonte: Agência Lupa, 2023.

O exemplo A da figura 3 é o *print* de um vídeo que circulou principalmente no *WhatsApp*. O conteúdo informava que a variante *ômicron* da Covid-19 seria mais severa entre os vacinados contra a doença e que era baseada em um artigo do *website The Exposé*. A verificação da AL apurou que não há evidências científicas suficientes que comprovem uma relação entre a nova variante *ômicron* e a vacinação. O *The Exposé* é uma conhecida página de divulgação de teorias da conspiração e conteúdo antivacina. Além disso, o artigo considera apenas mortes por Covid-19 no Reino Unido e que compreende apenas o período entre a semana 43 e 46 da pandemia. Evidências científicas mostram que as vacinas são eficazes em evitar o

agravamento do quadro dos infectados, reduzindo assim o risco de morte e a maioria dos casos graves e mortes estão entre os não vacinados (AGÊNCIA LUPA, 2021a).

O exemplo B da figura 3 também é um *print* de um vídeo que circulou nas redes sociais em que a *youtuber* e ex-candidata a deputada federal pelo PSL do Ceará Regina Vilella criticando a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (CE) pelo treinamento dado a professores e funcionários de creches que incentivaria masturbação de crianças. O vídeo apresenta informações falsas e circula pelas redes sociais desde 2019. Os materiais sinalizados na gravação foram criados e utilizados pela pedagoga e psicóloga Elisabete Cabral durante uma palestra para cerca de 20 formadores educacionais da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza no ano de 2019, pois os professores solicitaram à prefeitura uma formação para falar sobre questões que aparecem no cotidiano das crianças dentro de sala de aula, como, por exemplo, a escolha de brinquedos, debatendo sobre a proibição de meninos não poderem brincar de boneca. Ela afirma que os textos nunca incentivaram abuso de crianças e classificou o vídeo como criminoso. A AL afirma ainda que em 2019, essa informação foi desmentida por Aos Fatos, Fato ou Fake e Estadão Verifica (AGÊNCIA LUPA, 2021b).

Circulou pelo *WhatsApp* um texto de um estudo alemão que teria descoberto que o uso de máscaras prejudica crianças (exemplo C da figura 3). As apurações da Agência Lupa constaram que, na época da circulação desse texto, o estudo citado foi publicado em formato pré-print. E a própria plataforma em que o trabalho foi divulgado apontou falhas metodológicas adotadas pelos pesquisadores, o que impossibilitaria demonstrar uma relação causal entre o uso das máscaras e os efeitos adversos relatados. Além disso, a OMS e o Ministério da Saúde apresentavam uma diretriz para a utilização da máscara como forma de proteção contra a Covid-19 a partir dos 2 anos de idade (AGÊNCIA LUPA, 2021c).

A imagem D da figura 3 é referente a um *print* de um vídeo que circulou no *WhatsApp* em que uma mulher afirma que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) teria destruído casas no município de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco. A informação analisada pela Agência Lupa foi constatada como falsa. Constatou-se que em agosto de 2021 imóveis em construção pelo programa Minha Casa Minha Vida foram ocupados por pessoas que teriam sido tiradas da lista de beneficiários do incentivo habitacional. A Polícia Civil da cidade confirmou, por telefone, que não foi registrado nenhum envolvimento de integrantes do MST. Em

nota, a assessoria de imprensa da organização informou que não tem nenhuma área ocupada nesse município pernambucano. O movimento sofre constantemente com *fake news* que visam criminalizar o MST (AGÊNCIA LUPA, 2021d).

O exemplo E da figura 3 foi compartilhado principalmente pelo *WhatsApp*. Uma imagem de um extrato bancário da Caixa Econômica Federal no qual aparecem três benefícios no valor total de R\$ 2,6 mil: R\$ 1.802, em referência ao Cartão Família Carioca; R\$ 660, em referência ao Bolsa Família; e R\$ 138, em referência ao Bolsa Família Jovem. A legenda informa que o comprovante é de uma família que é considerada abaixo da linha da pobreza e que o pai seria um preso condenado. A AL apurou que o extrato corresponde a supostos pagamentos recebidos em maio de 2014 e que na data, o valor do programa Família Carioca estava entre R\$ 20 e R\$ 400, e não R\$ 1,8 mil, como aparece no extrato. O valor do Bolsa Família também não correspondia à realidade da época, de R\$ 70 que poderia chegar a no máximo R\$ 230 em caso de famílias com até cinco filhos e o valor do Bolsa Família Jovem era no valor de R\$ 38 para adolescentes de 16 e 17 anos. No recibo não há descrição de nenhum tipo de auxílio reclusão, diferentemente do que consta na legenda (AGÊNCIA LUPA, 2021e).

A imagem F da figura 3 é o exemplo de uma *fake news* que circulou nas redes sociais alegando que a Prefeitura do Recife passaria a exigir em 2021 que 50% dos atletas de times esportivos juvenis fossem LGBTQIA+. De acordo com apurações da AL essa exigência valeu apenas para a competição Jogos do Orgulho. A Prefeitura de Recife informou, através de nota, que o torneio objetivou promover a inclusão ativa de jovens LGBTQIA+ no esporte e que a imagem aborda de maneira distorcida uma ação inédita destinada a ações inclusivas (AGÊNCIA LUPA, 2021f).

No contexto brasileiro é possível identificar como os ataques à democracia vêm em investidas contínuas e crescentes ao sistema eleitoral eletrônico de votação, gerando assim, a corrosão da confiança pública no sistema eleitoral brasileiro (GERONIMO; CERVERÓ; OLIVEIRA, 2022) que resultou nos ataques terroristas às sedes dos Três Poderes. A partir de 2020, a pandemia de Covid-19 foi empregada como temática de *fake news* utilizada por figuras políticas e/ou religiosas e grupos para empurrarem suas agendas baseado em:

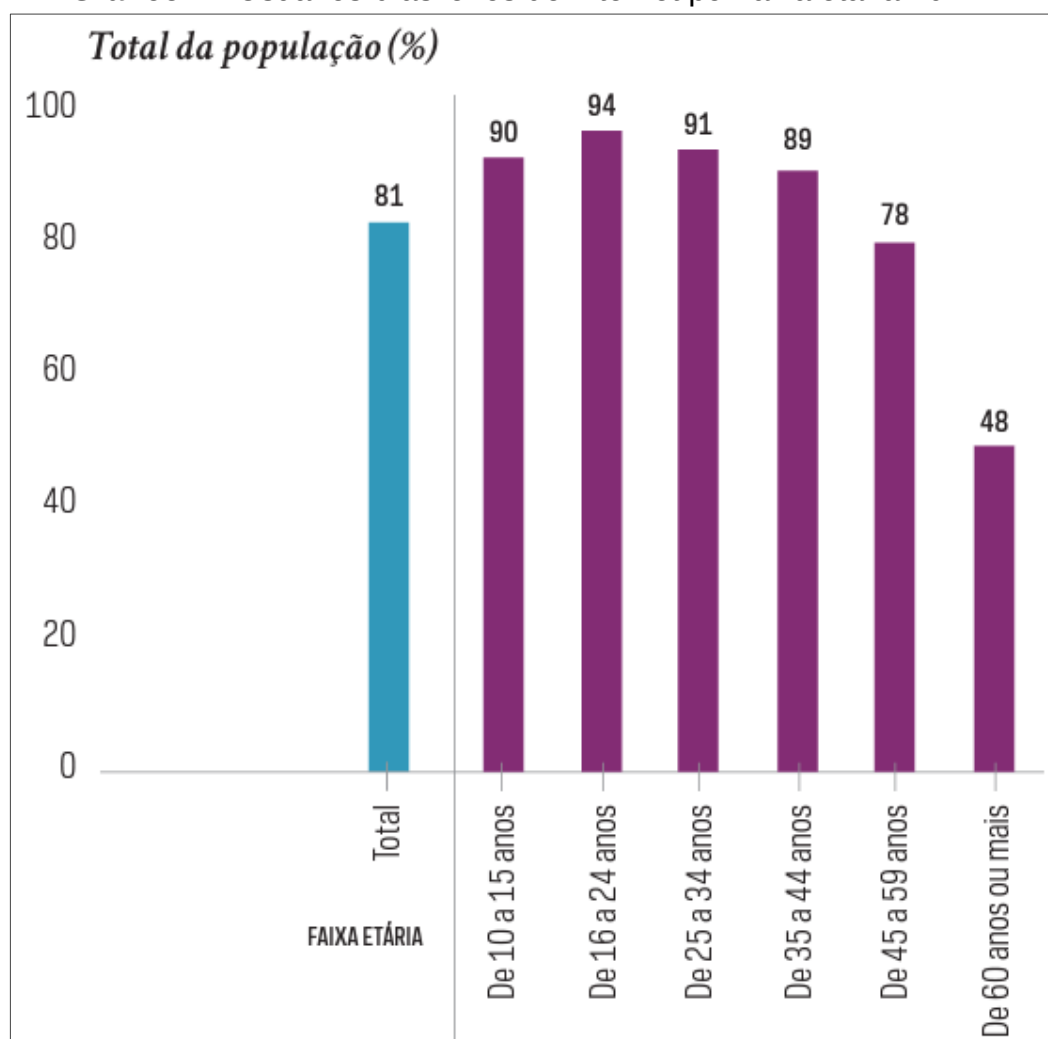
- 1) negação da gravidade do problema; 2) minimização das mortes; 3) posicionamento anticiência; 4) apelo religioso; 5) adoção de solução milagrosa; 6) preocupação com questões que influenciassem a reeleição em detrimento da saúde; 7) divulgação de informações

erradas; 8) ataque à mídia; 9) ataque aos governadores e às medidas de isolamento social; 10) intitulação do vírus como inimigo; 11) culpabilização de terceiros pelos problemas (como governadores, prefeitos, China e mídia). (CARVALHO; CASTRO; SCHNEIDER, 2021, p.38).

Somado a isso há a defesa do arquétipo da “família tradicional brasileira”: cis hétero cristã, que é usado como figura protetora do Brasil e das crianças brasileiras. O combate ao “kit gay” e à “ideologia de gênero é empregado como tática para despertar a reação emotiva e a perda de racionalidade desse grupo (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018).

Macagno (2022) aponta que o uso dessas expressões e termos estratégicos que sugerem determinado juízo de valor é um indicativo das táticas manipulativas das *fake news*. Desse modo, é definida uma linguagem e cultura próprias de grupos específicos, que são exclusivas e, sobretudo, excludentes. “Seus argumentos são claramente ‘persuasivos’, mas apenas na medida permitida pelos limites dos insensíveis. Aceitação de um fundamento que não é comum a todos os cidadãos” (MACAGNO, 2022, p.79). Detecta-se o objetivo de mobilização de parcelas específicas da sociedade através de conteúdos conspiratórios específicos. Logo, é possível identificar a urgência dos conteúdos conspiratórios presentes nas *fake news* para mobilizar uma parte da população a partir de tensões sociais pré-existentes.

O relatório “*TIC Domicílios 2021*” investiga o uso de Internet com usuários a partir de 10 anos de idade e constatou que a faixa etária entre 10 e 15 anos é a terceira mais conectada conforme se verifica no Gráfico 1. Ou seja, pessoas extremamente jovens passam muito tempo expostas a conteúdos que podem ou não ser factuais, que podem trazer mensagens violentas e discurso de ódio, impactando toda uma nova geração de cidadãos brasileiros.

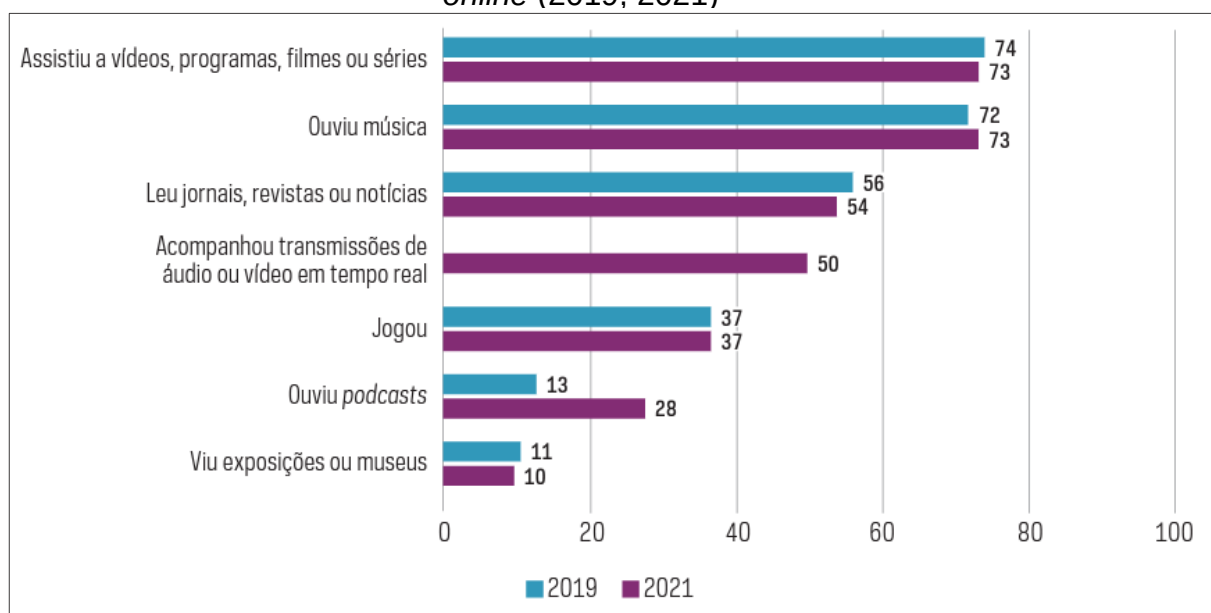
Gráfico 1 - Usuários brasileiros de Internet por faixa etária 2021

Fonte: adaptado CETICBR, 2022.

Como a pesquisa foi realizada no auge da pandemia de Covid-19, conforme já mencionado na introdução, a categoria de saúde pública foi a de serviço público mais buscada e que 50% dos pesquisados afirmou ter usado a Internet para procurar informações sobre saúde ou serviços relacionados à saúde (CETICBR, 2022). Contudo, conforme uma parte dos exemplos acerca do fenômeno no país (Figura 1, 2 e 3), as *fake news* acerca de saúde pública, pandemia e vacinação se popularizaram no país, especialmente, no *Whatsapp* e *Telegram*.

Além disso, a pesquisa apontou que o consumo de notícias é a terceira atividade mais realizada entre os usuários da Internet e que esse número vem crescendo, conforme aponta o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Usuários de Internet, por atividades multimídia realizadas online (2019, 2021)



Fonte: CETICBR, 2022.

Logo, verificar se uma informação é factual ou não é uma tarefa árdua. O sentimento de desorientação é generalizado e aponta-se como a complexidade desses fenômenos demandam competências distintas, mas interligadas a fim de mitigar suas consequências (DAMASCENO, 2021). Assim, pretende-se abordar na seção seguinte a relação entre a Competência em Informação, Competência Digital e Competência Midiática e Informacional como uma alternativa para identificação e combate das fake news e desinformação ao fomentar a aprendizagem ao longo da vida e oferecer ferramentas, conhecimentos, habilidades e estratégias que aguçam o cunho analítico e proativo das pessoas em relação à informação, dispositivos digitais e mídia.

3 MOSAICO DE COMPETÊNCIAS

Ao excesso informacional, a alta escalabilidade de compartilhamento de informação devido às TDIC, redes sociais e *apps* de mensagem instantânea, além da não obrigatoriedade de identificação de autoria ou até mesmo falsa atribuição de responsabilidade intelectual de conteúdos disseminados nesses ambientes, soma-se a circulação de *fake news* nas mais diversas esferas sociais, obrigando indivíduos e instituições a lidarem com os impactos da desinformação e *fake news*. Newman *et al.* (2021) apontam que mesmo com aumento da confiança nas mídias tradicionais de notícias em 2020, a confiança nas notícias que são encontradas nas mídias sociais permanecem inalteradas e muito próximas aos veículos tradicionais, embora não apresentem os mesmos critérios de confiabilidade, precisão e qualidade da informação.

Há, aparentemente, uma espécie de mosaico de competências relacionadas ao uso da informação (MARZAL, 2020). Pode-se observar relações entre a ColInfo, a CD e a CMI, pois as três ampliam seus escopos para além do domínio meramente instrumental dos meios tecnológicos, digitais, midiáticos e informacionais. Segundo Marzal (2020), as TDIC causaram um impacto profundo na sociedade, conduzindo-a à economia digital e do conhecimento. Logo, é imprescindível o fomento de competências focadas na análise e avaliação consciente dos múltiplos formatos e plataformas das TDIC. Evidencia-se, sobretudo, a necessidade de avaliação quanto ao conteúdo, bem como do uso e apropriação da informação, dispositivos tecnológicos e mídias, imprescindíveis para garantir uma participação social legítima.

Pretende-se apresentar uma sistematização das principais abordagens recorrentes sobre Competência em Informação, Competência Digital e Competência Midiática e Informacional como resultado de uma revisão de literatura.

3.1 Competência em Informação

O conceito inicial de *Information Literacy* (IL) surge nos Estados Unidos da América (EUA) em decorrência da preocupação relacionada à superabundância informacional, que teve como precursor o bibliotecário estadunidense Paul Zurkowski em 1974. Nesta pesquisa, emprega-se Competência em Informação (ColInfo) como tradução de *Information Literacy* validada pelo *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação* (PINHEIRO; FERREZ, 2014).

No documento *“The information service environment relationships and priorities”* o termo é cunhado pela primeira vez e nele é apontado pelo autor que a quantidade massiva de informação havia se tornado uma característica inerente à Sociedade da Informação e que, portanto, seria necessário que pessoas bibliotecárias promovessem habilidades quanto ao uso das fontes de informação, bem como da informação orientadas para a solução de problemas dos usuários (ZURKOWSKI, 1974).

As recomendações propostas em relação ao acesso, leitura e interpretação da informação eram diretamente ligadas à prática profissional desses usuários. O movimento de ColInfo surge da necessidade de aprimoramento profissional da indústria da informação norte-americana. São definidos parâmetros para definir o usuário competente em informação, o qual deveria ser capaz de usar um conjunto diverso de ferramentas e fontes primárias para planejar soluções informacionais (ZURKOWSKI, 1974).

Dudziak (2003) demonstra a evolução da ColInfo desde a década de 1970 até 1990. Em que a primeira década é a dos “precursores”, seguida dos “exploradores” durante o período dos anos 1980 e a que a “busca de caminhos” caracteriza o período da década de 1990. A década dos precursores, anos 1970, tem como estopim o relatório de Zurkowsk, citado previamente, em que as competências necessárias à utilização de bases de dados eletrônicas que estavam sendo comercializadas nos EUA desde a década de 1960 foram elencadas em um contexto em que a superabundância informacional já preocupava bibliotecários (DUDZIAK, 2001). Entendia-se que o aprendizado sobre técnicas e habilidades para uso dos recursos informacionais deveriam ser orientados à resolução de problemas em situações de trabalho que deveriam iniciar um movimento em âmbito nacional de ColInfo (ZURKOWSKI, 1974; DUDZIAK, 2003).

Dois anos após o relatório, 1976, a definição da ColInfo foi ampliada, inicialmente ao transcender a questão do trabalho com proposições para resolução de problemas e tomada de decisão em geral. No mesmo ano, o conceito é relacionado à cidadania, abrangendo a ColInfo para além da simples noção de aquisição de habilidades e conhecimentos. O foco em habilidades técnicas caracterizou o último ano do período dos precursores da ColInfo em que questões relacionadas à capacitação em informação foram discutidas como um dos principais requisitos para a competência (DUDZIAK, 2003).

Reconheceu-se, então, o valor da informação para todas as atividades humanas, desencadeando a demanda para se desenvolver habilidades voltadas ao uso eficiente e eficaz da informação. Observa-se que a ColInfo surge no contexto da biblioteca e que o foco principal é voltado ao acesso e uso da informação no contexto de preocupação relacionada à quantidade de informação em que mudanças quanto ao papel dos profissionais da informação começaram a ser pronunciadas.

As tecnologias de informação e o computador ganharam destaque durante a década de 1980, fase dos “exploradores”, tanto que Dudziak (2003) aponta que um número substancial de trabalhos abordou a ColInfo como *information technology literacy* (Competência em tecnologia da informação) na época. A ênfase tecnológica traduziu-se também como ênfase instrumental da ColInfo, tópicos relacionados à capacitação em tecnologia da informação se popularizaram, especialmente no âmbito profissional, contudo tais programas de capacitação não eram estruturados (DUDZIAK, 2003).

Interconexões entre bibliotecas, educação, ColInfo e aprendizado ao longo da vida começaram a ser identificadas a partir do estudo de usuários de Breivik, da publicação do documento “*A Nation at Risk*” (THE NATIONAL COMISSION ON EXCELLENCE IN EDUCATION, 1983) e da divulgação do “*Information Power: Guidelines for School Library Media Programs*” (AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS; ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY, 1988). O trabalho de Breivik é entendido como um dos primeiros esforços para a integração do trabalho desenvolvido por pessoas bibliotecárias e educadores para o desenvolvimento de programas de IL (DUDZIAK, 2003).

A monografia de Kuhlthau, *Information Skills for an Information Society: a review of research* (1987), aprofunda as discussões ColInfo e educação propondo o ensino direcionado a ColInfo a partir da integração da *Information Literacy* ao currículo e amplo acesso aos recursos informacionais. Essa abordagem evidencia a compreensão da ColInfo como holística no processo de aprendizagem, rompendo a concepção de que habilidades informacionais eram restritas à biblioteca e aos itens bibliográficos. Nesse cenário de euforia em relação às novas tecnologias, a autora concentra a discussão da ColInfo no aprendizado humano e redimensiona o papel das tecnologias de informação como ferramentas, não o fim do processo (KUHLTHAU, 1987). Há ênfase na concepção de processo cognitivo, construindo o modelo alternativo centrado no usuário (DUDZIAK, 2003).

Destacam-se também, na década de 80, duas publicações consideradas fundamentais para a ColInfo, ambas enfatizam o papel educacional das bibliotecas acadêmicas e a importância dos programas educacionais em ColInfo. A primeira, *"Information literacy: Revolution in the Library"* (BREIVIK; GEE, 1989) aborda a *resource-based learning* em que a busca e uso da informação são pilares nos processos de construção de conhecimento integrados ao currículo e estabelecendo a biblioteca como crucial nos processos educacionais (DUDZIAK, 2003). O relatório *"American Library Association, Presential Committee on information literacy: Final Report"*, também de suma importância, aponta diretrizes voltadas para o estreitamento das relações entre biblioteca e sala de aula a partir de novo modelo de aprendizado, no qual a aprendizagem é orientada para o uso dos recursos informacionais focado para resolução de problemas de forma contextualizada, fomentando nos educandos a prática de busca e uso analítico da informação (DUDZIAK, 2003).

Na década de 1990, descrita como o período de "busca de caminhos", surgem em todo o mundo diferentes programas voltados ao desenvolvimento da IL a partir da parceria de bibliotecários e docentes desde a divulgação do relatório da ALA (1989). A relação ColInfo, bibliotecários e educação se tornavam cada vez mais intrínseca (DUDZIAK, 2001). O propósito era tornar os usuários em aprendizes independentes, contudo a denominação IL também foi utilizada como alternativa à educação de usuários (DUDZIAK, 2003).

O período contou com estudos voltados ao desenvolvimento de modelos representativos para a área. Em 1997, criou-se o *Institute for information literacy* da ALA comprometido com o treinamento e suporte de bibliotecários para implementação de programas educacionais de ColInfo no ensino superior (DUDZIAK, 2003). No mesmo ano (1997), Bruce propôs que o conceito fosse compreendido sob o ponto de vista situacional, a partir das experiências vividas pelo sujeito, uma abordagem inovadora da ColInfo. A autora baseia sua teoria em sete concepções: tecnologia da informação, fontes de informação, processo de informação, controle da informação, construção do conhecimento, extensão do conhecimento e inteligência (BRUCE, 1997).

Destaca-se a versão atualizada publicada em 1998 do *Information Power* que apresenta a função de liderança da pessoa bibliotecária na implementação do conceito de ColInfo no ambiente escolar. É apresentado também, no mesmo documento, um conjunto de recomendações que visam a promoção de habilidades

informacionais desde a fase da educação infantil até o ensino médio. Foram incluídas nove habilidades informacionais, categorizadas em três grupos: competência para lidar com a informação, informação para aprendizagem independente e informação para responsabilidade social. Campello (2003) afirma que o documento *Information Power* pode ser considerado um marco de assimilação da Colnfo pelos bibliotecários enquanto classe profissional. A década de 1990 consolidou a institucionalização da Colnfo, bem como sua universalização.

Com o desenvolvimento da Colnfo enquanto movimento, campo de pesquisa e prática, associações e organizações profissionais, como a *American Library Association* (ALA) e a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), evidenciaram o papel da Competência em Informação como um instrumento de empoderamento individual e social.

Nos anos 2000, a *Association of College and Research Libraries* (ACRL), vinculada à ALA, estabeleceu um conjunto de padrões pertinentes à competência em informação no contexto da educação superior. A capacidade de compreender as necessidades informacionais, de acessar a informação eficientemente ao avaliar tanto a informação quanto suas fontes para agregá-la aos seus conhecimentos prévios e valores foi elencada como essencial à Colnfo. Além disso, o uso da informação de modo efetivo para alcançar um propósito, ao englobar questões éticas, legais, econômicas e sociais nesse processo, são conhecimentos e habilidades fundamentais a um sujeito competente em informação (ACRL, 2000).

Os avanços das TDIC, sua implementação no ensino superior e na comunicação científica incitaram a revisão dos padrões propostos pela ACRL nos anos 2000. Em 2016 foi publicado o “*Framework for Information Literacy for Higher Education*” (ACRL, 2016) que é fundamentado em seis conceitos nucleares de Colnfo: a autoridade é construída e contextual; a criação de informação é um processo; a informação tem valor; a pesquisa como investigação; conhecimento em debate e a pesquisa como exploração estratégica. A principal inovação do documento é a noção dos conceitos nucleares juntamente com opções flexíveis para a prática dos conhecimentos e habilidades de Colnfo no ensino superior, e não mais em orientações e aprendizados prescritivos (ACRL, 2016).

A Colnfo passou a ser compreendida como um pré-requisito educativo para o desenvolvimento e inclusão social de equidade por meio do uso analítico, reflexivo e responsável da informação, o que é corroborado pela Declaração de Praga

(UNESCO, 2003) em que é apontada como um elemento essencial para a participação efetiva na sociedade, além de promover a necessidade de iniciativas em prol da igualdade de acesso às TDIC. Na Declaração de Alexandria (IFLA, 2005), a ColInfo é entendida como vital ao cidadão. Ao passo que a Declaração de Toledo (DECLARAÇÃO..., 2006) ressalta a demanda da aprendizagem ao longo da vida em virtude das configurações da sociedade do conhecimento, em que o fomento de habilidades e competências relacionadas à informação volta-se para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

A proposta de ações práticas e concretas voltadas à institucionalização da Competência em Informação foi elaborada na Declaração de Havana (IFLA, 2012) a partir da perspectiva do trabalho colaborativo e da criação de redes para o crescimento da competência em informação em colaboração e foco no contexto de países ibero-americanos, contando com 15 (quinze) ações práticas desde a conscientização sobre a importância da prática de ColInfo até a promoção de trabalho integrado sobre múltiplas competências. Em conformidade com a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Declaração de Lyon (ONU, 2014) evoca o papel medular de bibliotecas, arquivos e museus como apoio ao desenvolvimento sustentável e bem-estar social.

No Brasil, aponta-se que o primeiro estudo sobre a competência em informação foi desenvolvido em 2000 por Caregnato (GASQUE, 2012; NICOLINO; CASARIN, 2021) referindo-se ao termo “*information literacy*” pela tradução “alfabetização informacional”. Ao longo dos anos, o termo passou a englobar diversas traduções, como letramento informacional, competência em informação, literacia informacional, alfabetização informacional e competência informacional, por exemplo, são alguns dos termos utilizados para representar ColInfo no Brasil (GASQUE, 2012).

A Competência em Informação no âmbito da pesquisa brasileira, independente da expressão traduzida utilizada ainda que suas variações indiquem particularidades teórico-conceituais, relaciona-se diretamente à função educacional das bibliotecas (DUDZIAK, 2003; VITORINO; PIANTOLA, 2020; NICOLINO; CASARIN, 2021). Esse papel educativo é evidenciado a partir do cenário do acesso ilimitado à informação proporcionado pelas TDIC em que é preciso habilitar os indivíduos acerca das fontes de informação, pois a capacidade de assimilar informação faz parte do processo de construção do conhecimento e é o que inter-relaciona o indivíduo à sua realidade (BARRETO, 1994).

Em âmbito nacional, evidenciam-se esforços quanto à discussão e prática da ColInfo no Brasil. A “Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação” (FEBAB, 2011) salienta a formação voltada ao desenvolvimento da ColInfo baseada na participação ativa das bibliotecas, das instituições de ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação e associações profissionais. Tais esforços são seguidos pelo “Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias” (FEBAB, 2013), que afirma o compromisso da ColInfo ao reiterar que deve ser encarada como direito fundamental e intrínseco ao próprio ser humano. A “Carta de Marília sobre Competência em Informação” (UNESP; UNB; IBICT, 2014) dá continuidade aos esforços sobre a temática, em que se pode destacar a preocupação quanto à necessidade da criação de políticas públicas que favoreçam a ampliação e a consolidação da ColInfo no país. E em 2022, O “Manifesto Político sobre Competência em Informação (ColInfo) - 2022 – Bibliotecário: Profissional Luz” (GT COINFO FEBAB, 2022) se refere ao papel social, educacional e mediador das pessoas bibliotecárias e das unidades de informação no combate à desinformação e às *fake news* a partir do tema central: “Competência em Informação e Agenda 2030: combate à desinformação e às *fake news* para a promoção de sociedades inclusivas, pacíficas e justas”. Esses documentos reforçam como a Competência em informação é fundamental como requisito básico de inclusão.

Deste modo, pode-se perceber a importância da ColInfo dada a quantidade massiva de informações “[...] impossíveis de serem lidas com cuidado e maturadas num processo de reflexão crítica, permitindo que as construções cognitivas se deem em um contexto de certa superficialidade na interação com as informações” (BRITO; PINTO; OLIVEIRA, 2019). As mudanças em relação ao acesso à informação proporcionado pela Web, TDIC e redes sociais evidenciam a importância da ColInfo, especialmente no que tange à participação social e o exercício pleno da cidadania, posto que dependem não somente do acesso à informação, mas sobretudo, à análise quanto ao uso e apropriação (BELLUZZO, 2021).

Contudo, pode-se observar que a noção de informação que permeia muitas definições da ColInfo, não contemplam a essência dinâmica dos suportes informacionais (MURAWSKI et al., 2019; SHABANI; KESHAVARZ, 2021). Dado que as características da informação se tornam únicas quanto a novos formatos e linguagens, à quantidade gigantesca a ser processada pelo sujeito e a rapidez no

compartilhamento. Com isso, a ColInfo foi aglutinada a outras competências, como a Competência Digital e a Competência Midiática e Informacional.

3.2 Competência Digital

O uso crescente das TDIC acarretou discussões acerca de quais competências seriam necessárias para o indivíduo do século XXI. Nesse cenário, Gilster (1997) cunha o termo *Digital Literacy*, conceituando-o como a habilidade de compreender e lidar com a informação em múltiplos formatos por meio do computador. O conceito compreendia uma “[...] extensão lógica da própria competência, da mesma forma que o hipertexto é uma extensão da experiência da leitura tradicional” (GILSTER, 1997, p. 230, tradução nossa). Para o autor, os recursos da Internet são fundamentais tanto em relação ao processo de ensino-aprendizagem quanto relacionado ao aprimoramento de distintas competências pessoais. O termo estava atrelado a diferentes terminologias como *Computer Literacy*, *Digital Competence* e *Digital Literacy*.

Computer Literacy (CL) surge na década de 1980 como resposta ao uso recente do computador, sobretudo pertinente a questões de experiência e familiaridade com o dispositivo. A criação dos computadores pessoais nesse período possibilitou que a tecnologia de computação se tornasse mais disponível para o público em geral, criando a demanda do ensino de habilidades que contemplassem tópicos de conhecimento computacional (HOFFMAN; BLAKE, 2003).

O termo *Digital Competence* (DC) é cunhado no relatório “*Proposal for a Recommendation of the European Parliament and of the Council on key competences for lifelong learning*” realizado pelo Parlamento Europeu em 2006 (SILVA; BEHAR, 2019). Essa definição propõe autonomia e criticidade em relação ao uso das TDIC, como também aponta o papel da informação disponível no meio digital e a necessidade do uso responsável desses recursos (EUROPEAN COMMISSION, 2006). O documento associa as seguintes habilidades fundamentais à DC

[...] a capacidade de pesquisar, coletar e processar informações e usá-las de maneira crítica e sistemática, avaliando a relevância e distinguindo o real do virtual, reconhecendo os links. Os indivíduos devem ter habilidades para usar ferramentas para produzir, apresentar e entender informações complexas e a capacidade de acessar, pesquisar e usar serviços baseados na Internet. Os indivíduos também devem ser capazes de usá-los para apoiar o pensamento crítico, a

criatividade e a inovação. (EUROPEAN COMISSION, 2006, não paginado, tradução nossa).

Embora a distinção entre o "real" e o "virtual" não seja de fato o problema, mas sim o verídico do inverídico. O conhecimento, habilidades e atitudes quanto à pesquisa e uso de informação no ciberespaço é fundamentado na criticidade em relação às TDIC.

O desenvolvimento tecnológico acarretou mudanças acerca dos principais conceitos de *Digital Literacy*, que no início dos anos 2000 abrangia conhecimentos e atitudes criativas para o uso dos dispositivos tecnológicos voltados à aprendizagem e a compreensão e o domínio da Sociedade do Conhecimento (ITU, 2005). Calvani, Fini e Ranieri (2008) a definem como a capacidade de explorar e enfrentar novos contextos tecnológicos de modo flexível e crítico quanto à análise e seleção de dados e informação direcionando o potencial tecnológico para a resolução de problemas.

Na década seguinte, o conceito é ampliado e além da soma de habilidades, conhecimentos e atitudes, também incorpora um conjunto de valores e crenças voltados aos aspectos tecnológicos de busca, acesso, organização e utilização da informação para a construção de conhecimento (GISBERT; ESTEVE, 2011). Ferrari (2012) define a Competência Digital como conhecimentos, habilidades, atitudes, estratégias e sensibilização para o uso das TDIC e os meios digitais para realizar as mais diversas tarefas de modo eficiente e adequado, fundamentado na criticidade, criatividade, autonomia, flexibilidade e ética do indivíduo. Há enfoques teóricos que compreendem o conceito como a capacidade de mobilizar diferentes competências para gerir informação e conhecimento a fim de resolver problemas em uma sociedade marcada pela constante evolução tecnológica (LARRAZ, 2013 apud SILVA, BEHAR, 2019).

Walton (2016) define CD como a capacidade de encontrar, avaliar, utilizar, compartilhar e criar conteúdo usando tecnologias digitais de comunicação e informação, como também a Internet. A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) aponta que a CD inclui aspectos distintos relacionados ao uso do computador e à execução de tarefas, como acessar serviços de *e-banking*, preenchimento de formulários eletrônicos e acesso a informações governamentais disponíveis em *websites*. Compreende questões como o entendimento a cuidados com a segurança e privacidade de dados na Internet e o uso

ético da informação advinda e disseminada na Web (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

Tal qual os espaços digitais estão em constante mudança e vêm se tornando cada vez mais complexos, a compreensão do conceito de CD também se torna mais complexa, o que pode justificar a adoção de definições amplas de Competência Digital. A CD torna-se crucial para uma atuação social plena na Sociedade da Informação (PATRÍCIO; OSÓRIO, 2016). A complexidade é acompanhada das mais diversas necessidades igualmente complexas, dado que o acesso a dispositivos digitais não garante nem mesmo o uso, pois além das transformações tecnológicas há mudanças sociais que exigem que conceitos, definições e práticas da CD sejam constantemente reavaliados e readequados (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

Em síntese, a CD pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes voltados ao uso qualificado das TDIC em geral, apontado como vital dadas as configurações sociais do século XXI (SILVA; BEHAR, 2019). De acordo com Ilomäki et al. (2014), um aspecto intrínseco do conceito é a adaptabilidade conjunta ao desenvolvimento de novas TDIC, cujo avanço é contínuo.

Pode-se inferir que o conceito de CD é multidimensional já que engloba a assimilação de habilidades técnicas e habilidades cognitivas voltadas à capacidade de usar tecnologia digital, ferramentas de comunicação ou redes de maneira confiante e crítica para busca, avaliação e uso da informação em múltiplos formatos no ambiente digital para melhorar o desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional (REDDY; SHARMA, 2020).

Evidencia-se a importância da Competência Digital ao retomar as pesquisas do Parlamento Europeu e Conselho (2006) em que a competência digital é caracterizada como uma das oito competências essenciais para o cidadão europeu. Assim, padrões e modelos de competência digital foram sendo aprimorados desde 2005 resultando no Quadro Europeu de Referência para a Competência Digital – DigComp.

A Comissão Europeia realiza e divulga pesquisas através do *Joint Research Centre* (JRC), que é dividido em 10 áreas científicas, com destaque para a Sociedade da Informação que, dentre suas subáreas, conta com a “Aprendizagem e competências na era digital”.

O Parlamento Europeu definiu oito competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida: 1. Comunicação na língua materna; 2. Comunicação em línguas

estrangeiras; 3. Competência matemática, em ciências e em tecnologia; 4. Competência digital; 5. Aprender a aprender; 6. Competências sociais e cívicas; 7. Espírito de iniciativa e espírito empresarial; 8. Sensibilidade e expressão culturais (PARLAMENTO EUROPEU, 2006). Entende-se que a competência digital é transversal para o desenvolvimento das outras competências-chave (LUCAS *et al.*, 2017). Desde 2005 o JRC realiza estudos que objetivam o melhor uso das TDIC para a aprendizagem, inovação na educação e na formação e abordagem de novos requisitos de competências (por exemplo, competência digital). Há diversos projetos que focam a competência digital de grupos específicos como alunos, professores e educadores, organizações educacionais, consumidores e cidadãos no geral. O Projeto *DigComp*, voltado aos cidadãos europeus, apresenta um *framework* direcionado ao entendimento comum de habilidades digitais e uma política de enquadramento.

O trabalho de operacionalização da CD a partir das recomendações do conselho do Parlamento Europeu começou em 2010. E em 2013, foi publicado o quadro teórico *DigComp: a framework for use of DigComp and DigCompEdu digital competence frameworks in education: literature review developing and understanding digital competence in Europe* (FERRARI, 2013), popularizado como DigComp 1.0, voltado à compreensão e desenvolvimento da competência digital dos cidadãos europeus. O DigComp 1.0 propôs cinco áreas de Competência Digital, a saber: informação, comunicação, criação de conteúdo, segurança e resolução de problemas, que integram 21 competências, além de apresentar um quadro de autoavaliação com três níveis de proficiência: básico, intermediário e avançado (FERRARI, 2013).

Em 2016, houve uma atualização quanto ao vocabulário do *framework*, assim como em relação às competências e suas descrições em uma nova publicação intitulada *DigComp 2.0: the Digital Competence Framework for Citizens* (VUORIKARI *et al.*, 2016). No ano seguinte, é publicada a versão *DigComp 2.1: the Digital Competence Framework for Citizens. With eight proficiency levels and examples of use* (CARRETERO GOMEZ; VUORIKARI; PUNIE, 2017), que amplia os níveis de proficiência de três para oito e traz exemplos de uso aplicados à aprendizagem e ao trabalho.

Em 2022, publicou-se uma nova atualização do *framework*, *DigComp 2.2: The Digital Competence Framework for Citizens - With new examples of knowledge, skills and attitudes* (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022), que apresenta uma compreensão comum do que é a competência digital e fornece mais de 250 novos

exemplos de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à CD. Desde sua primeira versão, o *DigComp* “[...] fornece uma base cientificamente sólida e tecnologicamente neutra para um entendimento comum de habilidades digitais e política de enquadramento” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p.1, tradução nossa). A atualização se deve, principalmente, às mudanças de tecnologias emergentes e à exacerbação de fenômenos como a desinformação e as *fake news*, que trazem novas e crescentes exigências quanto à competência digital.

Evidencia-se que o documento tem como propósito desempenhar um papel central no cumprimento dos objetivos da UE referentes à qualificação digital de toda a população e no desenvolvimento de um Certificado Europeu de Competências Digitais. A União Europeia estabeleceu a meta de atingir no mínimo 80% da população com habilidades digitais básicas e ter 20 milhões de especialistas em TDIC até 2030 (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022).

A versão *DigComp 2.2* define a CD como uma combinação de 21 competências agrupadas em cinco áreas principais (Figura 4).

Figura 4 - Modelo de referências conceitual DigComp 2.2



Fonte: tradução nossa de VUORIKARI R. et al., 2022, p.4.

O documento apresenta os exemplos de temas novos e emergentes que surgiram desde a versão 2.1. São destacadas as seguintes temáticas pelos autores:

- Desinformação em mídias sociais e sites de notícias (por exemplo, informações de verificação de fatos e suas fontes, notícias falsas, fakes profundos) vinculadas a informações e alfabetização midiática;

- A tendência de datificação de serviços e aplicativos da Internet (por exemplo, foco em como os dados pessoais são explorados);
- Cidadãos interagindo com sistemas de IA (incluindo habilidades relacionadas a dados, proteção e privacidade de dados, mas também considerações éticas);
- Tecnologias emergentes, como a Internet das Coisas (IoT)
- Preocupações de sustentabilidade ambiental (por exemplo, recursos consumidos pelas TIC);
- Contextos novos e emergentes (por exemplo, trabalho remoto e trabalho híbrido). (VUORIKARI R. et al., 2022, p. 6, tradução nossa).

O *DigComp* apresenta 5 áreas que contemplam conceito e prática de competência digital, é apontado que as três primeiras tratam de competências relacionadas a atividades e usos específicos, enquanto as áreas 4 e 5 são transversais, devido a sua aplicabilidade em todas as atividades nos meios digitais. A figura 5 apresenta e descreve as 5 áreas de competências:

Figura 5 - Áreas de Competência DigComp



Fonte: tradução nossa de VUORIKARI R. et al., 2022 p.7.

Cada área de competência (Dimensão 1) tem sua própria cor, que é usada para exibir todas as competências dentro da área (Dimensão 2) e os tons da mesma cor são usados para identificar níveis de proficiência (Dimensão 3): básico (1 e 2), intermediário (3 e 4), avançado (5 e 6) e altamente especializado (7 e 8), conforme ilustrado pela figura 6.

Figura 6 - Exemplo Dimensões e Níveis de Proficiência DigComp 2.2



Fonte: tradução nossa de VUORIKARI R. et al., 2022, p.8.

Essa versão conta com símbolos gráficos para reunir exemplos, em que o livro representa conhecimento, a bicicleta relaciona-se às habilidades práticas e o coração representa atitudes.

Correlata à CD, a Competência Midiática e Informacional desenvolve conhecimento, habilidades e competências associados à ColInfo e Alfabetização Midiática (CASARIN; CERIGATTO, 2017) voltados à informação e mídia, principalmente, e a dispositivos digitais.

3.3 Competência Midiática e Informacional

Inquietações relacionadas à propaganda, ideologia e política nas mídias já eram pauta desde os anos 1950, mas somente na década seguinte é que expressões e conceitos de “educação para as mídias” ou “mídia-educação” são cunhados, ganhando destaque ao serem mencionados pela UNESCO (BELLONI; BÉVORT, 2009). Tais definições que relacionavam educação e mídia foram apontadas como uma solução para questões educacionais e sociais referentes à alfabetização em grande escala. A Declaração de Grünwald sobre a Educação para a Mídia (UNESCO, 1982) é o primeiro documento a reconhecer que sistemas políticos e educacionais precisam promover a compreensão crítica dos cidadãos sobre os fenômenos de comunicação (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

Os conceitos e iniciativas para o desenvolvimento da Competência em Informação e Competência em Mídia, apesar de terem evoluído separadamente,

convergem em um único conceito Competência Midiática e Informacional (CASARIN; CERIGATTO, 2017; DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017). Compreendeu-se que mídia, tecnologia e informação estão conectadas, assim como convergem em questões relacionadas às competências, habilidades e conhecimentos, dessa forma “[...] surge a necessidade de integração entre competência midiática e competência informacional.” (CASARIN; CERIGATTO, 2017, não paginado).

A aproximação entre os dois conceitos teve início em 2003, a partir do evento *Information Literacy Meeting of Experts* realizado em parceria da *National Commission on Library and Information Science* e o *National Forum on Information Literacy*, apoiado pela UNESCO. O evento originou a Declaração de Praga em que o termo *Information Literacy* foi explicitado pela primeira vez em um documento da UNESCO (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017) e, além disso, foi apontada como um direito humano básico para a participação efetiva na Sociedade da Informação (UNESCO, 2003).

É na Declaração de Alexandria (UNESCO, 2005) que se consolidou oficialmente a aproximação entre *Media Literacy* e *Information Literacy*, a colaboração entre a UNESCO e a IFLA no Colóquio de Alto Nível em Alexandria, resultou na ênfase do aprendizado ao longo da vida, sendo a Educação a via que une ambos os conceitos (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 223). A *Media and Information Literacy* almeja o enfrentamento de obstáculos sociais, econômicos e tecnológicos a fim de reduzir desvantagens ao passo que promove bem-estar social a todos (UNESCO, 2005).

A Declaração de Fez (UNESCO, 2011) fortalece o conceito ao reiterar a Competência Midiática e Informacional (CMI) como um direito humano essencial e imprescindível à cidadania pois por meio de trocas interculturais, conhecimento, respeito e compreensão entre civilizações promove desenvolvimento social, cultural e econômico visando o desenvolvimento humano sustentável e a construção de sociedades participativas e democráticas. Ressalta-se ainda, na declaração, a necessidade de se compreender a convergência das tecnologias da informação e comunicação, assim como a CMI resulta da convergência entre a Alfabetização Midiática, Competência Digital e Competência em Informação (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

Desde então, a UNESCO tem realizado uma série de eventos e tem diversas publicações sobre a promoção e implantação da CMI. Destaca-se a *Global MIL Week*,

que, anualmente desde 2013, promove cooperação, debate e troca de experiências sobre o tema. Discussões conceituais e práticas sobre a CMI também podem ser identificadas na IFLA com a *Information Literacy Section*, que foca em ações de busca ativa, acesso eficiente, avaliação crítica e utilização ética da informação como bases da Competência Midiática e Informacional (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

A UNESCO é a principal organização mundial que se dedica à construção conceitual, discussão, disseminação e implementação da CMI (CARLSSON, 2019). O órgão propõe uma definição que não é baseada em um conceito fechado, mas que é orientada aos resultados da aprendizagem para que seja compreendida e aplicada como um conceito composto, em que se destaca:

- compreender o papel e as funções das mídias e de outros provedores de informação nas sociedades democráticas;
- compreender as condições nas quais essas funções possam ser realizadas;
- reconhecer e articular a necessidade informacional;
- localizar e acessar informações relevantes;
- com senso crítico, em termos de autoridade, credibilidade e finalidade atual, a informação e o conteúdo das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet;
- extrair e organizar a informação e o conteúdo midiático;
- sintetizar ou trabalhar com as ideias abstraídas do conteúdo;
- comunicar para um grupo de pessoas ou leitores, com ética e responsabilidade, sua compreensão sobre o conhecimento criado, em uma forma ou meio de comunicação apropriado;
- aplicar as habilidades em TDIC para processar a informação e produzir conteúdo gerado por usuários;
- engajar-se nas mídias e em outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, para autoexpressão, liberdade de expressão, diálogo intercultural e participação democrática (GRIZZLE, 2016).

Pode-se compreender o conceito como um conjunto de habilidades, conhecimentos e ações que promovem a interação e internalização de fundamentos específicos e essenciais à localização e avaliação de necessidades informacionais em relação ao acesso e uso das mídias, tecnologias e informação (WILSON et al., 2013). A CMI “[...] constrói uma compreensão do papel da mídia na sociedade, bem como habilidades essenciais de investigação e autoexpressão necessárias para os cidadãos de uma democracia” (CENTER FOR MEDIA LITERACY, 2019, não paginado,

tradução nossa). A Competência Midiática e Informacional é compreendida inclusive como um direito humano fundamental.

Dado o contexto em que as TDIC têm um papel cada vez mais relevante, esse conjunto de competências abrangidas pela CMI é essencial para garantir liberdade de expressão, liberdade de informação e liberdade de imprensa, além de ser crucial em termos de integração e participação social. O movimento e conceito da CMI é fundamentado no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois seu objetivo final visa contribuir para a formação de cidadãos inspirados, expressivos e ativos (UNESCO, 2013).

Segundo Carlsson (2019), a CMI evoluiu enquanto conceito e prática como um processo norteado para o ensino e desenvolvimento de conhecimentos, consciência cultural e habilidades pertinentes à mídia e à informação, bem como à cultura da mídia. A autora aponta ainda que a convergência da Competência Midiática e Competência em Informação se fez necessária a partir do frenesi proporcionado pelo desenvolvimento de novas mídias, em que os dispositivos tecnológicos, midiáticos e informacionais se fundiam. Essa conexão, por um lado, enfatiza a importância do acesso, avaliação e uso ético da informação e, por outro lado, habilita a compreensão acerca das funções da mídia, bem como a avaliação dessas funções e como impactam questões de auto expressão e participação social. Logo a “[...] CMI torna-se um nexo para uma série de habilidades vitais e tipos de conhecimento – e em última análise, uma questão de reflexão crítica e envolvimento social em uma perspectiva democrática” (CARLSSON, 2019, p.48, tradução nossa).

Ao longo de décadas, a UNESCO tem liderado as ações em torno da competência midiática e informacional (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017) e ao realizar “A Semana Global de Competência Midiática e Informacional (MIL)” anualmente desde 2012 fomenta o projeto “Competência Midiática e Informacional. A décima Semana Global de Competência Midiática e Informacional (MIL) ocorreu em 2021, tendo como destaque como o acesso a informações baseadas em fatos são cruciais fundamental o cunho analítico da democracia, como foco em como a pandemia foi e tem sido marcada pela desinformação, chamado de “infodemia”. O documento aponta que essas questões trouxeram também novas oportunidades de discussão que demandam um novo entendimento acerca da informação e de como ela é disseminada, destacando a importância de governos para impulsionar esforços nacionais e institucionais para fomentar essas mudanças no que tange à educação,

mas que também é preciso ir além desses sistemas de educação formal para desenvolver novas ferramentas para alcançar todas as pessoas (GRIZZLE et al., 2021).

A partir do referencial teórico construído, é possível inferir que o cerne da Competência Midiática e Informacional é o desenvolvimento de um conjunto complexo de habilidades e conhecimentos voltados ao uso consciente, analítico e criativo dos processos informacionais em mídias diversas com foco no empoderamento do indivíduo. A seguir será apresentado o framework “*Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely*” (MIL) que é o documento referência para aqueles que têm trabalhado com o tema.

A UNESCO salienta que o desenvolvimento da CMI é fundamental para a vida e o trabalho no Século XXI. Em 2017, a organização definiu cinco leis para a Competência Midiática Informacional, que agregam à definição e exercício da CMI propostas pelo MIL, conforme a Figura 7.

Figura 7 - Cinco leis da Competência Midiática e Informacional



Fonte: tradução nossa de GRIZZLE et al., 2021, p. 13.

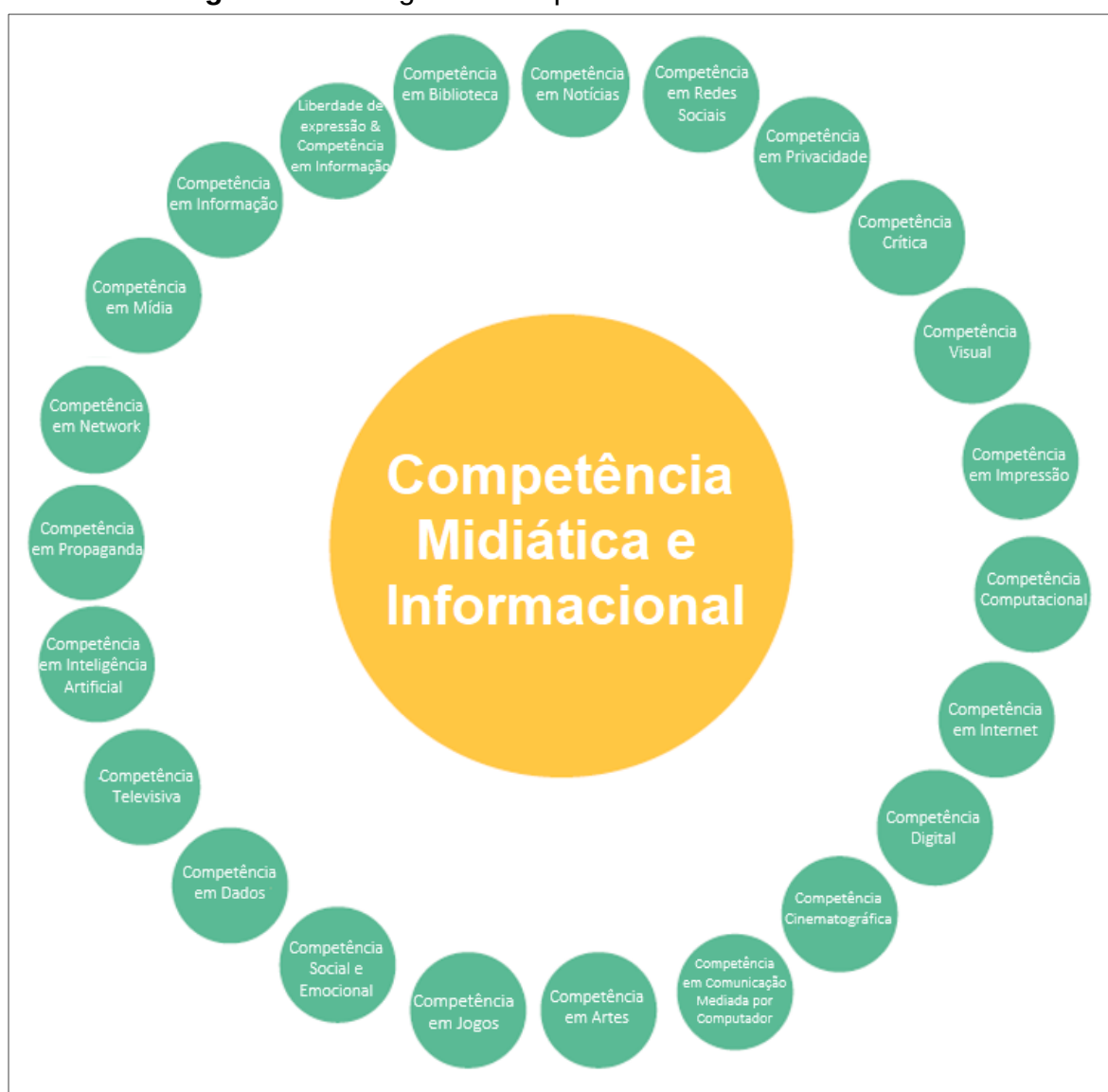
O MIL é uma continuação da estratégia da UNESCO de abordar aspectos da Competência Midiática e Informacional a partir de um conjunto combinado de competências necessárias para os cidadãos do século XXI. A primeira versão foi publicada em 2011, englobando aspectos referentes à informação, mídia e competências digitais sob o termo abrangente de “MIL”.

Os autores acreditam que o currículo ajudará a aumentar significativamente o número de professores e educandos competentes em mídia e informação em todo o

mundo que, por sua vez, resultará em sociedades competentes em mídia e informação.

A atualização do MIL, em 2021, é uma resposta aos novos desenvolvimentos nos domínios informacional, midiático e digital, incluindo inteligência artificial, surgimento de novos conceitos, bem como o aumento exponencial da desinformação e do discurso de ódio online. O conceito de Competência Midiática e Informacional relaciona-se com uma miríade de outras competências compreendidas como essenciais aos cidadãos do século XXI (Figura 8).

Figura 8 - Ecologia da Competência Midiática e Informacional



Fonte: tradução nossa de GRIZZLE et al., 2021, p. 12.

A atualização tem relação direta com os impactos percebidos relacionados à desinformação e as *fake news*, especialmente através das redes sociais, o que se entende por “infodemia” (GRIZZLE et al., 2021). Tal fenômeno ficou mais evidente

durante a pandemia de COVID-19, que segundo os autores, demonstrou muito claramente a necessidade de acesso a informações baseadas em fatos em todas as áreas da sociedade, evidenciando seu papel como pilar crítico da democracia e central para a resolução de problemas (GRIZZLE et al., 2021).

A Figura 9 apresenta, de forma sucinta, as definições de terminologias essenciais, separadamente, para fundamentar a compreensão da Competência Informacional e Midiática enquanto uma concepção unificada que incorpora elementos de informação, mídia e tecnologias digitais.

Figura 9 - Elementos chave da Competência Midiática e Informacional MIL 2021

Competência em Informação						
Definir e articular necessidades informacionais	Localizar e acessar informação	Avaliar informação	Organizar informação	Fazer uso ético da informação	Disseminar informação	Usar habilidades relacionadas às TIDC para processamento de informação
Competência em Mídia						
Compreender o papel e funções da mídia e de empresas de comunicação na Internet em sociedades democráticas	Compreender as condições sob as quais as mídias podem cumprir suas funções	Avaliar criticamente o conteúdo midiático conforme os critérios de funcionamento das mídias		Engajar através das mídias para auto-expressão e participação democrática	Revisar habilidades (inclui-se relacionadas às TIDC) necessárias para a produção e consumo de conteúdo pelo usuário	
Competência Digital						
Uso de ferramentas digitais	Compreender o que é Identidade Digital	Reconhecer direitos digitais	Estimar problemas relacionados à Inteligência Artificial	Melhorar a comunicação digital	Gerenciar saúde digital	Praticar segurança e proteção digital

Fonte: tradução nossa de GRIZZLE et al., 2021, p. 9.

A publicação divide-se em duas partes, a primeira fornece o Currículo e Estrutura da Competência Midiática e Informacional, a partir de um panorama geral da lógica, do design e dos principais temas do documento; a parte dois inclui os módulos básicos e não essenciais detalhados do currículo.

Destaca-se como ponto de convergência entre as propostas, CD e CMI, a avaliação dos conteúdos veiculados pelas TDIC, redes sociais, *apps* de mensagem instantânea e na Internet, assim como a avaliação crítica relacionada ao seu uso e apropriação. Requisitos fundamentais para o século XXI como um dos elementos de garantia de participação social legítima dos indivíduos.

A partir do referencial teórico é possível compreender a complexidade dos fenômenos *fake news* e desinformação, resultando em abordagens igualmente complexas acerca das competências relacionadas à informação, nomeadamente Competência em Informação, Competência Digital e Competência Midiática e Informacional. Assim, o movimento e ação educativa fomentado por esse Mosaico de Competências (MARZAL, 2020) pode ser um meio de identificação e combate das *fake news* e desinformação ao promover conhecimento, habilidades e atitudes que aprimoram a criticidade e proatividade do sujeito em relação à informação, especialmente no ciberespaço.

A próxima seção aborda os procedimentos metodológicos. Os métodos foram escolhidos de acordo com a necessidade do desenvolvimento do trabalho, em conformidade com os objetivos propostos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, incluindo a caracterização da pesquisa, bem como o método de análise utilizado.

4.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa é qualitativa, descritivo-exploratória, bibliográfica através de um mapeamento sistemático de literatura e documental, pois almeja a identificação e discussão sobre a problemática *fake news* e desinformação a partir da análise dos documentos DigComp (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022) e MIL (GRIZZLE et al., 2021).

A abordagem qualitativa corresponde à necessidade da descrição dos fenômenos investigados e é caracterizada “[...] por esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica” (FLICK, 2009, p. 8). Compreende-se que a pesquisa qualitativa viabiliza a apreensão e entendimento com mais profundidade, em que o aspecto subjetivo da ação social tem mais relevância em determinada conjuntura na qual dados estatísticos são incapazes de explicar, logo a abordagem qualitativa oferece meios de investigação propícios para a compreensão de aspectos específicos de fenômenos complexos (HAGUETTE, 2013).

Quanto à sua tipologia, caracteriza-se por ser descritiva-exploratória. O aspecto descritivo é evidenciado pela necessidade de detalhamento das características para que se possa estabelecer relações entre as variáveis emergentes do fenômeno estudado no contexto das estratégias propostas pelos documentos selecionados (SILVA; MENEZES, 2001; GIL, 2018); ao passo que almeja também proporcionar maior familiaridade com o fenômeno, *fake news* e desinformação, com a finalidade de explicitá-lo e/ou construir hipóteses (SILVA; MENEZES, 2001; GIL, 2018).

A pesquisa foi realizada em duas etapas: bibliográfica através de um mapeamento sistemático de literatura e documental, através da análise da problemática das *fake news* e da desinformação nos documentos DigComp (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022) e MIL (GRIZZLE et al., 2021).

4.2 Procedimentos para o Mapeamento Sistemático de Literatura

Realizou-se o mapeamento sistemático da literatura a fim de proporcionar um panorama geral das áreas temáticas Competência Digital e Competência Midiática e Informacional relacionadas ao combate de *fake news* e desinformação. O mapeamento sistemático da literatura configura-se como uma modalidade de revisão sistemática, a qual demanda menor profundidade na extração dos dados e tem foco na categorização dos estudos encontrados (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007).

As buscas foram realizadas em três bases de dados científicas. A nível nacional a busca foi realizada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) utilizando a estratégia “*fake news*” AND “desinformação” AND “competência digital” e “*fake news*” AND “desinformação” AND “competência em mídia e informação”. E a nível internacional, foram consultadas bases de dados multidisciplinares, nomeadamente: *Scopus* e *Web of Science* (WoS). Para isso foram utilizadas as seguintes estratégias de busca: “*fake news*” AND “*disinformation*” AND “*digital literacy*” e “*fake news*” AND “*disinformation*” AND “*media and information literacy*” utilizaram-se os filtros: artigos completos; intervalo de tempo de janeiro de 2018 a dezembro de 2022.

Foi definido um protocolo de pesquisa que estabeleceu as estratégias adotadas para realizar a busca e a seleção dos estudos que foram incluídos na revisão, o procedimento de extração e coleta dos dados e as possíveis classificações nas quais os estudos podem ser categorizados, a estratégia de síntese, análise dos dados extraídos e interpretação dos dados (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007).

Quadro 3 - Protocolo de Mapeamento Sistemático de Literatura

Objetivo geral	Identificar o panorama das pesquisas que abordam a Competência Digital relacionada à desinformação e às <i>fake news</i> ; e sobre Competência Midiática e Informacional relacionada à desinformação e às <i>fake news</i> .
Fontes Pesquisadas para obtenção dos estudos Primários	<i>Web of Science</i> , SCOPUS e BRAPICI
Restrições	Trabalhos publicados nos últimos 5 anos, de janeiro de 2018 a dezembro de 2022.
Critérios de Inclusão e Exclusão	Inclusão: Artigos em português, inglês e espanhol. Artigos publicado em revista científica. Artigos sobre CD relacionado à desinformação e <i>fake news</i>. Artigos sobre CMI relacionado à desinformação e <i>fake news</i>. Exclusão: Artigos em outros idiomas. Livros. Capítulos de livros. Trabalhos publicados em eventos. Artigos publicados antes de 2018. Artigos que não tratam especificamente da temática.

Dados a extrair dos Estudos Primários	Título, Resumo e Palavras-Chave.
Palavras-Chave de Busca nas Bases de Dados	"fake news" AND "desinformação" AND "competência digital" "fake news" AND "disinformation" AND "digital literacy" "fake news" AND "desinformação" AND "competência midiática e informacional" "fake news" AND "disinformation" AND "media and information literacy"
Processo para a Seleção dos Estudos Primários	Os artigos selecionados para download deverão corresponder aos critérios de inclusão e exclusão descritos acima.
Estratégias de Extração da Informação	Os documentos recuperados serão lidos na íntegra, a fim de identificar os principais enfoques teóricos dos artigos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O protocolo foi aplicado e seguido conforme o quadro acima. Optou-se pelo Mapeamento Sistemático de Literatura por ser uma técnica de coleta de dados caracterizada por seguir protocolos específicos que permitem a reprodutibilidade por outros pesquisadores, posto que que explicita as bases de dados consultadas e estratégias de busca empregadas, assim como aponta as limitações da própria técnica (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007).

A seguir será apresentado um panorama acerca de pesquisas recentes de CD e CMI relacionados ao combate à desinformação e as *fake news*. O levantamento gerou os seguintes resultados:

Tabela 1 - Itens recuperados nas bases de dados

Expressões de busca	Bases de dados	Itens recuperados
"fake news" AND "desinformação" AND "competência digital"	BRAPCI	1
"fake news" AND "disinformation" AND "digital literacy"	Scopus	27
	WoS	25
"fake news" AND "desinformação" AND "competência midiática e informacional"	BRAPCI	0
"fake news" AND "disinformation" AND "media and information literacy"	Scopus	17
	WoS	17
Total		87

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

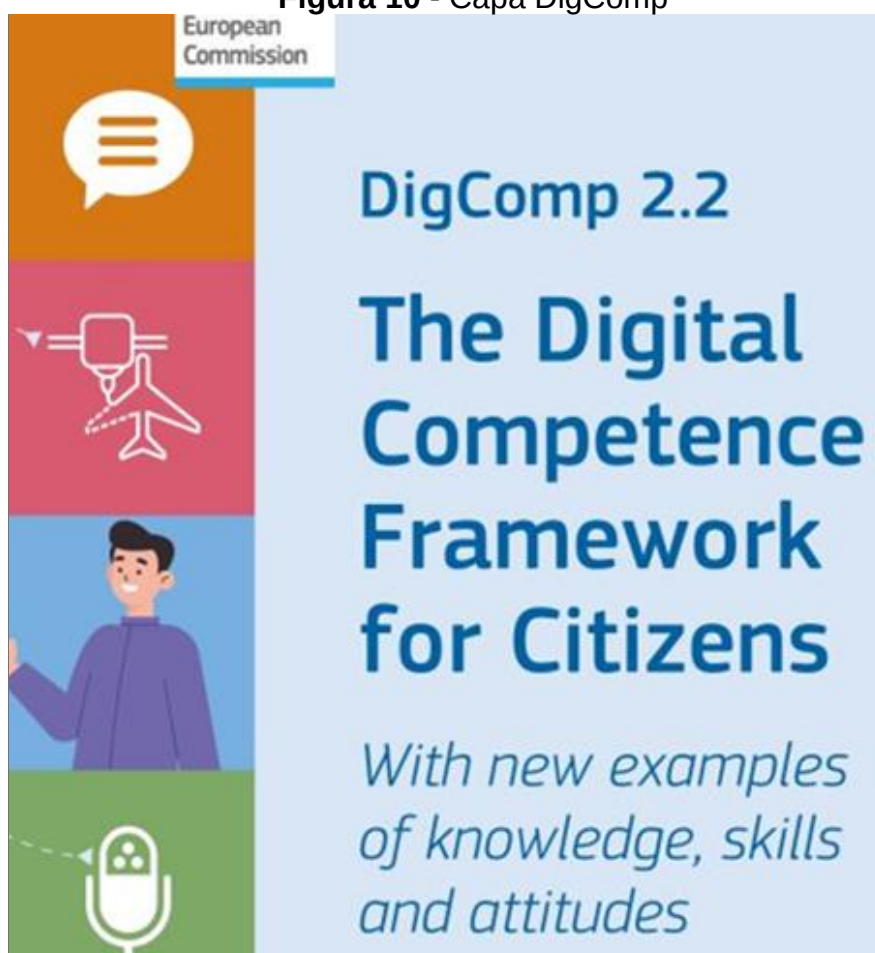
Após a exclusão de itens duplicados ou não pertinentes à temática, obteve-se um total de 39 artigos publicados no intervalo de janeiro de 2018 a dezembro de 2022.

4.3 Procedimentos da análise documental

A etapa documental engloba a apreensão, compreensão e análise de dois documentos, nomeadamente os frameworks *Digital Competence Framework for Citizens* (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022) e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely* (GRIZZLE et al., 2021), objetivando extrair informações relevantes ao objetivo da pesquisa (CELLARD, 2012).

É imprescindível que o pesquisador tenha familiaridade em relação à conjuntura socioeconômica, cultural e política da produção do(s) documento(s) analisado(s). Tal análise é necessária para compreensão das particularidades sobre a organização do documento, e, ainda, para evitar a interpretação descontextualizada do conteúdo, ao passo que também possibilita aprender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, reações e identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão (CELLARD, 2012). Assim, é fundamental compreender as condições e contexto em que ambos os documentos foram elaborados.

Figura 10 - Capa DigComp

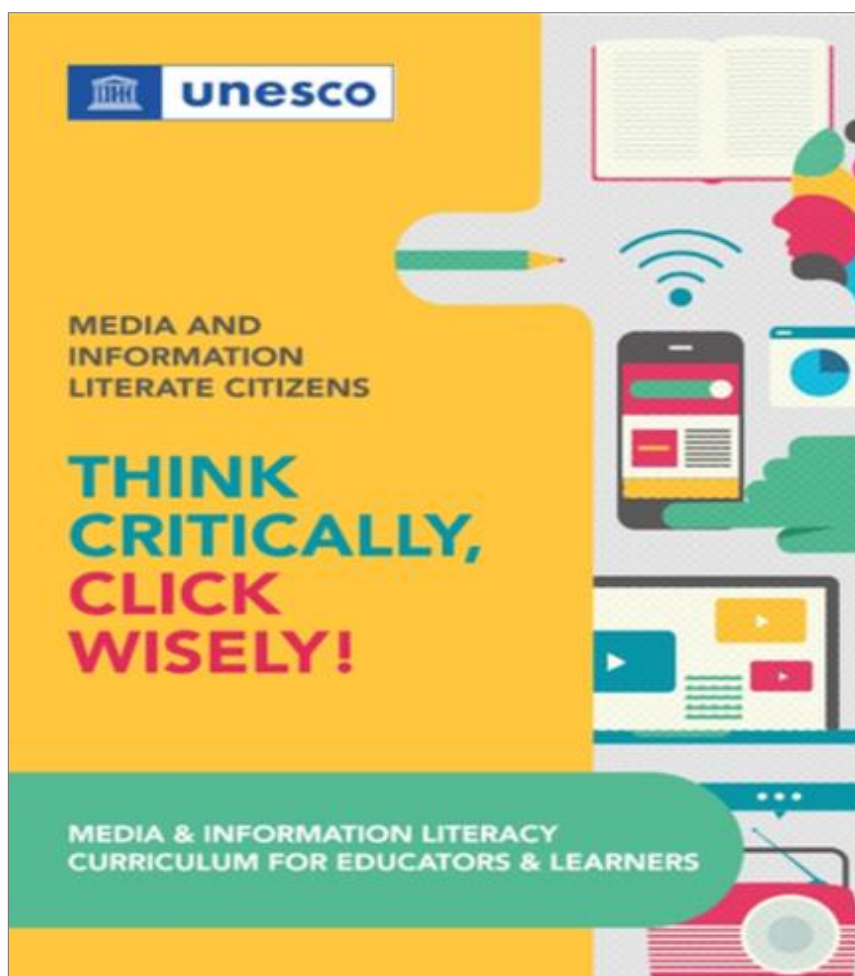


Fonte: VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022.

O DigComp é voltado aos cidadãos europeus e foi elaborado em uma conjuntura de grande conscientização da necessidade de desenvolver e aferir a competência digital por parte da União Europeia. Há um planejamento por parte da UE que objetiva que pelo menos 80% da população apresente habilidades digitais básicas e contar com 20 milhões de especialistas em TDIC até 2030. Essas metas são respaldadas pelo Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022).

A organização do conteúdo do DigComp é feita de forma dinâmica, por meio de quadros de competências e apresenta níveis de proficiência a partir de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes pré-determinados. Contudo, ainda que o órgão responsável pelo documento indique que o mesmo é direcionado aos cidadãos e ele seja de livre acesso através da página do JRC, trata-se de um referencial para que mediadores como educadores, bibliotecários e outros que queiram se engajar nesta atividade de formação, possam identificar o nível de proficiência de seu público alvo, a partir do teste disponível na plataforma *Digital Skills & Jobs Platform* (EUROPEAN UNION, 2022) e planejar as atividades de formação a partir dos resultados. O documento ainda oferece cenários contextualizados de trabalho e de educação, corroborando que especialistas, como profissionais da CI e educadores, devem coordenar a implementação das propostas do documento.

Figura 11 - Capa MIL



Fonte: GRIZZLE et al., 2021.

O MIL, por sua vez, é voltado a todos os cidadãos e busca evidenciar o contexto sociocultural, diálogo e a tolerância intercultural da CMI para fortalecer o debate democrático. A publicação foi elaborada com o objetivo de evidenciar a Competência Midiática e Informacional como questão central da agenda educacional global da UNESCO (GRIZZLE et al., 2021).

O documento é dividido em duas partes e mais um glossário, o que possibilita maior profundidade da conceituação dos termos apresentados no texto. A UNESCO afirma que o documento é destinado a educadores e cidadãos. É possível observar que conteúdo e orientações propostas pelo MIL são, em maior grau, voltadas à especialistas. Dado que além de ser um documento extenso e detalhado, apresenta proposições pedagógicas estruturadas e atividades a serem desenvolvidas em grupo, o que dificilmente seria realizado por indivíduos não especializados ou fora do contexto educacional.

4.4 Tratamento, análise e interpretação dos resultados

Como procedimento, aplicou-se a Análise de Conteúdo (AC), que é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 44).

Explicita-se que a escolha do método AC para alcançar indicadores por meio de sistematização e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, que permitam a inferência de conhecimentos relativos à descrição da realidade a partir de dados que não podem ser quantificados.

A aplicação do método seguiu a organização de Bardin (2016), quanto às diferentes fases da análise em três etapas.

A primeira, pré-análise, pode ser caracterizada como uma fase de organização. Inicialmente foi realizada leitura flutuante, em que a partir de uma pré-seleção de referenciais relacionados à conjuntura CD, CMI, desinformação e *fake news* foi realizada uma leitura dos principais tópicos: apresentação, partes do conteúdo e histórico da organização que elaborou o documento. Essa etapa de leitura foi fundamentada pelo referencial teórico que estava sendo construído concomitantemente a fase de pré-análise. A finalidade foi fundamentar a escolha dos documentos analisados (e eliminação dos que não foram analisados). A partir desta fase foram elaborados os indicadores que orientaram a interpretação e análise formal dos documentos DigComp e MIL.

A fase de exploração do material, com o *corpus* já estabelecido, foi possível estudá-lo profundamente a fim de estabelecer as unidades de registro e unidades de contexto. “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (BARDIN, 2016, p. 101). Bardin (2016) afirma que o uso de *softwares* pode ou não ser interessante para a análise de conteúdo, a depender do caso. Na presente pesquisa, optou-se pela análise manual.

Assim, foi feita a leitura completa de ambos os documentos. A partir dessa leitura, foi possível observar pontos convergentes entre ambos os documentos e a revisão de literatura elaborada pela autora. Escolheu-se então o tema como “unidade de registro”, posto que é o sentido que espontaneamente é compreendido através da

leitura do texto analisado (BARDIN, 2016). Foram realizadas novas leituras, a partir das unidades de registro buscando congruências e diferenças entre elas. Foi estabelecido cores de realce de texto diferentes para cada um dos temas para facilitar a organização posterior.

As unidades de registro foram designadas a partir de seis temas os quais também foram estabelecidos pela pesquisadora a partir da identificação de aspectos relevantes relacionados aos fenômenos desinformação e *fake news* com base no referencial teórico. Os seis temas ou unidades de registro estão explicitados no Quadro 4.

Quadro 4 - Unidades de Registro para análise DigComp e MIL

Temas	Questionamentos
Conceitos importantes	Há definições sobre conceitos imprescindíveis ao entendimento sobre os fenômenos desinformação, fake news, competências e informação?
Avaliação	Há instrumentos que levem o cidadão a avaliar a qualidade da informação no ciberespaço?
Competências	Há elementos pautados em CD e CMI que fomentem a criticidade do cidadão acerca da informação <i>online</i> ?
Manipulação	Os principais aspectos relacionados à manipulação, emoções negativas e indução a sentimentos negativos são evidenciados como intrínsecos à desinformação e <i>fake news</i> ?
Inteligência Artificial	Como é abordada a relação Inteligência Artificial, desinformação e <i>fake news</i> ?
Empoderamento	Como são abordadas as competências quanto ao empoderamento do cidadão frente aos desafios impostos pela desinformação e <i>fake news</i> à manutenção da cidadania e Direitos Humanos?

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Essas seis categorias do Quadro 4 atendem aos conceitos definidos a partir da fase de pré-análise. O sistema de categorias é resultado da classificação progressiva dos elementos e foi construído a partir das diretrizes de “boas categorias” (BARDIN, 2016) que são: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e produtividade.

Uma inferência é a construção de uma suposição dada correlação a proposições já estabelecidas através de operações lógicas (BARDIN, 2016). Nesta pesquisa, as inferências foram construídas a partir dos pressupostos teóricos acerca de desinformação e *fake news*, além de situações concretas de seus produtores/receptores como conforme a seção 2.2.1. Exemplos de *Fake News* no contexto brasileiro bem; como da exploração do conceito de Mosaico de Competências. O contexto histórico e social das temáticas abordadas conduziu a

concepção das inferências propostas, com o intuito de dispor a aplicação do método relevância teórica.

Foram construídas seis categorias de análise que estão explicitadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Categorias de análise e respectivas inferências

Categorias de Análise	Inferências
1. Conceitos chave	A – Definição de <i>fake news</i>
	B – Definição de desinformação
	C - Definição de CD e CMI
2. Avaliação da informação	A - Princípios para avaliação crítica da informação no contexto das TDIC, redes sociais, <i>apps</i> de mensagem instantânea e mídias
	B- Princípios de avaliação pautados em processos objetivos que garantem exatidão, autoridade, objetividade, atualidade e abrangência acerca do que é uma informação factual.
3. Habilidades, conhecimentos e atitudes	A- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltadas especificamente ao combate à desinformação e as <i>fake news</i> .
	B- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao reconhecimento dos aspectos de manipulação das <i>fake news</i> .
	C- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao uso de ferramentas de checagem de fatos.
4. Aspectos de manipulação	A - Relação entre emoções negativas e o resultado em ganhos financeiros através de cliques.
	B - Diretrizes para verificar discurso de ódio e preconceito.
5. <i>Bots</i> e IA	A - Diretrizes voltadas ao entendimento do papel dos <i>bots</i> na disseminação de <i>fake news</i> e desinformação.
	B - Diretrizes voltadas ao entendimento à influência da Inteligência Artificial na disseminação de <i>fake news</i> e desinformação.
6. Empoderamento	A - Diretrizes de uso e apropriação da informação, das mídias e das tecnologias com enfoque na aprendizagem ao longo da vida para além do domínio operacional.
	B - Relação entre cidadania e aprendizagem contínua de CD e/ou CMI como forma ativa de enfrentamento à desinformação e às <i>fake news</i> dado seu impacto negativo à sociedade democrática.

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

As categorias e inferências visam identificar as ações propostas nos documentos DigComp e MIL para combate às *fake news* e a desinformação de acordo com o objetivo geral desta pesquisa. Elas foram agregadas por semelhança, descrevendo-se os fatores agregadores, respeitadas as qualidades citadas previamente.

Com o objetivo de ilustrar quais inferências estão presentes (P+) ou ausentes (A-) nos documentos cada categoria apresenta uma síntese em forma de quadro que

antecede a análise. O Quadro exemplifica os quadros síntese das categorias de análise.

Quadro 6 – Exemplo: Quadros Síntese de Categorias de Análise.

Inferências	DigComp	MIL
XA – Inferência x	(A-)	(P+)
XB – Inferência xx	(P+)	(A-)
XC - Inferência xxx	(P+)	(P+)

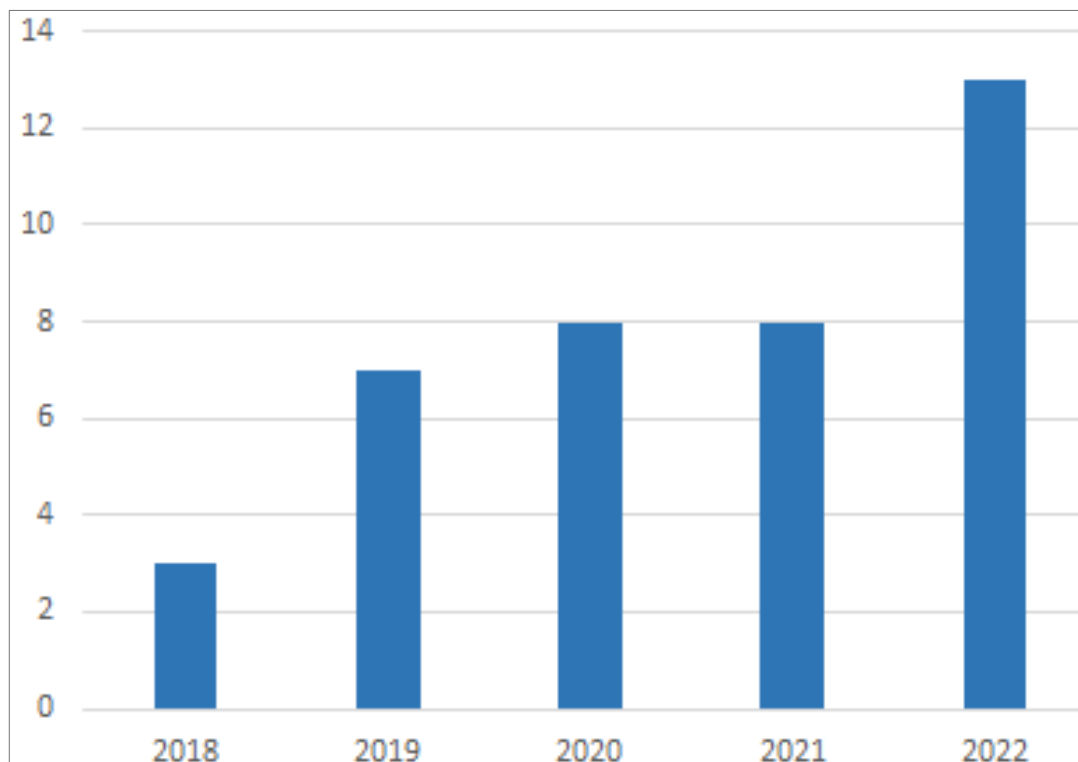
Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Espera-se que os procedimentos metodológicos empregados contribuam para a compreensão dos diferentes aspectos referentes a desinformação e *fake news* possibilitando estabelecer interconexões entre Competência Digital e Competência Midiática e Informacional, assim como apresentar as análises e reflexões sobre as propostas para combate do fenômeno nos documentos analisados.

5 MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DE LITERATURA

A seguir será apresentado um panorama acerca de pesquisas recentes de CD e CMI relacionados ao combate à desinformação e as *fake news*. Verificou-se que houve um aumento significativo de publicações no ano de 2022.

Gráfico 3 - Número de publicações de CD e CMI com enfoque em *fake news* e desinformação entre 2018 e 2022.

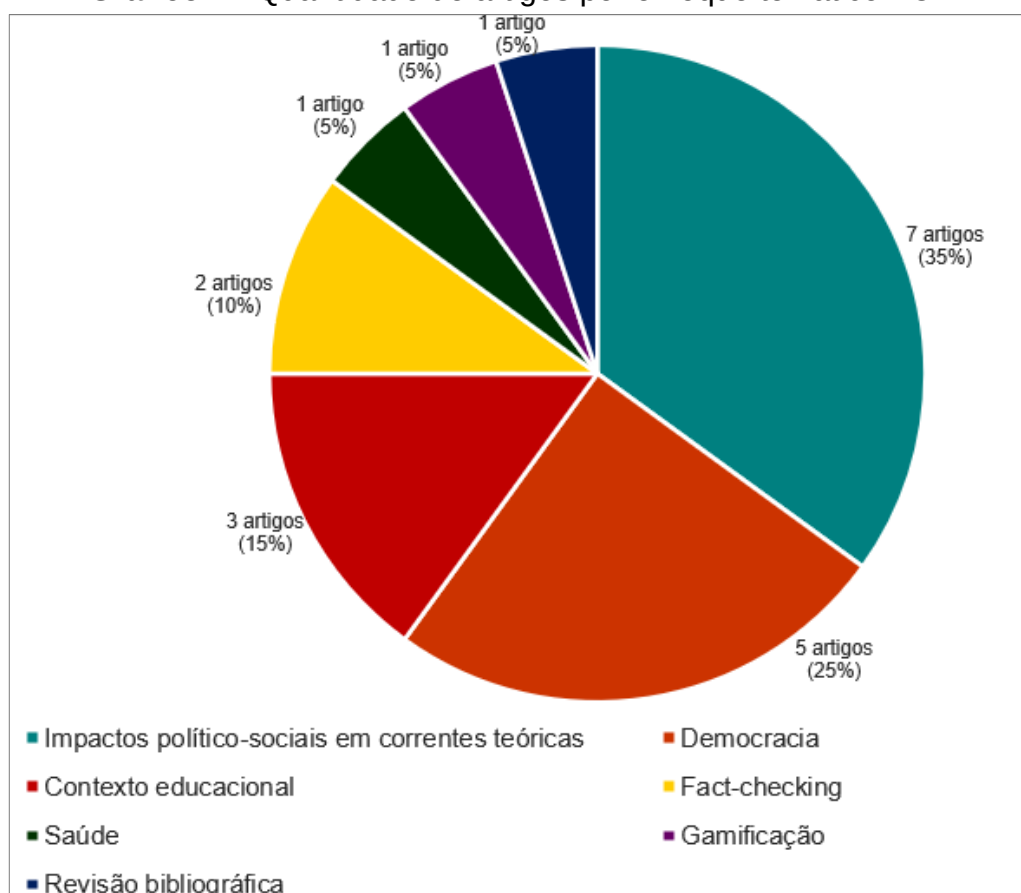


Fonte: dados da pesquisa (2022).

Para uma análise mais apurada, os artigos selecionados foram agrupados em dois grupos: aqueles que relacionam CD à desinformação e *fake news* e aqueles que tratam de CMI à desinformação e *fake news*, visto que utilizam referenciais específicos embora enfoquem sobre o mesmo objeto estudo. Os resultados estão apresentados a seguir.

5.1 Competência Digital, desinformação e *fake news* e desinformação

As pesquisas que relacionam Competência Digital à desinformação e *fake news* e desinformação foram agrupadas conforme o enfoque temático (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Quantidade de artigos por enfoque temático - CD

Fonte: dados da pesquisa (2022).

As transformações político-sociais impactam diretamente no entendimento teórico da Competência Digital. Sete artigos analisados apresentam esse enfoque temático (PANDEY, 2018; KWANDA; LIN, 2020; RIDOUT *et al.*, 2020; MOORE; HANCOCK, 2022; DIEPEVEEN; PINET, 2022; VIANNA, MENDONÇA, 2022; WATARI *et al.*, 2022). Os artigos destacam como questões relacionadas à interação entre plataformas digitais e algoritmos podem ser manipuladas por vieses e preconceitos, o que intensifica a disseminação de *fake news* e a CD é apontada como um instrumento de identificação dos próprios preconceitos de forma analítica para que sejam combatidos utilizando os conhecimentos e habilidades com ferramentas digitais.

A CD como requisito fundamental para a manutenção da democracia no século XXI é o enfoque de cinco artigos (KING, 2019; MARE; MABWEAZARA; MOYO, 2020; MEZZANOTTE, 2022; REYERO; MARTÍN, 2022; VIANNA; MENDONÇA, 2022). Nesse contexto, compreende-se a Democracia como o regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, segundo uma série de princípios que orientam a atuação dos governos em que os representantes são escolhidos através de processos eleitorais periódicos que resultam na rotatividade de governantes, com ideais de

cidadania, igualdade e liberdade, em que a luta pelos direitos e a exigência do cumprimento destes é legitimado (CHAUI, 2012). O discurso de ódio, preconceito e conspiração característicos às *fake news* são obstáculos para o cidadão em busca de informação factual. Logo, a CD é empregada para estimular a criticidade sobre fontes e sentidos da informação no ambiente digital, em um exercício ético e social aliado a conhecimentos e habilidades técnicas para o uso das tecnologias digitais.

Há três artigos que evidenciam a Competência Digital no Contexto Educacional, que abrangem os anos iniciais de formação, até pós-graduação, como resposta à desinformação e as *fake news* (ROMERO-RODRÍGUEZ; CONTRERAS-PULIDO; PÉREZ-RODRÍGUES, 2019; MARTZOUKOU, 2020; BAPTISTA; GRADIM; GRADIM, 2022). Conforme estes documentos, a CD reúne fundamentos de CoInfo associado ao desenvolvimento de conhecimentos e atitudes para uso das TDIC e mídias sociais, fomentando habilidades digitais fundamentais ao século XXI. Os estudos salientam a importância da CD na prática de educadores, pois as mudanças tecnológicas impactam diretamente a sociedade e, conseqüentemente, o processo educacional e os significados da atividade profissional devido às exigências resultantes dessas transformações digitais (ALMAZOVA; KONDAKOVA; CHISLOVA, 2022). A aprendizagem ao longo da vida é destacada como primordial nesse contexto e para a construção da criticidade em relação às TDIC e redes sociais.

Conforme Santos e Maurer (2021), a checagem de fatos, *fact-checking*, confronta conteúdos com dados, pesquisas e registros pautada por critérios objetivos. Dois artigos relacionam o uso das agências de checagem à CD para combate às *fake news* e desinformação (ÜNAL; ÇIÇEKLIOĞLU, 2019; SISO, 2020). Essas pesquisas salientam aspectos como os princípios aplicados nessas agências, transparência das fontes, transparência de financiamento e organização, transparência da metodologia, da correção aberta e honesta de análises e apartidarismo (MENA, 2019) podem ser aliados aos princípios de CD para a investigação acerca das informações nas redes sociais, TDIC e *apps* de mensagem instantânea.

Um artigo (MARTZOUKOU, 2021) relaciona a DC com questões de saúde, especialmente quanto ao cenário de infodemia e *fake news* sobre vacinação, uso de máscaras e protocolos sanitários durante a pandemia de Covid-19. Redes sociais também são utilizadas como fonte de informação sobre saúde, ainda que não necessariamente sejam fontes confiáveis (TABOSA; PINTO, 2016; BRASILEIRO; ALMEIDA, 2021), criando um cenário propício à desinformação. A Competência

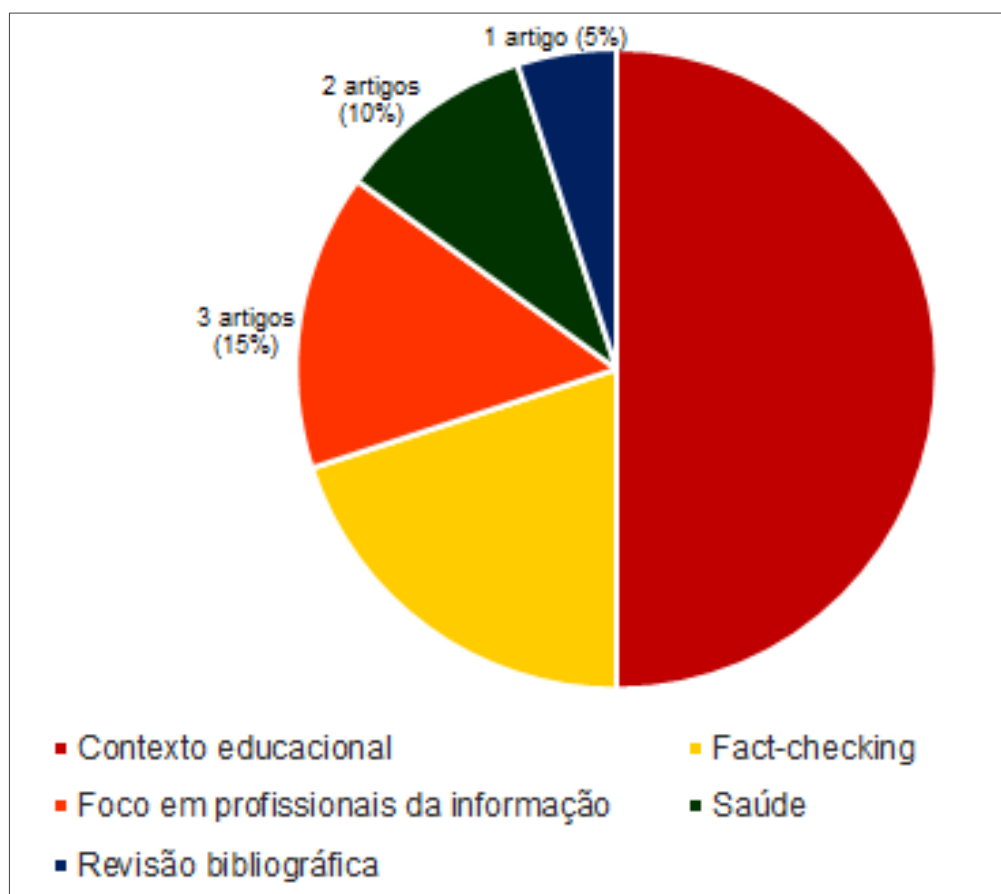
Digital é proposta como uma ferramenta para fomentar habilidades e atitudes pautadas na criticidade para garantir imunidade às *fake news*.

A gamificação aplica mecânicas características de videogames, como a criação de narrativas, conflitos, estratégias de tentativa e erro e sistemas de recompensa, em situações fora dos jogos a fim de engajar o indivíduo a aprender sobre diferentes assuntos de forma lúdica (GAMA; SILVA; CRUZ, 2014). Um artigo (GÓMEZ-GARCÍA; CARRILLO-VERA, 2020) aborda a CD com foco no ambiente informacional digital a partir da gamificação, evidenciando como o processo é centrado no sujeito e não se sobrepõem ao ensino tradicional, o objetivo é que o indivíduo aprenda conceitos enquanto desenvolve raciocínio e habilidades específicos para o enfrentamento das *fake news* jogando.

O artigo de Valverde-Berrocso, González-Ferández e Acevedo-Borrega (2022) explicita o histórico, correntes teóricas e as práticas da CD, enquanto aborda também questões de *multiliteracy*, a partir de uma revisão de literatura.

5.2 Competência Midiática e desinformação e *fake news*

O levantamento realizado sobre a temática Competência Midiática e Informacional com enfoque em desinformação e *fake news* permitiu identificar que os artigos apresentam diferentes enfoques, conforme demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Quantidade de artigos por enfoque temático - CMI

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O ensino da Competência Midiática e Informacional como essencial em diferentes contextos educacionais, desde os anos iniciais até a graduação, frente a desinformação e *fake news* é abordado em 10 artigos (EL RAYESS *et al.*, 2018; FIGUEIRA; SANTOS, 2019; MICHEL *et al.*, 2019; SACHDEVA; TRIPATHI, 2019; DAMASCENO, 2021; GARCÍA-ROCA, 2021; NYGREN *et al.*, 2021; ADJIN-TETTEY, 2022; ENCINAS; GONZALES; PICOS, 2022; NYGREN; GUATH, 2022). Evidenciam-se questões acerca do desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes dos estudantes quanto às práticas informacionais relacionadas às plataformas de mídia social, em que o fluxo de *fake news* é massivo. Salienta-se que a CMI enquanto requisito nuclear da educação fomenta o pensamento analítico, possibilitando que os estudantes tenham mais autonomia associada à avaliação de fontes e canais de informação, bem como interpretar as notícias e informações recebidos por esses canais.

O *fact-checking* é um movimento que surge no jornalismo e têm se tornando objeto de interesse à CI já que propõe estratégias quanto à busca por informações confiáveis orientadas por princípios como verdade e objetividade (SANTOS;

MAURER, 2021). Há quatro artigos que relacionam o uso das agências de checagem à CMI para combate à *fake news* e desinformação (FRAU-MEIGS, 2019; KUS, 2020; KUS; BARCZYSZYN-MADZIARZ, 2020; NYGREN *et al.*, 2021). Essas pesquisas salientam aspectos como confiabilidade, relevância e autoridade, ao passo que o *fact-checking* é entendido como uma ferramenta que aliada à CMI para determinar a credibilidade das notícias em mídias digitais e desenvolver conhecimento, habilidades e atitudes para estipular o que é informação de qualidade (DUTRA; BARBOSA, 2017).

Três artigos (BOSTOVA, 2018; FONTANIN, 2021; DAS; TRIPATHI, 2022) destacam o papel dos profissionais da informação no fomento da Competência Midiática e Informacional como agentes ativos no enfrentamento das *fake news*. Segundo os autores, a problemática é complexa, exigindo assim uma abordagem também complexa por parte desses profissionais, pois não há uma cartilha ou soluções simples, os estudos apontam que combater o fenômeno é uma obrigação moral para profissionais de biblioteconomia e CI, discutindo inclusive questões sobre o compromisso ético dos profissionais da informação frente às vieses, preconceitos e até mesmo enganos.

Entende-se que é comum a usuários leigos buscarem informações sobre saúde na rede, contudo o usuário pode deparar-se com *fake news* e desinformação dada a facilidade de acesso e compartilhamento na Internet (TABOSA; PINTO, 2016; BRASILEIRO; ALMEIDA, 2021), principalmente em relação à vacinação e tratamentos. Nesse contexto, há dois artigos que abordam essa relação entre informação em saúde, CMI e *fake news* (GONZALES; CUEVA; TAFUR, 2021; RAQUEL *et al.*, 2022), especialmente em relação à pandemia de COVID-19. A divulgação de *fake news* acerca da COVID-19 e seus impactos que se estenderam desde à saúde pública à desestabilização das relações político-econômicas e sociais (FERREIRA; LIMA; SOUZA, 2021), demonstram que não apenas o cidadão mas até profissionais da saúde podem ser vítimas da desinformação, evidenciando como o fomento da CMI com profissionais de saúde é importante para contribuir no combate à infodemia.

Há uma pesquisa (VALVERDE-BERROCOSO, 2022) que explicita o histórico, correntes teóricas e as práticas da CMI frente à *fake news* e desinformação, caracteriza-se a partir do recurso metodológico de levantamentos bibliográficos em bases de dados e/ou em periódicos científicos como revisão de literatura. Os artigos

evidenciam a relevância da Competência Midiática e Informacional para a área de ciência da informação (CI).

A categorização das pesquisas serviu ao propósito de evidenciar as diversas abordagens que caracterizam a investigação acerca dessas temáticas. Ainda que separadas por categorias distintas, os múltiplos enfoques e abordagens têm relação entre si, já que questões políticas, sociais, de saúde e educacionais referentes à *fake news*, desinformação e competências impactam a sociedade como um todo.

A próxima seção desenvolve a análise dos referenciais DigComp e MIL conforme as categorias e inferências propostas e detalhadas na seção de Procedimentos Metodológicos.

6 ANÁLISES DOS REFERENCIAIS DIGCOMP E MIL

A primeira categoria de análise, “Conceitos-chave”, inclui as definições de *fake news* e desinformação, bem como os conceitos de Competência Digital e Competência Midiática e Informacional. O Quadro 5 apresenta uma síntese dos resultados da análise da primeira categoria.

Quadro 7 - Síntese da análise da categoria 1: Conceitos chave

Inferências	DigComp	MIL
1A – Definição de <i>fake news</i>	(A-)	(P+)
1B – Definição de desinformação	(P+)	(P+)
1C - Definição de CD e CMI	(P+)	(P+)

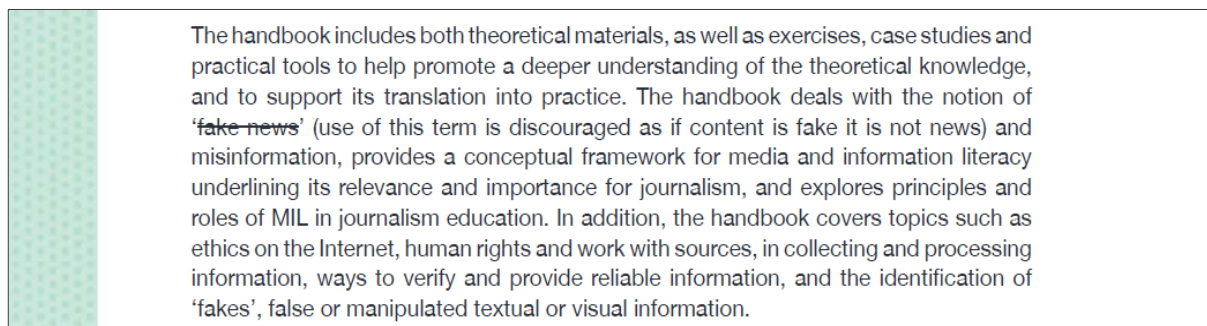
Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Verificou-se que os dois documentos analisados possuem a definição de Desinformação, mas somente o MIL possui a definição de *fake news*. O DigComp emprega o termo “*fake news*” apenas três vezes em todo o documento e não apresenta uma definição do mesmo. Pode-se inferir que o termo é entendido neste documento como conteúdo falso ou enganoso e que está relacionado à desinformação, conforme o trecho “[...] desinformação em mídias sociais e sites de notícias (por exemplo, informações de verificação de fatos e suas fontes, *fake news*, *deep fakes*) [...]” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 6, tradução nossa). É possível deduzir que os autores entendem o fenômeno como uma instância da desinformação. A falta de uma definição clara de *fake news* no DigComp pode comprometer o entendimento do cidadão sobre o fenômeno, pois ainda que seja um termo muito popular e que ganhou destaque na mídia nos últimos anos, em geral, não são elucidadas as suas principais características, como por exemplo, a mimetização do formato de notícia que leva o sujeito a acreditar que é uma informação factual (LAZER *et al.*, 2018) e o propósito de manipulação dada a perda de racionalidade (DOMINGOS, 2022). Deste modo, a falta de uma definição do termo pode comprometer as estratégias apontadas para o combate das *fake news* apresentadas ao longo do documento.

O MIL, por sua vez, desencoraja o uso do termo “*fake news*” ao enfatizar que se um conteúdo é enganoso, não é uma notícia, “[O framework] Desacredita o termo popular ‘*fake news*’ e o chama do que realmente é – conteúdo falso ou errôneo” (GRIZZLE *et al.*, 2021, p. 148, tradução nossa) e aponta que o uso dessa expressão pode ser empregado para suprimir notícias reais. O documento utiliza o recurso

gráfico tachado nessa expressão ao longo de todo o texto, como se vê no exemplo abaixo:

Figura 12 - Exemplo de uso do recurso tachado na expressão “*fake news*” no MIL



Fonte: GRIZZLE *et al.*, 2021, p. 43

Esta postura pode ser problemática, pois descrever *fake news* apenas como “conteúdo falso” não explicita a intencionalidade de manipulação social (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). Ainda que aponte que a popularidade de seu uso possa esconder informações factuais, não engloba como o termo *fake news* vem sendo usado também como bordão político e ideológico com o propósito de desacreditar informações verdadeiras (TANDOC *et al.*, 2018; VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018; MOLINA *et al.*, 2021). Os apontamentos acerca de *fake news* e desinformação se concentram no Módulo 4 - *Media and Information Literacy Competencies to Tackle Misinformation, Disinformation and Hate Speech: in Defense of Truthseeking and Peace* no documento da UNESCO.

Desinformação é caracterizada em ambos os documentos pela intenção deliberada de enganar. O DigComp pontua que a desinformação impede o exercício pleno da cidadania e relaciona *disinformation* (desinformação) e *misinformation* (informação incorreta) para elucidar os conceitos por comparação, “[...] desinformação é informação falsa intencionalmente criada e disseminada para enganar as pessoas, enquanto a informação incorreta é informação falsa independentemente da intenção de enganar ou enganar as pessoas” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 64, tradução nossa). Destaca-se que, no MIL, a desinformação engloba diferentes aspectos de conteúdo enganoso, impostor, fabricado, de conexões falsas, descontextualizado, manipulado, de teorias da conspiração e de mito (GRIZZLE *et al.*, 2021).

O DigComp define a Competência Digital como “[...]uma combinação de 21 competências agrupadas em cinco áreas principais. Desde 2016, as cinco áreas são Competência em informação e dados; Comunicação e colaboração; Criação de

conteúdo digital; Segurança; e resolução de problemas” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 64, tradução nossa). É um termo guarda-chuva que engloba a articulação de necessidades informacionais voltadas ao julgamento da relevância de fontes informacionais e de conteúdo informacional, e também para armazenar, gerir e organizar para localizar e recuperar dados, informação e conteúdo relacionado à capacidade de integração, comunicação e colaboração por meio das TDIC e da criação e edição de conteúdo digital; com foco em medidas de segurança e proteção ao salvaguardar os dados pessoais e a privacidade em ambientes digitais e elementos de resolução de problemas como fundamento para a apropriação da tecnologia e das práticas digitais.

A definição de Competência Midiática e Informacional, no MIL, é compreendida como um conceito guarda-chuva que abarca múltiplas competências, em que a Competência em Informação, Competência Midiática e Competência Digital são os elementos chave da CMI, dado que relacionam conhecimentos, habilidades e atitudes sobre acesso, avaliação e uso ético da informação com engajamento analítico da mídia e comunicação para o desenvolvimento sustentável e autoexpressão conectado ao uso de ferramentas digitais de maneira transversal à informação e mídia tradicional, empregando *hard* e *soft digital skills*. O documento indica que a CMI “[...] agrega áreas relacionadas que tem o mesmo objetivo geral de aprendizagem voltado a empoderar educandos e cidadãos para desenvolver habilidades críticas no consumo, uso, criação e compartilhamento de conteúdo” (GRIZZLE *et al.*, 2021, p. 63, tradução nossa).

A categoria de análise “Avaliação da Informação” engloba as recomendações para a avaliação da informação no ciberespaço e foram encontradas nos dois documentos analisados, conforme o Quadro 6:

Quadro 8 - Síntese da análise da categoria 2: Avaliação da informação

Inferências	DigComp	MIL
2A - Princípios para avaliação crítica da informação no contexto das TDIC, redes sociais, apps de mensagem instantânea e mídias	(P+)	(P+)
2B- Princípios de avaliação pautados em processos objetivos que garantem exatidão, autoridade, objetividade, atualidade e abrangência acerca do que é uma informação factual.	(P+)	(P+)

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

As inferências desta categoria, concentram-se na Dimensão 1 – *Information and Data Literacy*, 1.2 “*Evaluating data, information and digital content*” do DigComp. O documento aponta a necessidade de compreender que os ambientes online contêm todo tipo de informação e conteúdo, incluindo desinformação. Eles recomendam a

verificação de diversas fontes sobre o tema com o intuito de identificar pontos de vista, vieses e preconceitos velados em determinadas informações e fontes de dados e assimilar que são causados por inúmeros fatores. Ressaltam ainda como os resultados de buscas e fluxos de atividades de mídia social precisam ser avaliados antes de serem consumidos e/ou compartilhados. Para isso, propõe-se identificar suas origens, encontrar autoria ou fonte da informação, distinguir fatos de opiniões e determinar se os conteúdos são verdadeiras ou têm limitações de interesses econômicos, políticos ou religiosos (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 12), dado que as transformações sociais, além dos novos desafios tecnológicos, influenciam as práticas da CD (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017). O DigComp recomenda que o cidadão se atente para o fato de que algoritmos de Inteligência Artificial também podem conter vieses abarcando mensagem comercial ou política, e/ou que podem incluir estereótipos fazendo com que o usuário permaneça em bolhas sociais (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 12). Recomenda também que se questione sobre a qualidade da informação online e sobre os propósitos por trás da disseminação e amplificação da desinformação, além de estar atento aos “*clickbait*”⁸ que por meio de títulos apelativos, os quais geralmente não condizem com a temática abordada, induzem o leitor a conteúdos patrocinados ou indesejados (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 11-12, tradução nossa). Entende-se que os princípios sugeridos no documento direcionam para que a busca informacional seja pautada na criticidade do sujeito e têm como objetivo desenvolver um conjunto multifacetado de competências técnicas e cognitivas dos indivíduos para o uso das tecnologias de forma concomitante ao desenvolvimento de novas tecnologias e seus impactos sociais (SILVA; BEHAR, 2019).

O MIL apresenta as inferências 2A - Princípios para avaliação crítica da informação no contexto das TDIC, redes sociais, apps de mensagem instantânea e mídias e 2B- Princípios de avaliação pautados em processos objetivos que garantem exatidão, autoridade, objetividade, atualidade e abrangência acerca do que é uma informação factual, principalmente no Módulo 3 - *Research, Information Cycle, Digital Information Processing, Intellectual Property*. O processo de avaliação da informação

⁸ “[...] uso deliberado de manchetes e miniaturas enganosas de conteúdo na Web. Fenômeno conhecido como jornalismo amarelo. Com a proliferação de TDIC, esse problema está crescendo rapidamente, pois muitos usuários adicionam descritores enganosos ao seu conteúdo com o objetivo de aumentar seu tráfego para obter lucro ou popularidade.” (ZANNETTOU et al., 2019, p. 4, tradução nossa).

é descrito como crítico e tem por objetivo verificar originalidade, confiabilidade e relevância das informações nos mais diferentes meios. Essa avaliação inclui aspectos de atualidade, temática e cobertura, em que é necessário ponderar sobre os elementos

[...] autoria, título, editora, local, data, índice e bibliografia. Existem diferentes nomes para esses elementos em monografias, (livros, teses, relatórios e panfletos), assim como para publicações seriadas (jornal, revistas, anuários, anais), fontes da web (sites, mídia de massa, palestras, tweets, etc.), e outros tipos de fontes como patentes, padrões e mensagens da mídia (GRIZZLE et al., 2021, p. 141, tradução nossa).

Nesse contexto, destaca-se o elemento chave Competência em Informação, que fomenta os conhecimentos e habilidades voltados ao acesso, avaliação e uso ético da informação fundamentados pela criticidade (CARLSSON, 2019; BELLUZZO; 2021), evidenciando a relação entre informação e poder, meios de comunicação tradicional e redes sociais, a partir de perguntas como: “Qual é a identidade da(s) pessoa(s) por trás das informações geradas? O conhecimento dessas informações é importante e por quê?” (GRIZZLE et al., 2021, p. 146, tradução nossa). Além de pautar o processo de avaliação a partir da verificação do valor da informação, no qual o indivíduo é convidado a ponderar sobre questões de custo associadas à mídia tradicional, como jornais impressos e de televisão, e de mídias não tradicionais, como redes sociais e *apps* de mensagem instantânea, bem como questões relacionadas a despesas de armazenamento, recuperação e uso. É pontuado também que o valor da informação vai além do custo. É preciso refletir acerca dos benefícios que pode gerar e quais são as possíveis consequências da disponibilidade ou indisponibilidade de determinada informação em nível individual e coletivo.

O Quadro 7 apresenta a síntese referente à categoria 3. Referente à investigação quanto a habilidades, conhecimentos e atitudes apresentados pelos documentos diretamente relacionados ao combate de *fake news* e desinformação.

Quadro 9 - Síntese da análise da categoria 3: Habilidades, conhecimentos e atitudes

Inferências	DigComp	MIL
3A- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltadas especificamente ao combate à desinformação e as <i>fake news</i> .	(A-)	(P+)
3B- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao reconhecimento dos aspectos de manipulação das <i>fake news</i> .	(A-)	(P+)

3C- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao uso de ferramentas de checagem de fatos.	(A-)	(A-)
--	------	------

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A análise revelou que o DigComp não apresenta nenhum dos três tipos de estratégias correspondentes às inferências propostas na terceira categoria. No entanto, é possível observar que no DigComp são apresentados alguns apontamentos concisos sobre o tema ao longo do documento:

Quadro 10 - Apontamentos do DigComp para o combate à desinformação e *fake news*

Dimensão	Recomendações
Dimensão 1 <i>"Information and Data Literacy"</i>	Recomenda-se "[...] <u>fazer perguntas críticas para avaliar a qualidade da informação online</u> "
	atentar-se para "os <u>propósitos por trás da disseminação e amplificação da desinformação.</u> " (p. 12, tradução nossa, grifo nosso)
	"Compreender que os ambientes online contêm <u>todo tipo de informação</u> e conteúdo, incluindo desinformação"
	Alertam ainda que embora "um tópico seja amplamente divulgado, isso não significa necessariamente que seja preciso." (p. 12, tradução nossa, grifo nosso)
	"Considerar a transparência ao manipular e apresentar dados [informação e conteúdos digitais] para garantir a confiabilidade e identificar os dados [informação e conteúdos digitais] que são expressos com motivos subjacentes (por exemplo, antiético, lucro, manipulação) ou de forma enganosa" (p. 14, tradução nossa).
Dimensão 2 <i>"Communication and Collaboration"</i>	Encoraja-se "Saber <u>como sinalizar ou denunciar desinformação</u> para verificação de fatos por organizações e para plataformas de mídia social, a fim de impedir que ela se espalhe (p. 18, tradução nossa, grifo nosso).
Dimensão 5 <i>"Problem Solving"</i>	"Sabe falar sobre a importância de se reconhecer <i>fake news</i> para os outros (por exemplo, idosos, jovens), mostrando exemplos de fontes de notícias confiáveis e como diferenciar entre os dois." (p. 49, tradução nossa).

Fonte: Adaptado de VUORIKARI; KLUZER; PUNIE (2022).

Distribuem-se ao longo do documento apenas orientações pontuais que não englobam a complexidade de ações, conhecimentos e habilidades necessárias para que o cidadão esteja apto a reconhecer e combater a desinformação e *fake news*.

O Módulo 4 do MIL, intitulado “*Media and Information Literacy Competencies to Tackle Misinformation, Disinformation and Hate Speech: in Defense of Truth-seeking and Peace*”, contempla duas das três inferências propostas na categoria 3 (3A e 3B). O documento dá preferência ao uso do termo desinformação, já que que desencoraja o emprego do termo “*fake news*”, mas é possível inferir que engloba questões relacionadas a notícias falsas. Inicialmente, teorias e conceitos relacionados à verdade são explorados para que sejam elaboradas estratégias de combate à desinformação, caracterizando-a como instrumento de manipulação. O documento apresenta as seguintes recomendações em:

[...] identifique e discuta vários exemplos da vida real sobre a busca pela verdade e perspectivas conflitantes. Pense em relatos históricos de certos eventos bem conhecidos. Considere também o papel das mulheres na história e/ou sua contribuição para a independência de vários países. (GRIZZLE et al., 2021, p. 151, tradução nossa).

Aponta-se que é preciso estudar casos e exemplos de conteúdo falso/enganoso, empregar uma abordagem baseada em questões que utilizam informações de diferentes fontes na pesquisa e que a informação seja analisada a partir de fundamentos da CoInfo (GRIZZLE et al., 2021, p. 154-155). Uma estratégia recomendada é pautada na verificação do discurso de ódio, ainda que não corresponda necessariamente à desinformação: “[...] é também o caso que as expressões de ódio e hostilidade são muitas vezes sobrecarregadas com falsas e conteúdo enganoso” (GRIZZLE et al., 2021, p. 155). O documento inclui algumas questões para o uso de ferramentas de checagem de fatos: “Essa afirmação pode ser verificada/checada? Por que ou por que não? Se pode ser verificada, como fazê-lo?” (GRIZZLE et al., 2021, p. 162). Para orientar o processo de checagem de fatos, encoraja-se que os cidadãos usem suas redes sociais para expor e denunciar informações enganosas e que incentivem outros de seu convívio a fazer o mesmo, mas não oferece diretrizes para o uso dessas ferramentas. Por exemplo:

Use as mídias sociais para expor e denunciar informações erradas. Compartilhar verificação de fatos sites para ajudar seus colegas a fazerem o mesmo. Assim você se constitui como uma fonte confiável e deixar pegadas de MIL para outros seguirem. (GRIZZLE et al., 2021, p. 268).

A categoria “Aspectos de Manipulação” visa identificar como os documentos abordam os aspectos relacionados à manipulação da desinformação e *fake news*, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 11 - Síntese da análise da categoria 4: Aspectos de manipulação

Inferências	DigComp	MIL
4A - Relação entre emoções negativas e o resultado em ganhos financeiros através de cliques.	(A-)	(P+)
4B - Diretrizes para verificar discurso de ódio e preconceito.	(P+)	(P+)

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A partir da análise foi possível constatar que o DigComp não apresenta diretrizes que contemplem a relação entre emoções negativas e os resultados em ganhos financeiros através de cliques comuns à desinformação e às *fake news*. O documento faz um apontamento breve e genérico sobre a questão: “Considerar cuidadosamente o resultado possível antes de clicar em um link. Alguns links (por exemplo, títulos atraentes) pode ser “clickbait” que leva o usuário a conteúdo patrocinado ou indesejado (por exemplo, pornografia).” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 12, tradução nossa, grifo nosso). É imprescindível frisar que em nenhum trecho do documento é mencionada a relação entre emoções negativas e *fake news*, nem mesmo como esta é uma característica própria do fenômeno. A natureza ultrajante dos conteúdos apresentados como “notícias” alarmantes e falsas objetiva inflamar emoções negativas e por isso se tornam virais, criando assim um ciclo que resulta em ganhos financeiros a esses produtores de conteúdo através de cliques e compartilhamentos (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; FURNIVAL; SANTOS, 2019).

O DigComp apresenta a inferência 4B - Diretrizes para verificar discurso de ódio e preconceito, principalmente na área de competência: “2. *Communication and Collaboration*”. Há a preocupação de que o cidadão tenha as ferramentas necessárias para elaborar estratégias específicas de comunicação com grupos específicos e diversos, considerando, sobretudo, questões relacionadas à diversidade cultural e geracional no ciberespaço. Diretamente ligado ao discurso de ódio nesses ambientes há o seguinte apontamento: “Sabe como reconhecer mensagens ou atividades online hostis ou depreciativas que ataca certos indivíduos ou grupos de indivíduos (por exemplo, discurso de ódio).” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 24, tradução nossa). Entretanto, ainda que o documento aborde essa temática, não a relaciona diretamente à desinformação e a *fake news*. Ambos os fenômenos são fundamentados no discurso de ódio com a finalidade de engajar negativamente o indivíduo. Resultando em perda de criticidade, falta de atenção a detalhes e falta de verificação da qualidade da informação. Assim, o cidadão se encontra numa bolha

circunstancial de “verdades absolutas” que não considera perspectivas e vivências diversas (FURNIVAL; SANTOS, 2019). Logo, preconceitos sobre grupos minoritários podem e são perpetuados (MACHADO, 2004). Esses grupos são encarados como uma ameaça a ser combatida, eliminada, posto que são colocados como uma ameaça à ordem social (THOMPSON, 2014).

A atualização do DigComp de 2022 é decorrente, especialmente, das inovações das TDIC e dos impactos dos fenômenos de desinformação e *fake news*, mas o documento não aborda a problemática dos fenômenos em profundidade. A UE enfrentou (e vem enfrentando) sérios problemas relacionados à desinformação e *fake news* desde o *Brexit*, que teve como ponto principal questões sobre discurso de ódio e preconceito com imigrantes.

Ambas as inferências propostas na categoria 4 estão presentes no MIL. Quanto a categoria “4A - Relação entre emoções negativas e o resultado em ganhos financeiros através de cliques”, a análise resultou em uma série de apontamentos e recomendações relacionadas a esse tópico (Quadro 10). Destaca-se que o documento pauta a *Social and Emotional Literacy* (Competência Social e Emocional, tradução nossa) como parte integrante e fundamental das competências necessárias ao cidadão no século XXI. A definição de *Social and Emotional Literacy* é fundamental para o entendimento das diretrizes propostas nessa categoria: “[...] é o processo de desenvolvimento e usando habilidades sociais e emocionais. É o conjunto de habilidades para lidar com sentimentos, estabelecer metas, tomar decisões e se dar bem com - e sentir empatia por - outras pessoas.” (GRIZZLE et al., 2021, p. 386, tradução nossa).

Quadro 12 - Diretrizes que relacionam emoções negativas a ganhos financeiros através de cliques - MIL

Módulo	Recomendações
Module 10: Advertising and Media and	“Investigue: faça pesquisas básicas sobre diferentes técnicas de propaganda. Compare e discuta as diferenças, similaridades e efetividade dessas técnicas. Considere por exemplo a técnica de <u>apelo emocional</u> ” (GRIZZLE et al., 2021, p. 279, tradução nossa, grifo nosso).
	“ <u>Análise o apelo emocional</u> em propaganda política e eleitoral”. (GRIZZLE et al., 2021, p. 281, tradução nossa, grifo nosso).
	“Recomendar estratégias para manter uma cidadania informada, dado o <u>uso de apelos emocionais</u> na propaganda política”. (GRIZZLE et al., 2021, p. 281, tradução nossa, grifo nosso).

<i>Information</i> <i>Literacy</i>	“Anúncios políticos são anúncios públicos criados por partidos políticos, candidatos e organizações e indivíduos interessados no resultado das eleições. Esses anúncios geralmente <u>dependem de princípios de marketing para atrair mais emoções e menos no intelecto ou pensamento crítico do eleitorado.</u>” (GRIZZLE et al., 2021, p. 281, tradução nossa, grifo nosso).
	“O consultor político Frank Luntz diz a seus clientes políticos que ‘80 por cento de nossos a vida é emoção e apenas 20 por cento é intelecto. Estou muito mais interessado em saber como você sente do que como você pensa.’ Examine a propaganda política à luz deste comentário. Explique até que ponto os anúncios políticos são baseados no apelo emocional. Examine a linguagem usada para ‘vender’ um candidato e suas ideias ou políticas. Avalie se a linguagem usada é precisa ou enganosa.” (GRIZZLE et al., 2021, p. 283, tradução nossa).
	“Dado o uso de <u>apelo emocional</u> especialmente na propaganda política, recomenda-se <u>formular estratégias para manter uma cidadania informada e sensível ao gênero</u>” (GRIZZLE et al., 2021, p. 283, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O MIL, contudo, também não associa diretamente a questão de suscitar emoções negativas à desinformação ou *fake news* (até porque o próprio documento desencoraja o uso da expressão). O enfoque dado à temática é diretamente relacionado à propaganda e o aspecto da propaganda política é o mais destacado. É possível traçar paralelos com os mecanismos empregados apontados na manipulação da propaganda, especialmente política, na construção de *fake news* dado que utilizam ferramentas semelhantes para viralizar e criar esse tipo de emoção em prol do lucro. As motivações ideológica e financeira são as principais forças motoras para a produção de *fake news* (TANDOC JR; LIM; LING, 2018), logo, os apontamentos do MIL de trabalhar CMI, CoInfo e *Emotional Literacy* ao desenvolver habilidades e competências para além da criticidade, tornam o cidadão sensível a questões relevantes à participação democrática de fato, posto que sua percepção é ampliada e passa a englobar diferentes vivências e questões de diversidade.

As diretrizes relacionadas a inferência 4B estão distribuídas ao longo de todo o MIL, como se verifica no quadro 11.

Quadro 13 - Diretrizes relacionadas a verificar discurso de ódio e preconceito - MIL

Módulo	Recomendações
<i>Module 1: A foundational module: an introduction to media & information literacy & other key concepts</i>	“Explorar conteúdos diferentes entre diversos tipos de produtores de conteúdo, por exemplo: <u>um que provém mais informação do que propaganda ou entretenimento; que dão oxigênio à desinformação ou ao discurso de ódio</u>. Identificar também os tipos de conteúdo.” GRIZZLE et al., 2021, p. 66, tradução nossa, grifo nosso).
<i>Module 2: Understanding Information and Technology</i>	Compreender a partir das atividades propostas “Como os jornalistas expõem as inadequações ou falhas das empresas digitais para abordar discurso de ódio e desinformação podem ser um exemplo [...]: <i>Gender-blind</i>: não reconhecimento da existência de diferenças e desigualdades entre homens e mulheres (não tem conhecimento de gênero). <i>Gender-sensitive</i>: atividades que identificam e reconhecem diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, evidenciando a necessidade de atenção a essas questões. <i>Gender-responsive</i>: atividades que identificam e reconhecem diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, articulando políticas e iniciativas que reconhecem essas diferentes necessidades, aspirações, capacidades e contribuições. <i>Gender-transformative</i>: atividade, políticas e iniciativas que desafiam a raiz causas de políticas, práticas, programas existentes e tendenciosos/discriminatórios de políticas, práticas e programas que podem afetar a mudança para a melhoria da vida de todos.” (GRIZZLE et al., 2021, p. 97, tradução nossa, grifo nosso). “Educadores podem mostrar exemplos de reportagens que retratam preconceitos, incluindo estereótipos, criação de mitos, obscenidade e imagens gráficas.” GRIZZLE et al., 2021, p. 101, tradução nossa).

<i>Module 4: Media and Information Literacy Competencies to Tackle</i>	“Não há uma definição para discurso de ódio internacionalmente aceita por todos. Proponha pesquisas na internet por várias definições oferecidas por organizações respeitáveis a nível internacional, nacional e regional. Os aprendentes devem ser divididos em grupos e guiados nessa pesquisa. <u>Deve-se refletir sobre o risco de focar em apenas uma definição. O que foi deixado de lado? O que foi incluído? Quem deveria decidir? Quais são as implicações?</u>” (GRIZZLE et al., 2021, p. 156, tradução nossa, grifo nosso).
<i>Misinformation, Disinformation and Hate Speech: In Defense of Truth-Seeking and Peace</i>	“Pesquisar ou pré-selecionar <u>amostras de posts apresentando tipos diferentes de discurso de ódio como aqueles relacionados à identificação de preconceitos</u>, preconceitos e motivos subjacentes, incluindo discriminação baseada em gênero, racismo, antissemitismo, ódio direcionado à comunidade LGBTQI+ etc.” (GRIZZLE et al., 2021, p. 156, tradução nossa, grifo nosso).
	“Considerar a pesquisa na UNESCO e parceiros: Combatendo o discurso de ódio online: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233231 Abordando o antissemitismo por meio da educação: diretrizes para formuladores de políticas: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000263702” (GRIZZLE et al., 2021, p. 156-157, tradução nossa).

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O documento segue diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU) para o combate ao discurso de ódio e preconceitos. Mais especificamente, é apontado no MIL que é utilizada a *United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech*, ou “Usando a educação como ferramenta para abordar e combater o discurso de ódio” (ONU, 2019):

Estipula que as entidades das Nações Unidas devem agir na educação formal e informal para implementar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, promover os valores e habilidades de Educação para a Cidadania Global e aumentar a alfabetização midiática e informacional. (ONU, 2019, p.4, tradução nossa).

O documento da Organização das Nações Unidas (ONU) incentiva o apoio a programas, projetos e práticas de incentivo à Competência Midiática e Informacional, o MIL sugere a consulta a esse documento como uma atividade colaborativa e em grupo.

A categoria 5 foi elaborada para compreender como os documentos abordam as particularidades referentes à Inteligência Artificial e *bots* nos ambientes informacionais digitais. O Quadro 12 apresenta a síntese da análise.

Quadro 14 - Síntese da análise da categoria 5: *Bots* e IA

Inferências	DigComp	MIL
5A - Diretrizes voltadas ao entendimento do papel dos <i>bots</i> na disseminação de <i>fake news</i> e desinformação.	(A-)	(A-)
5B - Diretrizes voltadas ao entendimento da influência da Inteligência Artificial na disseminação de <i>fake news</i> e desinformação.	(P+)	(P+)

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Não há diretrizes associadas ao papel de *bots* na disseminação de *fake news* e desinformação, inferência 5A. O documento apresenta um apontamento conciso na área de competência 2, “*Communication and Collaboration*”, que recomenda “Saber identificar sinais que indicam se alguém está se comunicando com um humano ou um agente de conversação baseado em IA (por exemplo, ao usar chatbots baseados em texto ou voz).” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 16, tradução nossa, grifo nosso). O DigComp não oferece definição do conceito de *bots*, *chatbots* e nem ao mesmo como funcionam no ciberespaço. O documento apresenta níveis de proficiência que vão do básico ao especializado, e, conforme entendimento da pesquisadora seria necessário apresentar definições condizentes aos níveis de proficiência quanto a itens específicos de tecnologia. Ainda que não diretamente relacionado aos fenômenos de desordem informacional, esses usuários não humanos impactam diretamente o processo de compartilhamento e explosão de *fake news* nas redes sociais e usuários humanos estão susceptíveis à influência direta e indireta dos *bots* para fins comerciais, políticos e ideológicos (ARAL, 2020; MBONA; ELOFF, 2022; RUFFO et al., 2023).

O DigComp contempla a inferência 5B. A partir da definição apresentada pelo documento, associadas aos apontamentos sobre o funcionamento da IA no ciberespaço é possível apontar inferências de como essas relações são construídas, evidenciando seu aspecto mais importante, que não é o fator tecnológico, mas o fator humano. A Inteligência Artificial

[...] refere-se a sistemas baseados em máquinas que podem, dado um conjunto de objetivos definidos pelo ser humano, fazer previsões, recomendações ou decisões que influenciam ambientes físicos ou virtuais. Os sistemas de IA interagem conosco e atuam em nosso ambiente, direta ou indiretamente. Frequentemente, eles parecem operar de forma autônoma e podem adaptar seu comportamento

aprendendo sobre o contexto. (UNICEF, 2021, p.16 *apud* VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 63, tradução nossa).

O Quadro 12 reúne os apontamentos do DigComp acerca do funcionamento da IA que, embora não tenham sido nomeadamente relacionados à desinformação e *fake news*, são relevantes para a compreensão dos mecanismos de sua disseminação no ciberespaço, conforme ilustra o Quadro 13:

Quadro 15 - Diretrizes voltadas ao entendimento à influência da IA na disseminação de *fake news* e desinformação no DigComp

Dimensão	Recomendações
Dimensão 1 “Information and Data Literacy”	“Estar ciente que os <u>mecanismos de pesquisa, mídias sociais e plataformas de conteúdo</u> costumam usar algoritmos de IA para gerar <u>respostas adaptadas ao usuário individual</u> (por exemplo, os usuários continuam a ver resultados ou conteúdos semelhantes). Isso geralmente é chamado de <u>personalização (ou perfilamento)</u>.” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 10, tradução nossa, grifo nosso). “Ser capaz de reconhecer que alguns algoritmos de IA podem <u>reforçar as visualizações existentes em ambientes digitais</u> criando “<u>câmaras de eco</u>” ou “<u>bolhas de filtro</u>” (por exemplo, se um fluxo de mídia social favorecer uma determinada ideologia política, recomendações adicionais podem reforçar essa ideologia sem expô-la a argumentos opostos)” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 10, tradução nossa, grifo nosso).
Dimensão 2 “Communication and Collaboration”	“Saber que a IA <i>per se</i> não é boa nem ruim. O que determina se os resultados de um sistema de IA são positivos ou negativos para a sociedade são como o sistema é projetado e usado, por quem e para quais propósitos.” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 20, tradução nossa). “Estar ciente que os sistemas de IA coletam e processam vários tipos de dados do usuário (por exemplo, dados pessoais, dados comportamentais e dados contextuais) para criar perfis de usuário que são usados, por exemplo, <u>para prever o que o usuário pode querer ver ou fazer a seguir</u> (por exemplo, oferecer anúncios, recomendações, serviços).” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 26, tradução nossa, grifo nosso).
Dimensão 5 “Problem Solving”	“Estar ciente que a IA é um produto da inteligência humana e da tomada de decisão (ou seja, os humanos escolhem, limpam e codificam os dados, eles projetam os algoritmos, treinam os modelos, selecionam e aplicam valores humanos para as saídas) e, portanto, não existe independentemente dos humanos.” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 44, tradução nossa).
	“Estar ciente que os <u>sistemas de IA podem ser usados para criar automaticamente conteúdo digital</u> (por exemplo, textos, notícias, ensaios, tweets, músicas, imagens) usando o conteúdo digital existente como fonte. <u>Tal conteúdo pode ser difícil de distinguir das criações humanas.</u>” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 78, tradução nossa, grifo nosso). “Estar ciente que na mídia e no jornalismo, por exemplo, a IA pode ser usada para criar e produzir notícias e também <u>distribuir histórias com base no comportamento online dos usuários.</u>” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 78, tradução nossa, grifo nosso).

Anexo 2 “Citizens interacting with Ai Systems”	“Estar ciente que <u>alguns sistemas de IA podem detectar o humor, os sentimentos e as emoções do usuário automaticamente a partir do conteúdo e contexto online</u> (por exemplo, conteúdo postado nas mídias sociais), ainda que esses sistemas nem sempre sejam precisos e sejam envoltos em controvérsias.” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 78, tradução nossa, grifo nosso).
	“Estar ciente que os algoritmos de IA <u>podem não ser configurados para fornecer apenas as informações que o usuário deseja; eles também podem incorporar uma mensagem comercial ou política</u> (por exemplo, para encorajar os usuários a permanecer no site, assistir ou comprar algo específico, compartilhar opiniões específicas). <u>Isso também pode ter consequências negativas</u> (por exemplo, reprodução de estereótipos, compartilhamento informação incorreta).” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 81, tradução nossa, grifo nosso).
	“Ciente de que <u>os dados, dos quais a IA depende, podem incluir vieses</u>. Nesse caso, esses vieses podem se tornar automatizados e agravados pelo uso da IA. Por exemplo, os resultados da pesquisa sobre ocupação podem incluir estereótipos sobre empregos masculinos ou femininos (por exemplo, motoristas de ônibus, vendedoras).” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 81, tradução nossa, grifo nosso).
	“Ciente de que os chamados resultados “personalizados” (por exemplo, de mecanismos de pesquisa, mídias sociais, plataformas de conteúdo) são baseados em padrões e médias de interações de milhões de usuários. Em outras palavras, <u>o sistema de IA pode prever o comportamento do grupo, mas não o comportamento de qualquer pessoa, portanto, o termo personalizado pode ser enganoso.</u>” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 81, tradução nossa, grifo nosso).
	“Compreender que <u>os sistemas de IA são normalmente desenvolvidos por pessoas de origens demográficas estreitas</u> (por exemplo, homens brancos de grupos socioeconômicos mais altos em países de renda mais alta), <u>o que pode significar que os sistemas que eles desenvolvem são menos sensíveis às necessidades de mulheres, pessoas de diferentes grupos étnicos minoritários, grupos socioeconômicos mais baixos, pessoas que exigem acessibilidade digital</u> (por exemplo, pessoas com deficiência) ou cidadãos de países de baixa renda.” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 81, tradução nossa, grifo nosso).

elaborado pela autora, 2023.

Os apontamentos identificados na dimensão 1, indicam como a IA emprega técnicas de perfilamento por meio de interações, ainda que de forma não consciente e ativa dos usuários para a criação de bolhas sociais, a fim de garantir um maior engajamento para fins econômicos (PARISER, 2011; MAIS OUTROS). O DigComp é eficaz ao pontuar que a IA é também um produto da inteligência humana e, consequentemente, está sujeita também a vieses e preconceitos humanos que podem e são frutos do “trabalho” da Inteligência Artificial. Contudo, o documento falha ao não evidenciar como esses vieses podem ser usados na criação de conteúdo e sua

distribuição, por exemplo. A IA é um recurso que pode ser usado tanto na criação quanto na reprodução de conteúdo no ciberespaço, que aliado ao perfilamento e bolhas sociais pode propiciar um cenário envolto de *fake news* e desinformação com base no que o usuário deseja; mesmo que isso reforce estereótipos negativos, preconceitos e, em alguns casos, até mesmo discurso de ódio e posicionamentos antidemocráticos.

É importante salientar que a maior parte dos apontamentos destacados no Quadro 13, são encontrados no Anexo 2 do DigComp, em que a questão da Inteligência Artificial é tratada com destaque. Dado que é transversal às cinco áreas de competências que fazem parte da Competência Digital: Competência em Informação e Dados; Comunicação e Colaboração, Criação de Conteúdo Digital; Segurança e Solução de Problemas; fica evidente que a questão da Inteligência Artificial é um tópico de pesquisa relevante e em alta no DigComp tanto quanto à CD.

O MIL também não contempla a inferência 5A. No Módulo 11 “*Artificial Intelligence, Social Media and MIL Competencies*” é apresentada uma definição concisa de *bots*: “[...] são programas de computador conduzidos por IA. Usuários de internet interagem com eles através de linguagem escrita e falada.” (GRIZZLE et al., 2021, p. 304, tradução nossa). Nesse trecho, é indicado um vídeo⁹ postado no *YouTube* em 2016 em que é discutido acerca dos possíveis usos negativos e positivos dos *bots* no ciberespaço. No mesmo módulo, há uma menção a relação entre os *bots* e a disseminação de desinformação (dado que o documento desencoraja o uso do termo *fake news*):

Embora a IA possa ser usada para combater a desinformação, ela também pode ser usada para espalhar desinformação. Um estudo do Parlamento Europeu, intitulado “*Automated Tackling to Disinformation*” (Ver mais sobre Desinformação no Módulo 4) aponta para contas falsas e *bots* sendo amplamente utilizados em estratégias de manipulação de mídias sociais, para realizar ataques a partidos de oposição, postar mensagens que distraem ou se envolver em *trollagem* e assédio.” (GRIZZLE et al., 2021, p. 304, tradução nossa)

Ainda assim, o processo de como os *bots* alteram as percepções dos usuários humanos nas redes sociais e podem criar um *boom* de desinformação e *fake news* não é discutido (RUFFO et al., 2023). O documento faz alusão a essa relação, mas não a aborda diretamente no texto.

⁹ Link do vídeo indicado no MIL <https://www.youtube.com/watch?v=fEbzk4vTHsQ>

O MIL tem um módulo dedicado à compreensão da Inteligência Artificial, redes sociais e competências midiáticas e informacionais. Ao longo de todo o documento é evidenciada a importância da informação em todos os âmbitos da vida em sociedade. O cidadão é convidado a se questionar se a tecnologia, especialmente a IA, poderia oferecer a informação perfeita, isto é, nas condições ideais para o nível de complexidade adequado a tomada de decisão que aquele indivíduo necessitaria, mesmo que tal feito ainda não seja viável no presente (GRIZZLE et al., 2021). Logo na introdução do módulo, há uma introdução breve acerca de um dos possíveis conceitos de IA:

[...] sistemas que tipicamente vão demonstrar pelo menos um dos comportamentos associados com a inteligência humana: planejamento, aprendizagem, raciocínio, solução de problemas, representação de conhecimento, percepção, inclinação, manuseio e em menor extensão, inteligência social e criatividade. Sistemas de Inteligência Artificial são conduzidos por algoritmos ou conjuntos de instruções que podem ser desenvolvidos por seres humanos ou outras máquinas. [...] (GRIZZLE et al., 2021, p. 294, tradução nossa).

O Quadro 14 agrupa as diretrizes do MIL que relacionam a IA à desinformação e *fake news*. Salienta-se que são instrumentos de compreensão dos mecanismos de disseminação e que, conseqüentemente, vão influenciar nas estratégias de combate empregadas desses fenômenos no ciberespaço:

Quadro 16 - Diretrizes voltadas ao entendimento à influência da IA na disseminação de *fake news* e desinformação no MIL

Módulo	Recomendações
Módulo 11 “Artificial Intelligence, Social Media and MIL Competencies”	“Faça perguntas como: <u>de que maneiras algoritmos influenciam que informações são priorizadas ou não, incluídas ou excluídas?</u> Podem limitar a liberdade das pessoas? Como o público pode assegurar que a IA e os algoritmos são projetados baseados em princípios de direitos humanos?”(GRIZZLE et al., 2021, p. 298, tradução nossa, grifo nosso).
	“[...] os sistemas de IA facilitam a coleta de grandes quantidades de dados, que esses sistemas processam e aprendem, e que por sua vez permitem ou determinam a tomada de decisão que pode ter efeitos positivos ou negativos impactando a vida dos cidadãos comuns”. (GRIZZLE et al., 2021, p. 300, tradução nossa).
	“Quando as máquinas podem ser programadas de forma independente para criar, organizar, armazenar, distribuir e aprender com as informações armazenadas para criar novos conhecimentos e facilitar distribuição direcionada, pode ocorrer abuso dessas capacidades no

	contexto de desinformação.” (GRIZZLE et al., 2021, p. 302, tradução nossa).
	“Embora <u>a IA possa ser usada para lidar com desinformação, ela também pode ser usada para espalhar desinformação e informação falsa.</u> ” (GRIZZLE et al., 2021, p. 304, tradução nossa, grifo nosso).
	“Pesquise dois casos em que conteúdo falso e enganoso foi criado por IA sistemas ou <i>bots</i> que causaram <u>danos psicológicos ou físicos às pessoas.</u> ” (GRIZZLE et al., 2021, p. 305, tradução nossa, grifo nosso).
	“As IA ao longo do tempo são conhecidas por <u>mudar as experiências online dos cidadãos e os fatores que informam suas decisões e, portanto, podem mudar a opinião pública e as percepções ao longo de um período.</u> O impacto também pode estar nas identidades individuais – seu senso e valor de quem eles são e, de fato, do que são ou deveriam estar se tornando. Isso é especialmente relevante para jovens em processo de consolidação.” (GRIZZLE et al., 2021, p. 309, tradução nossa, grifo nosso).
	“Algoritmos conduzidos por IA podem alterar narrativas e definir assim a agenda social, de desenvolvimento e política?” (GRIZZLE et al., 2021, p. 310, tradução nossa).
	“O paradoxo da comunicação digital é que o que aparenta ser prejudicial a uma determinada pessoa pode ser vantajoso a outra - e vice e versa. <u>Há influencia quanto o ranqueamento e direcionamento de conteúdo que pode causar danos objetivos aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, que podem – através de design, também dar voz àqueles que historicamente foram silenciados os reprimidos.</u> ” (GRIZZLE et al., 2021, p. 310, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O MIL apesar de concentrar as diretrizes acerca de IA no módulo 11, traz conexões com outros módulos e competências desenvolvidas ao longo do documento, indicando, conhecimentos, habilidades e atitudes não se relacionam com competências trabalhadas em outros módulos ao longo do documento. Enfatiza-se que a IA é, sobretudo, resultado da inteligência humana, por isso não é neutra. Os sistemas de Inteligência Artificial apresentam vieses e preconceitos que podem e devem ser combatidos, posto que podem causar danos em diferentes níveis, do psicológico ao físico e, do individual ao coletivo e até mesmo ataques à democracia como um todo.

A abordagem proposta pelo documento de fazer questionamentos que relacionam a IA com liberdade e direitos humanos aguçam o cunho analítico do cidadão e a percepção de que a problemática envolta em desinformação e *fake news* pode ser amplificada pelos sistemas de Inteligência Artificial, mas que esse é um problema social. O grande destaque do MIL quanto a abordagem a IA é como pode influenciar as experiências *online* e impactar as decisões fora do ciberespaço.

Entretanto, o documento não é muito claro ao explorar o conceito de perfilamento (VALADARES, 2021). Dado que essa técnica pode e é utilizada como tática de criação de bolhas sociais em que o próprio sujeito acaba fornecendo seus dados, ainda que não ativamente e sem consciência disso para aumentar o engajamento (PARISER, 2011; VALADARES, 2021). Dessa forma, sustenta-se a imersão dos indivíduos em bolhas informacionais restritivas (ARAÚJO, 2021), bem como pensamentos, comportamentos e ideologias de determinados grupos, que por muitas vezes podem manter discursos antidemocráticos e que assumem posturas que vão contra os Direitos Humanos.

A categoria 6 conta com duas inferências que correspondem à construção de elementos que favorecem o empoderamento do cidadão, não somente, mas também como forma de combate à desinformação e *fake news*, fundamentado nos princípios e práticas da ColInfo, CD e CMI nos documentos DigComp e MIL. O Quadro 15 apresenta a síntese da análise da categoria 6:

Quadro 17 - Síntese da análise da categoria 6: Empoderamento

Inferências	DigComp	MIL
6A - Diretrizes de uso e apropriação da informação, das mídias e das tecnologias com enfoque na aprendizagem ao longo da vida para além do domínio operacional.	(A-)	(P+)
6B - Relação entre cidadania e aprendizagem contínua de CD e/ou CMI como forma ativa de enfrentamento à desinformação e às <i>fake news</i> dado seu impacto negativo à sociedade democrática.	(A-)	(P+)

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Ambos os documentos associam desinformação à infodemia, devido aos impactos durante a pandemia de Covid-19, especialmente por meio das redes sociais. Caracterizando assim o fenômeno como um elemento “desempoderador” e que tem poder de impactar negativamente nos desdobramentos políticos, sociais e culturais.

Ainda assim, o DigComp não contempla as inferências propostas na categoria seis. O documento nem ao menos define o qual conceito de cidadania e cidadão são empregados no texto. Isso é problemático principalmente no contexto da União

Europeia que enfrenta tensões sociopolíticas relacionadas à imigração e xenofobia que pós TDIC foram inflamadas via redes sociais, resultando inclusive no *Brexit* em 2016. Além disso, o documento, ainda que seja voltado ao cidadão, tem um enfoque notável nos aspectos voltados à educação formal e ao trabalho, que inclusive traz exemplos em destaque de trabalho remoto. O que pode ser comprovado pelo trecho logo no início da explicação da metodologia utilizada para elaborar o documento, “No DigComp, o conceito de ‘dimensão’ é usado da mesma forma que é usado no eCompetence estrutura para profissionais de TIC” (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022, p. 68, tradução nossa, grifo nosso). A necessidade de aprendizagem ao longo da vida está condicionada à educação para o mercado de trabalho, a formação cidadã parece ficar em segundo plano.

Como o DigComp não apresenta a inferência 6B, o que, em parte, é resultado do não cumprimento das inferências propostas na categoria três, a saber: “estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltadas especificamente ao combate à desinformação e as *fake news*”; “estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao reconhecimento dos aspectos de manipulação das *fake news*” e “estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao uso de ferramentas de checagem de fatos”. O documento é incompleto quanto à inferência 6B, dado que oferece somente indicações sucintas que não contemplam a complexidade exigida para fundamentar ações, conhecimentos e habilidades empoderando o sujeito, fazendo-o compreender seu papel enquanto cidadão e o quão é fundamental que além de saber identificar desinformação e *fake news*, é preciso que também combater esses fenômenos e que isso é um de seus papéis enquanto cidadão do século XXI.

O MIL ao longo de todo o documento apresenta um enfoque muito evidente nas práticas da CMI direcionadas para a melhoria do cidadão no âmbito pessoal e coletivo. A presença das TDIC no cotidiano é ponto de reflexão acerca da realidade e

[...] determinam muito do que aprendemos sobre nós mesmos, nosso país, nossas culturas e o mundo. O mundo ao nosso redor. Neste mundo conectado, ser competente em mídia e informação significa que podemos repensar o que é chamado de cidadania e aprendizagem ao longo da vida e considerar conceitos como educação para a cidadania global, educação para o desenvolvimento sustentável e cidadania digital (GRIZZLE *et al.*, 2021, p. 59, tradução nossa, grifo nosso).

Explora-se como a cidadania ativa está conectada à CMI e liberdade de expressão, bem como os cidadãos são convidados a refletir sobre conceitos de autonomia e atuação durante esse processo (GRIZZLE *et al.*, 2021). A unidade 01 do módulo 5 “*Audiences as citizens*”, é dedicada à cidadania global. As práticas de CMI aliadas à educação para a cidadania global ambicionam a transformação a partir de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes como instrumentos para que as pessoas sejam capazes de construir um mundo mais inclusivo, justo e pacífico. Fundamentada em uma abordagem multifacetada, evoca a educação para os direitos humanos, educação para a paz, educação para o desenvolvimento sustentável e educação para a compreensão internacional com o objetivo da aprendizagem ao longo da vida, com abordagens formais e informais para que se possa compreender a importância do pensamento crítico e da ação ética respeitando diferenças e subjetividades (GRIZZLE *et al.*, 2021).

Para permitir um balanço geral das análises realizadas, foi elaborado o Quadro 16 contendo todas as categorias utilizadas e a indicação de sua presença ou não nos documentos analisados.

Quadro 18 - Síntese da análise DigComp e MIL

Categorias de Análise	Inferências	DigComp	MIL
1. Conceitos chave	A – Definição de <i>fake news</i>	(A-)	(P+)
	B – Definição de desinformação	(P+)	(P+)
	C - Definição de CD e CMI	(P+)	(P+)
2. Avaliação da informação	A - Princípios para avaliação crítica da informação no contexto das TDIC, redes sociais, <i>apps</i> de mensagem instantânea e mídias	(P+)	(P+)
	B- Princípios de avaliação pautados em processos objetivos que garantem exatidão, autoridade, objetividade, atualidade e abrangência acerca do que é uma informação factual.	(P+)	(P+)
3. Habilidades, conhecimentos e atitudes	A- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltadas especificamente ao combate à desinformação e as <i>fake news</i> .	(A-)	(P+)
	B- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao reconhecimento dos aspectos de manipulação das <i>fake news</i> .	(A-)	(P+)
	C- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao uso de ferramentas de checagem de fatos.	(A-)	(A-)

4. Aspectos de manipulação	A - Relação entre emoções negativas e o resultado em ganhos financeiros através de cliques.	(A-)	(P+)
	B - Diretrizes para verificar discurso de ódio e preconceito.	(P+)	(P+)
5. Bots e IA	A - Diretrizes voltadas ao entendimento do papel dos <i>bots</i> na disseminação de <i>fake news</i> e desinformação.	(A-)	(A-)
	B - Diretrizes voltadas ao entendimento à influência da Inteligência Artificial na disseminação de <i>fake news</i> e desinformação.	(P+)	(P+)
6. Empoderamento	A - Diretrizes de uso e apropriação da informação, das mídias e das tecnologias com enfoque na aprendizagem ao longo da vida para além do domínio operacional.	(A-)	(P+)
	B - Relação entre cidadania e aprendizagem contínua de CD e/ou CMI como forma ativa de enfrentamento à desinformação e às <i>fake news</i> dado seu impacto negativo à sociedade democrática.	(A-)	(P+)

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A partir da análise dos dados do Quadro 16 foi possível verificar que das 14 inferências propostas, o DigComp atende a apenas seis, uma porcentagem de 42,86%. A falta de definição de *fake news* somada à inexistência de estratégias propostas em conformidade com a categoria 3 evidenciam que o documento apresenta inconsistências relacionadas à proposta de atualização relacionada ao combate à *fake news* e desinformação. Observa-se ainda que atributos específicos dos fenômenos como a relação entre emoções negativas e o resultado em ganhos financeiros através de cliques e o papel dos *bots* na disseminação de *fake news* e desinformação são tratados muito brevemente no documento. A questão do empoderamento para o enfrentamento da desinformação e das *fake news* recebe destaque e é caracterizada pelo impacto negativo no contexto sociopolítico, mas apresenta apontamentos concisos acerca da temática e não dão indicam ferramentas nem conhecimentos para que o cidadão se reconheça como tal e nem como a desinformação e as *fake news* são elementos “desempoderadores” e nocivos à própria democracia. O DigComp apresenta uma seção bastante completa de IA e seus impactos na sociedade.

O documento aponta a necessidade de compreender que o ciberespaço contém todo tipo de informação e conteúdo, o que engloba tanto informação factual quanto informação não factual. Há recomendações quanto à verificação das fontes de informação e há ênfase na consulta sobre fontes diferentes que apresentem pontos

de vistas distintos para que o cidadão consiga identificar possíveis vieses. A pauta de autoria e/ou fonte da informação no ciberespaço tem bastante importância no documento. As inferências propostas pela “Categoria 2: Avaliação da informação” mostram que os princípios para avaliação da informação no ciberespaço (e fora dele) apresentados pelo DigComp são orientados por competências complexas e transversais à informação, TDIC e de tensões sociais que impactam direta e indiretamente o cidadão.

O MIL apresenta 12 das 14 inferências propostas, uma porcentagem de 85,71%. O desencorajamento do uso do termo “*fake news*”, no entanto, pode revelar um descolamento da realidade, dada a popularidade do termo, além das novas facetas do fenômeno que não desaparecerão caso o cidadão pare de usar a expressão. Destaca-se como este documento aborda a questão da cidadania. Não há cidadania sem liberdade de expressão e para isso, são necessários mecanismos para que todos os cidadãos possam exercer esse direito sem ferir o direito de outros cidadãos, nesse panorama a Competência em Mídia e Informação a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes direcionados às práticas informacionais.

O DigComp e o MIL oferecem um conjunto de referenciais conceituais, pedagógicos e de estratégia-ação que propõem elementos norteadores quanto à integração de diferentes competências necessárias para os indivíduos no século XXI. A noção de termo guarda-chuva que permeia ambos os *frameworks* possibilita que os conceitos de Competência em Informação, Competência Digital e Competência Midiática e Informacional sejam trabalhados em conjunto, bem como relacionados a outras competências.

O uso da informação no ciberespaço, principalmente em redes sociais, apps de mensagem instantânea e TDIC, evidenciam ainda mais a necessidade da aprendizagem ao longo da vida quanto aos processos informacionais, mídias e tecnologias. *Fake news* e desinformação são fenômenos complexos, é imprescindível que sejam discutidos e combatidos com base em perspectivas também complexas, como a ColInfo, CD e CMI.

As diretrizes e estratégias apresentadas pelos *frameworks* são complementares entre si e contemplam também aspectos semelhantes, pois para além da convergência das competências, os profissionais da informação podem usar ambos os *frameworks* para adaptá-los à realidade em que atuam utilizando o instrumento do DigComp de enquadramento de CD aliado às atividades estruturadas

de CMI, bem como os conteúdos mais detalhados sobre educação formal e informal de aprendizagem ao longo da vida fornecido pelo MIL.

Ainda que as TDIC, redes sociais e todos os aparatos tecnológicos tenham encurtado tempo e distância, é evidente que não o fizeram em relação às barreiras culturais. O discurso de ódio observado no ciberespaço aponta como a virtualidade possibilitou que o preconceito contasse com maior escalabilidade de compartilhamento. Não necessariamente se alterou o que era dito, mas como.

O pânico moral encontrou nos grupos *WhatsApp*, *Facebook* e *Telegram* de usuários brasileiros um solo cujos resquícios de um passado colonial, racista, misógino, LGBTQIA+fóbico, capacitista, que não dava valor à ciência e sob a ameaça do fantasma do comunismo que o tornavam fértil. Plantou-se pânico moral através de desinformação e *fake news* e foram cultivadas ideias que já existiam no imaginário dos indivíduos. Contudo a lógica de IA, de *bots*, perfilamento, criação de bolhas de falsas de verdades circunstanciais e câmaras de eco aliado ao objetivo de enganar tornou os fenômenos, desinformação e *fake news*, letais no Brasil.

É importante salientar que o presente trabalho não pretende demonizar as transformações tecnológicas, até porque essas tecnologias abriram um novo *cosmos* de possibilidades para a Educação, deram voz a grupos sociais minorizados, favorecem a construção colaborativa de conhecimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desinformação e as *fake news* têm sido problemas estudados exaustivamente nos últimos anos. A complexidade das temáticas resulta da interação de diferentes fatores igualmente complexos: relações humanas, preconceitos e vieses, tensões sociais pré-existentes, evoluções tecnológicas, novas formas de relacionamento, algoritmos e IA que criam bolhas sociais e câmaras de eco no ciberespaço, *bots* que podem induzir os usuários humanos a compartilhar informação falsa, além de informações factuais e falsas que coexistem e antagonizam pela atenção do cidadão, tanto no ciberespaço quanto fora dele. Pesquisadores empreenderam esforços hercúleos para identificar como, por quê e, principalmente, como combater a desinformação e as *fake news*, dado seus impactos contra a manutenção das sociedades democráticas. Paralelamente, os termos e fenômenos ligados a desinformação e *fake news* tornaram-se extremamente populares a partir de 2016, tornando-se, inclusive, parte da linguagem cotidiana e foram, inconscientemente, associados ao objetivo de enganar.

O século XXI vem apresentando novas demandas informacionais somadas à onipresença da tecnologia, TDIC, redes sociais e *apps* de mensagem instantânea. Exemplos como *Brexit*, eleições presidenciais estadunidenses e brasileiras, pandemia de Covid-19 e invasão às sedes dos Três Poderes em Brasília-DF demonstram a presença massiva da desinformação e das *fake news* como instrumentos de manipulação nessas arenas simbólicas de disputas de poder. Em meio a um caos informacional, a informação factual é inestimável. Logo, o desenvolvimento da aprendizagem ao longa vida que trabalhe o Mosaico de Competências com enfoque na Competência em Informação, Competência Digital e Competência Midiática e Informacional correlato a outras competências como *Civic Literacy* e *Emotional Literacy* torna-se mais do que fundamental para a manutenção da democracia, liberdade de expressão e manutenção dos Direitos Humanos no futuro.

A informação no ciberespaço é dinâmica e, portanto, a atuação do profissional da informação também deve ser. A pessoa bibliotecária tem um papel imprescindível nessa conjuntura, especialmente no combate aos fenômenos da desinformação e *fake news*. Contudo, é injusto jogar o fardo somente sobre esses profissionais. Uma vez que, a informação não se limita ao espaço físico da biblioteca há tempos. Aplicar o Mosaico de Competências como uma parte essencial da prática profissional na era

das plataformas digitais e de soluções tecnológicas inteligentes, inclusive voltadas à educação e ao mundo do trabalho, esbarra tanto em possibilidades que são benéficas à democracia e cidadania global, quanto ao discurso de ódio e riscos aos direitos humanos.

A presente pesquisa enfatiza a necessidade de compreensão da dimensão social para além do domínio tecnológico para a compreensão tanto dos conceitos quanto dos impactos da desinformação e das *fake news*. De modo que a cidadania seja pautada na informação factual, proativa e voltada para um mundo mais igualitário, justo e seguro.

Logo, é urgente considerar a aprendizagem ao longo da vida a partir de práticas com enfoques de competências multidimensionais que considerem, sobretudo, o âmbito local. Ambos os documentos apresentam perspectivas analíticas mais gerais, mesmo o DigComp que foi desenvolvido no contexto da UE. Essas categorias, foram estabelecidas em contextos sociais, culturais, econômicos e políticos muito diferentes do Brasil. Essa percepção hegemônica acaba sendo um desafio nas práticas do dia a dia no trabalho para transpor questões culturais, políticas, étnicas e religiosas, assim como incluir variações regionais. O Brasil é um país de dimensões continentais e seria impossível apontar uma única forma de aplicar os documentos analisados na presente pesquisa no país inteiro.

Entende-se que não há cidadania se há marginalização e exclusão. A informação factual é um instrumento de empoderamento e de cidadania; logo fomentar competências que habilitem a criticidade, reflexão e domínio das tecnologias é imprescindível ao cidadão. Discutir o desenvolvimento de competências voltadas ao desenvolvimento do cunho analítico do cidadão é refletir também na fragilidade da educação formal e informal. Para além das dificuldades socioeconômicas, infelizmente a educação que ousa respeitar direitos básicos, ser inclusiva e disruptiva vem sendo fortemente atacada justamente pela desinformação e *fake news*.

É necessário sensatez ao ter esse tipo de postura. Não por medo, mas é fundamental prover apoio e atenção constante por parte da coletividade e dos órgãos governamentais. Os profissionais da informação são os mais capacitados para desenvolver competências essenciais abordadas ao longo do presente trabalho. É preciso angariar o apoio da sociedade para pressionar o governo do país, para que assim haja o compromisso real de desenvolver políticas públicas voltadas às competências de combate à desinformação e às *fake news* e, também, como forma

de empoderamento ao cidadão. É preciso, também, que a instituição em que esses profissionais atuam apresentem um posicionamento alinhado ao fomento de práticas de combate à desinformação e às *fake news*. De nada adianta profissionais engajados e capacitados na luta contra os fenômenos, mas que sejam barrados por instituições que não incentivam ou até mesmo que deliberadamente impeçam esse tipo ação.

Além de infraestrutura adequada, adaptações regionais e que considerem perspectivas macro e micro, as práticas do Mosaico de Competências não vão resolver todos os problemas fundamentais da problemática desinformação e *fake news*. Contudo, pode ser um benefício de longo prazo. O engajamento crítico e promoção da informação factual relacionado ao compromisso de fomentar as capacidades comunicativas cria um panorama em que o sujeito exercerá sua cidadania de forma plena.

A presente pesquisa cumpriu os objetivos propostos, visto que foi realizado o Mapeamento Sistemático que permitiu vislumbrar o panorama de pesquisas recentes sobre desinformação e *fake news* à Competência Digital e Competência Midiática e Informacional, evidenciando que A categorização das pesquisas permitiu constatar que as diversas perspectivas e abordagens estão relacionadas. As transformações político-sociais impactam diretamente no entendimento teórico da Competência Digital e da Competência Midiática Informacional, especialmente sob o enfoque da desinformação e *fake news*. Enquanto os artigos sobre CD evidenciam seu papel como fundamental para a manutenção da democracia no século XXI, destacando como discurso de ódio, preconceitos e conspirações são atributos da desinformação e das *fake news*, entraves a busca de informação factual. Os artigos de CMI, evidenciam a o papel da educação como fundamental ao desenvolvimento crítico e de autonomia associada quanto às fontes e informações, imprescindível ao combate a desinformação e *fake news*. Evidencia-se a carência de artigos que abordem a *multiliteracy*, há apenas uma pesquisa (VALVERDE-BERROCOSO, 2022) que abrange histórico, correntes teóricas e as práticas da CD e CMI, a partir de uma revisão de literatura. Os artigos evidenciam a relevância da CD e da CMI para a CI. Na pesquisa também se verificou como documentos *Digital Competence Framework for Citizens* (VUORIKARI; KLUZER; PUNIE, 2022) e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely* (GRIZZLE et al., 2021) contemplam o enfrentamento das *fake news* e da desinformação. As diretrizes identificadas nos

documentos foram analisadas e comparadas, evidenciando suas convergências e divergências.

Espero que este estudo forneça subsídios para o enfrentamento à desinformação e às *fake news* adequado ao contexto brasileiro, que permita mobilizar diferentes competências que englobam o Mosaico de Competências mantendo a identidade e subjetividades do Brasil.

Este estudo não teve a pretensão de resolver a problemática da desinformação e das *fake news*, mas de apresentar reflexões acerca da Competência em Informação, Competência Digital e Competência Midiática e Informacional, sob a abordagem de Mosaico de Competências, a partir de referenciais já existentes e com histórico de atuação para posteriores discussões e debate. O fomento da criticidade sobre processos informacionais dentro e fora do ciberespaço, concomitantemente ao desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes para além do mero domínio técnico das mídias e TDIC é fundamental para a própria manutenção das sociedades democráticas.

Repensar a necessidade de avançar em relação ao próprio conceito de democracia frente aos desafios impostos pelas novas configurações do século XXI pertinentes à informação, desinformação e *fake news* torna-se primordial dado o panorama apontado pela presente pesquisa. É fundamental assegurar aos cidadãos o direito à aprendizagem, formal e informal, de competências que os preparem para enfrentar os desafios sociais e tecnológicos que os fenômenos impõem.

Em estudos futuros, pesquisadores podem desenvolver novas pesquisas a partir de estudos de caso, implementando as diretrizes identificadas nos documentos analisados em diferentes bibliotecas do país ou de determinada região, evidenciando se questões relacionadas à identidade e subjetividades impactam a aplicação das diretrizes. Assim, seria possível questionar, reformular e/ou propor novas categorias temáticas e teóricas sobre a aplicabilidade destes documentos no que diz quanto ao enfrentamento da desinformação e das *fake news*.

REFERÊNCIAS

ADJIN-TETTEY, T. D. Combating fake news, disinformation, and misinformation: Experimental evidence for media literacy education. **Cogent Arts & Humanities**, [S. l.], v. 9, n. 1, 1-17, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23311983.2022.2037229>. Acesso em: 01 ago. 2022.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso extrato que mostra que família de beneficiários do Bolsa Família sacou R\$ 2,6 mil**. 2021e. Verificado por Carol Macário. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/10/22/verificamos-beneficiarios-bolsa-familia-2600>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que militar morto em Campinas fiscalizava fraudes nas urnas**. 2022b. Verificado por Róbson Martins. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/11/militar-morto-fraudes-urnas>. Acesso em: 15 jan. 2023. B

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que o MST destruiu casas populares em Santa Cruz do Capibaribe**. 2021d. Verificado por Carol Macário. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/10/18/verificamos-mst-casas-santa-cruz-do-capibaribe>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que pesquisa mostre que variante ômicron é mais severa entre os vacinados**. 2021a. Verificado por Jessica Brasil Skroch. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/11/30/verificamos-variante-omicron-vacinados>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que prefeitura de Fortaleza distribuiu material pedagógico incentivando masturbação de crianças**. 2021b. Verificado por Nathália Afonso. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/12/20/verificamos-fortaleza-masturbacao-criancas>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que Prefeitura de Recife exige que metade dos atletas juvenis em times da cidade sejam 'LGBT'**. 2021f. Verificado por Catiane Pereira. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/10/08/verificamos-prefeitura-recife-lgbt>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **Estudo alemão não prova que uso de máscaras causa problemas de saúde em crianças**. 2021c. Verificado por Bruno Nomura. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/10/27/verificamos-estudo-alemao-mascaras-criancas>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É antiga notícia sobre Brasil fechar fronteiras com países sul-americanos**. 2022a. Verificado por Róbson Martins. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/12/antiga-noticia-brasil-fronteiras>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que Alexandre de Moraes determinou desligamento da internet no país**. 2023b. Verificado por Bruno Nomura. Disponível

em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/08/e-falso-que-alexandre-de-moraes-determinou-desligamento-da-internet-no-pais>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que estudo da Harvard comprovou que hidroxiclороquina é eficaz como tratamento precoce contra a Covid-19**. 2022e. Verificado por Carol Macário. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/08/15/estudo-harvard-hidroxiclороquina-tratamento-precoce>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que Gustavo Petro aprovou pedofilia na Colômbia**. 2022c. Verificado por Iara Diniz. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/10/11/pedofilia-na-colombia>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que ONU se declara inimiga da igreja cristã**. 2022d. Verificado por Maiquel Rosau. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/08/15/onu-inimiga-igreja-crista>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que quatro pessoas presas morreram em ginásio da Polícia Federal**. 2023c. Verificado por Catiane Pereira. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/12/e-falso-que-quatro-pessoas-presas-morreram-em-ginasio-da-policia-federal>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **É falso que robô em vídeo viral é usado na China para recolher corpos**. 2022f. Verificado por Catiane Pereira. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/06/30/robo-china-corpos>. Acesso em: 15 jan. 2023.

AGÊNCIA LUPA (Brasil). **Mulher de vestido em foto na cozinha não é Janja**. 2023a. Verificado por Catiane Pereira. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/06/mulher-vestido-cozinha-janja>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ALBRIGHT, J. Welcome to the Era of Fake News. **Media And Communication**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 87-89, 2017.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal Of Economic Perspectives**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ALMAZOVA, I. G.; KONDAKOVA, I. V.; CHISLOVA, S. N. Formação da imagem do mundo durante a transformação digital da educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/16469>. Acesso em: 16 set. 2022.

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS; ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY. **Information Power:**

Guidelines for School Library Media Programs. Washington, D.C.: ACRL, 1988. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED315028>. Acesso em: 11 mar. 2023.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **ALA Presidential Committee on Information Literacy**: final report. 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ARAL, S. **The Hype Machine**: how social media disrupts our elections, our economy, and our health--and how we must adapt. New York: Currency, 2020.

ARAÚJO, C. A. V. Pós-verdade: novo objeto de estudo para a ciência da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 94-111, 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/3966>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **A progress report on information literacy**: an update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy: final report. Chicago: ACRL, 1998. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/progressreport>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information literacy competency for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAPTISTA, J. P.; GRADIM, A. CORREIA, E. relação entre a crença em fake news e as estratégias para procurar informação dos jovens portugueses. **Observatorio Journal**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 203-232, 2022. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/2082>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BELLONI, E.; BÉVORT, M. L. Mídia-Educação: conceito, história e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pBFdjL4mWHnSM5jXySt9VF/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação no Brasil e o protagonismo científico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 01-12, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1632>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BOSTOVA, L. Report of HLEG on Fake News and Online Disinformation. **Media Literacy and Academic Research**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 77-74, 2018. Disponível em: https://www.mlar.sk/wp-content/uploads/2019/01/MLAR_2018_2_NEWS_1_Report-of-Hleg-on-Fake-News-and-Online-Disinformation.pdf. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRASILEIRO, F. S.; ALMEIDA, A. M. P. Barreiras à informação em saúde nas mídias sociais. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8667199>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BREIVIK, P.; GEE, E. **Information Literacy: revolution in the library**. New York: Macmillan, 1989.

BRETON, P. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Loyola, 1999.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake News”: distinções, diagnóstico e reação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos**. Londrina: ANCIB, 2018. p. 3316-3330. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102819>. Acesso em: 02 maio 2022.

BRITO, M. P. de; PINTO, V. B.; OLIVEIRA, H. P. C. de O. A pós-verdade como ação de desinformar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., **Anais Eletrônicos** [...]. Santa Catarina: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1422/537>. Acesso em: 08 fev. 2022.

BRITO, V. de P.; PINHEIRO, M. M. K. Poder informacional e desinformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 144-164, 2015. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/355>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRUCE, C. **The Seven Faces of Information Literacy**. Adelaide: Auslib Press, 1997.

CALVANI A.; FINI, A.; RANIERI, M. Assessing Digital Competence in Secondary Education. Issues, Models and Instruments. In: LEANING, M. (ed.). **Issues in information and media literacy: education, practice and pedagogy**. Santa Rosa, California: Informing Science Press, 2009. p. 153-172.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9nQgbdkq5nXsNBLfv5MBHNM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2021.

CARLSSON, U. Media and Information Literacy: field of knowledge, concepts and history. In: CARLSSON, U. (ed.). **Understanding Media and Information Literacy**

(MIL) in the Digital Age: a question of Democracy. Göteborg: Department of Journalism, Media and Communication (JMG), 2019. Cap 3.

CARRETERO GOMEZ, S.; VUORIKARI, R.; PUNIE, Y. **DigComp 2.1:** The Digital Competence Framework for Citizens with eight proficiency levels and examples of use. Luxembourg: Publications Office of the European Union. 2017. Disponível em: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC106281>. Acesso: 8 maio 2022.

CARTA CAPITAL. Em live, Bolsonaro insiste em discurso negacionista, tenta desestimular a vacinação de crianças e ataca a Anvisa. **Carta Capital**. São Paulo, não paginado, 06 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/em-live-bolsonaro-insiste-em-discurso-negacionista-tenta-desestimular-a-vacinacao-de-criancas-e-ataca-a-anvisa/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

CARVALHO, P. R.; CASTRO, P.C.; SCHNEIDER, M. A. F. Desinformação na pandemia de Covid-19: similitudes informacionais entre Trump e Bolsonaro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/106529>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CASARIN, H. P.; CERIGATTO, M. P. Articulação entre media e information literacy: uma nova alfabetização para a informação e a mídia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Unesp, não paginado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105054>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CELLARD A. Análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.;

GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, À. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2012. p. 295-316.

CENTER FOR MEDIA LITERACY. American Library Association. **Media Literacy:** a definition and more. 2020. Disponível em: <http://www.medialit.org/media-literacy-definition-and-more/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CETICBR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC domicílios 2021:** Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros). CETICBR: São Paulo, 2022. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2021/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CHAUÍ, M. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 15, n. 2, p. 149–161, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24574>. Acesso em: 16 set. 2022.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics:** the creation of the mods and rockers. Oxford: Martin Robertson, 1972.

DAMASCENO, C. S. Multiliteracies for combating information disorder and fostering civic dialogue. **Social Media + Society**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305120984444>. Acesso em: 03 abr. 2022.

DARNTON, R. **A verdadeira história das notícias falsas**: séculos antes das redes sociais, os boatos e as mentiras alimentavam pasquins e gazetas na Europa. *El País Brasil*, 1 maio 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html. Acesso em: 8 abr. 2022.

DAS, A. K.; TRIPATHI, M. Strategies for checking misinformation: An approach from the Global South. **IFLA Journal**, [S. l.] v. 49, n. 1, p. 3–17, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03400352221078034>. Acesso em: 18 dez. 2022.

DATAREPORTAL. **Digital 2023**: Brazil. 2023. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DECLARAÇÃO de Toledo sobre alfabetização informacional: bibliotecas pela aprendizagem permanente. 2006. Disponível em: <http://www.webcitation.org/5NrAiGhSS>. Acesso em: 13 jan. 2022.

DIEPEVEEN, S.; PINET, M. User perspectives on digital literacy as a response to misinformation. **Development Policy Review**, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/dpr.12671>. Acesso em: 18 dez. 2022.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>. Acesso em: 02 dez. 2021.

DUDZIAK, E. A. **Information literacy**: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>. Acesso em: 02 dez. 2021.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, D. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 213-253, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>. Acesso em: 16 mar. 2022.

DUTRA, F. G.; BARBOSA, R. R. Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 19-33, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32676>. Acesso em: 12 jan. 2022.

EL RAYESS, M. *et al.* Fake news judgement: The case of undergraduate students at Notre Dame University-Louaize, Lebanon. **Reference Services Review**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 146-149, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RSR-07-2017-0027>. Acesso em: 01 ago. 2022.

ENCINAS, M. C.; GONZÁLEZ, P. R.; PICOS, A. P. Classroom practices to promote critical thinking skills in the use of digital media. **Revista de Educación**, [S. l.], v. 398, n. 1, p. 185-207, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4438/1988-592X-RE-2022-398-557>. Acesso em: 18 dez. 2022.

EUROPEAN COMISSION. **A multi-dimensional approach to disinformation. Report of the Independent High level Group on Fake News and Online Disinformation**. Luxemburg: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6ef4df8b-4cea-11e8-be1d-01aa75ed71a1>. Acesso em: 18 jul. 2022.

EUROPEAN COMISSION. **Proposal for a Recommendation of the European Parliament and of the Council on key competences for lifelong learning**. Estrasburgo: COM, 2006. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=celex:32006H0962>. Acesso em: 10 abr. 2022.

EUROPEAN UNION. **Digital Skills & Jobs Plataform**. 2022. Disponível em: <https://digital-skills-jobs.europa.eu/digitalskills/screen/home>. Acesso em: 22 out. 2022.

FALLIS, D. What is disinformation? **Library Trends**, Baltimore, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/579342>. Acesso em 13 abr. 2022.

FANTÁSTICO. Terrorismo em Brasília: fantástico refaz a cronologia da barbárie dos atos golpistas de domingo (8). **G1**. Rio de Janeiro, não paginado, jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/15/terrorismo-em-brasilia-fantastico-refaz-a-cronologia-da-barbarie-dos-atos-golpistas-de-domingo-8.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação**. 2011. Disponível em: http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias**. 2013. Disponível em: http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

FERRARI, A. **DIGCOMP**: A Framework for Developing and Understanding Digital Competence in Europe. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013. Disponível em:

<https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC83167>. Acesso: 8 maio 2022.

FERRARI, A. **Digital Competence in practice**: an analysis of frameworks. Seville: JRC-IPTS, 2012. Disponível em: <https://ifap.ru/library/book522.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

FERREIRA, J. R. S.; LIMA, P. R. S.; SOUZA, E. D, de. Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news no cenário da COVID-19. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 30-53, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/102195>. Acesso em: 08 jan. 2022.

FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. Percepción de las noticias falsas en universitarios de Portugal: análisis de su consumo y actitudes. **Profesional de la Informacion**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 1-16, 2019. Disponível em: http://profesionaldelainformacion.com/contenidos/2019/may/figueira_santos.html. Acesso em: 01 ago. 2022.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536321363/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FLORIDI, L. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 37-47, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42318>. Acesso em: 22 ago. 2022.

FLORIDI, L. Information ethics: on the theoretical foundations of computer ethics. **Ethics and Information Technology**, [S. l.], v. 1, n.1, p. 37–56, 1999.

FONTANIN, M. On fake news, gatekeepers and LIS professionals: the finger or the moon?. **Digital Library Perspectives**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 168-178, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/DLP-09-2020-0097>. Acesso em: 01 ago. 2022.

FRAU-MEIGS, D. Information Disorders: Risks and Opportunities for Digital Media and Information Literacy? **Media Studies**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 10-28, 2019. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/ojs/index.php/medijske-studije/article/view/8220>. Acesso em: 18 dez. 2022.

FURNIVAL, A. C. M.; SANTOS, T. Desinformação e as Fake News: Apontamentos sobre seu surgimento, detecção e formas de combate. **Conexão: Comunicação e cultura**, Caxias do Sul, v. 18, n. 36, p. 94-113, 2019. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9485>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GAMA, L. R.; SILVA, M. R. da; CRUZ, M. V. Gamificação: diálogos com a educação. In: BUSARELLO, R.; ULBRICHT, R. B; VANZIN, T. (orgs.). **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. Cap. 3. p. 74-96.

GARCÍA-ROCA, A. Los creepypasta como textualidades metaficcionales oportunidades formativas para la alfabetización mediática e informacional. **Tonos Digital**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7857341>. Acesso em: 18 dez. 2022.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012.

GERONIMO, A. dos S.; CUEVAS CERVERÓ, A.; OLIVEIRA, H. P. C. de . Fake news no ambiente digital: um fenômeno mercadológico de narrativas populistas nas redes sociais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 295-313, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/42502>. Acesso em: 6 set. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GILSTER P. **Digital literacy**. New York: John Wiley, 1997.

GISBERT, M.; ESTEVE, F. Digital Learners: La competencia digital de los estudiantes universitarios. **La Cuestión Universitaria**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 48-59, 2011. Disponível em: <http://polired.upm.es/index.php/lacuestionuniversitaria/article/view/3359>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GÓMEZ-GARCIA, S.; CARRILLO-VERA, J. A. Newsgames discourse versus fake news and disinformation: media culture and digital literacy. **Prisma Social**, [S. l.], v. 30, n.3, p. 22-46, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-724518>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GONZALES, M. M. P.; CUEVA, M. A. L.; TAFUR, R. D. A. The health network and its participation in the dissemination or containment of fake news and hoaxes related to COVID-19: the case of Lima-Peru. **Chasqui-Revista Latinoamericana De Comunicación**, São Paulo, v. 145, n. 1, p. 89-114, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-1030610>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GRIZZLE, A. **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_000246421. Acesso em: 21 jul. 2022.

GRIZZLE, A. *et al.* **Media and Information Literate Citizens**: Think Critically, Click Wisely!. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377068>. Acesso em 12 abr. 2022.

GRUPO DE TRABALHO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO - COINFOR L
FEBAB. **Manifesto Político sobre Competência em Informação (CoInfo) – 2022**.
Bibliotecário: Profissional Luz. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em:
<http://repositorio.febab.org.br/items/show/6255>. Acesso em: 20 dez. 2022.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 14.ed. Petrópolis:
Vozes, 2013.

HELLER, B.; JACOBI, G.; BORGES, J. Por uma compreensão da desinformação
sob a perspectiva da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49,
n. 2, p. 189-204, 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5196>.
Acesso em: 25 mar. 2022.

HOFFMAN, M.; BLAKE, J. Computer literacy: Today and tomorrow. **Journal of
Computing Sciences in Colleges**, [S. l.], v. 18, n. 5, p. 221-233, 2003. Disponível
em:
https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:GL3JdEyII6MJ:scholar.google.com/+history+of+computer+literacy&hl=pt-PT&as_sdt=0,5&as_vis=1. Acesso em:
20 abr. 2022.

ILOMÄKI, L. et al. Digital competence - an emergent boundary concept for policy and
educational research. **Education and Information Technologies**, [S. l.], v. 21, n.
3, p. 655-679, 2016. Disponível em: [https://link.springer.com/article/10.1007/s10639-](https://link.springer.com/article/10.1007/s10639-014-9346-4)
014-9346-4. Acesso em: 06 ago. 2022.

INTERNATION FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS.
Declaração de Lyon sobre o acesso à informação e desenvolvimento. 2014.
Disponível em: <http://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declarationpt.pdf>.
Acesso em: 13 jan. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND
INSTITUTIONS. **Declaração de Alexandria sobre competência informacional e
aprendizado ao longo da vida**. 2005. Disponível em:
<http://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 20
nov. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND
INSTITUTIONS. **Declaração de Havana: 15 ações de competência em
informação/ALFIN por um trabalho colaborativo e de criação de redes para o
crescimento da competência em informação no contexto dos países
iberoamericanos**. 2012. Disponível em:
[http://www.ifla.org/files/assets/informationliteracy/publications/Declaration/Compet.De](http://www.ifla.org/files/assets/informationliteracy/publications/Declaration/Compet.Declara-de-Havana.2012.Portu-Brasil.pdf)
clara-de-Havana.2012.Portu-Brasil.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND
INSTITUTIONS. **IFLA Statement on digital literacy**. 2017. Disponível em:
<https://www.ifla.org/publications/node/1586>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ITU - The Network for IT Research and Competence in Education, Digital skole hver
dag [Digitalschool every day; in Norwegian]. Oslo: ITU. Retrieved April 20, 2006. 2006

KING, G. Education, digital literacy and democracy: the case of Britain's proposed 'exit' from the European Union (Brexit). **Asia Pacific Education Review**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 285-294, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12564-019-09594-0>. Acesso em 01 ago. 2022.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Version 2.3. Keele: Keele University/School of Computer Science and Mathematics/Software Engineering Group, 2007. 65 p. (EBSE Technical Report. EBSE-2007-01). Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu>. Acesso em 20 jul. 2021.

KUHLTHAU, C. C. **Information Skills for an Information Society**: a review of research. 1987. 35 f. Monografia (Especialização) - Curso de Information Science, Syracuse University, Syracuse, 1987.

KUS, M.; BARCZYSZYN-MADZIARZ, P. Fact-checking initiatives as promoters of media and information literacy: the case of poland. **Central European Journal Of Communication**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 249-265, 2020. Disponível em: <https://cejc.ptks.pl/Volume-13-No-2-26-Special-Issue-2020/Fact-checking-initiatives-as-promoters-of-media-and-information-literacy-The-case-of-Pola>. Acesso em: 01 ago. 2022.

KWANDA, F. A.; LIN, T. T. Fake news practices in Indonesian newsrooms during and after the Palu earthquake: a hierarchy-of-influences approach, **Information. Communication & Society**, [S. l.], v. 23, n. 6, p. 849-866, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369118X.2020.1759669>. Acesso em 01 ago. 2022.

LAZER, D. M. J. *et al.* The science of fake news: addressing fake news requires a multidisciplinary effort. **Science**, [S. l.], v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 09 mar. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323650280_The_science_of_fake_news. Acesso em: 07 jun. 2022.

LEITE, L. R. T.; MATOS, J. C. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: FEBAB, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/918>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MACAGNO, F. Argumentation profiles and the manipulation of common ground. The arguments of populist leaders on Twitter. **Journal of Pragmatics**, [S. l.], v. 191, n. 1, p. 67-28, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378216622000285?via%3Dihub>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MACHADO, C. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, Coimbra, v. 4, n. 7, p. 60-80, 2004. Disponível

em: <https://interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MARANHÃO FILHO, E. M. d. A., COELHO, F. M. F., DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 1-26, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v17n2p65-90>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MARE, A.; MABWEAZARA, H. M.; MOYO, D. Fake News and Cyber-Propaganda in Sub-Saharan Africa: Recentering the Research Agenda. **African Journalism Studies**, [S. l.], v. 40, n. 4, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23743670.2020.1788295>. Acesso em 01 ago. 2022.

MARTZOUKOU, K. Academic libraries in COVID-19: a renewed mission for digital literacy. **Library Management**, [S. l.], v. 42, n. 4/5, p. 266-276, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LM-09-2020-01>. Acesso em 01 ago. 2022.

MARZAL, M. Á. A taxonomic proposal for multiliteracies and their competences. **Profesional de la información**, [S. l.], v. 29, n. 4, 2020. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/82785>. Acesso em: 3 abr. 2021.

MBONA, I.; ELLOF, J. H. P. Classifying social media bots as malicious or benign using semi-supervised machine learning. **Journal Of Cybersecurity**, [S. l.], v. 1, n. 9, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://academic.oup.com/cybersecurity/article/9/1/tyac015/6972135>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MENA, P. Principles and Boundaries of Fact-checking: Journalists’ Perceptions. **Journalism Practice**, [S. l.], v. 13, n. 6, p. 657-672, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17512786.2018.1547655>. Acesso em: 10 set. 2022.

MEZZANOTTE, D. *et al.* Fake news, deepfake and digital sovereignty in times of war. **Focus**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 44-65, 2022.

MICHEL, J. F. *et al.* Challenging Stereotypes with Media and Information Literacy in Mexico. **Medijske Studije**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 68-82, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20901/ms.10.19.4>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MIGUEL, R. de. 47 anos de amor e suspeitas entre o Reino Unido e a União Europeia. **El País**. Madri, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/brexit-a-ilusao-de-uma-volta-aos-tempos-do-imperio/>
<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-31/47-anos-de-amor-e-suspeitas-entre-o-reino-unido-e-a-uniao-europeia.html>. Acesso em: 07 abr. 2023.

MOLINA, M. D. *et al.* “Fake news” is not simply false information: a concept explication and taxonomy of online content. **American Behavioral Scientist**, [S. l.],

v. 65, n. 2, p. 180–212, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0002764219878224>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MOORE, R. C.; HANCOCK, J. T. A digital media literacy intervention for older adults improves resilience to fake news. **Scientific Reports**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-022-08437-0>. Acesso em 01 ago. 2022.

MURAWSKI, M. *et al.* Social Media Information Literacy – What Does It Mean and How Can We Measure It?. In: PAPPAS, I.O. *et al.* (eds). **Digital Transformation for a Sustainable Society in the 21st Century**. Switzerland: Springer, Cham, 2019. NEWMAN, N. *et al.* **Digital News**: report 2021. 10.ed. Oxford: Reuters Institute, 2021. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2021>. Acesso em: 10 abr. 2022.

NICOLINO, M. E. V. P.; CASARIN, H. de C. S. Tendência em competência em informação em bibliotecas universitárias: revisão a partir da base library information science abstracts. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1656>. Acesso em: 03 fev. 2022.

NUNES JUNIOR, E. M. Mídia, fake news e racismo: o punitivismo dos boatos como legitimador da violência. **Revista Brasileira De Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 10–21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1122>. Acesso em: 17 jun. 2022.

NYGREN, T. *et al.* Combatting Visual Fake News with a Professional Fact-Checking Tool in Education in France, Romania, Spain and Sweden. **Information**, [S. l.], v. 12, n. 5, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/info12050201>. Acesso em: 01 ago. 2022.

NYGREN, T.; GUATH, M. Students Evaluating and Corroborating Digital News. **Scandinavian Journal of Educational Research**, [S. l.], v. 66, n. 4, p. 549-565, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00313831.2021.1897876>. Acesso em: 01 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **The Prague Declaration “Towards an Information Literate Society”**. Praga: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech**. Genebra, 2019. 5 p. Disponível em: <https://www.un.org/en/genocideprevention/hate-speech-strategy.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2023.

PANDEY, N. Fake news: a manufactured deception, distortion and disinformation is the new challenge to digital literacy. **Journal of Content, Community & Communication**, Maharajpura, v. 4, n. 8, p. 15-21, 2018, Disponível em: www.doi.org/10.31620/JCCC.12.18/04. Acesso em 01 ago. 2022.

PARISER, E. **The Filter Bubble**: what the Internet is hiding from you. New York: The Penguin Press, 2011.

PATRÍCIO, M. R.; OSÓRIO, A. In: CONFERÊNCIA IBÉRICA EM INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO COM TIC, 4., 2016, Bragança. **Anais eletrônicos[...]**. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2016. p. 175-189. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/13135>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PAULO, R. B.; CASARIN, H. C. S. Segurança no uso e compartilhamento de dados nas redes sociais por estudantes do ensino médio. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 91–113, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29929>. Acesso em: 22 jan. 2023.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. **Tesouro Brasileiro de Ciência da informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014.

POSETTI, J.; MATTHEWS, A. A short guide to the history of 'fake news' and disinformation. **International Center for Journalists**, [S. l.], v. 7, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://www.icfj.org/news/short-guide-history-fake-news-and-disinformation-new-icfj-learning-module>. Acesso em: 8 abr. 2022.

RAQUEL, C. P. *et al.* Scientific ways to confront covid-19 fake news. **Saude&Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902022210601pt>. Acesso em: 18 dez. 2022.

REDDY, P.; SHARMA, B. Digital Literacy: a review of Literature. **International Journal of Technoethics**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 65-94, 2020. Disponível em: <https://www.igi-global.com/gateway/article/full-text-pdf/258971&riu=true>. Acesso em: 30 abr. 2022.

REYERO, E. R.; MARTIN, A. G. Disinformation and infoxication, two "fake synonyms" in the context of the European Commission's information strategy. **Comunicación y Hombre**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 103-117, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-1668059>. Acesso em 01 ago. 2022.

RIDOUT, B. *et al.* Social Media Use by Young People Living in Conflict-Affected Regions of Myanmar. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, [S. l.],

v. 23, n. 2, p. 876-888, 2020. Disponível em:
<https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/cyber.2020.0131>. Acesso em: 18 dez. 2022.

ROMERO-RODRÍGUEZ, L. M.; CONTRERAS-PULIDO, P. PÉREZ-RODRÍGUEZ, A. Media competencies of university professors and students. Comparison of levels in Spain, Portugal, Brazil and Venezuela. **Culture and Education**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 326-368, 2019. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/11356405.2019.1597564?tab=permissions&scroll=top>. Acesso em: 01 ago. 2022.

RUFFO, G. et al. Studying fake news spreading, polarisation dynamics, and manipulation by bots: A tale of networks and language. **Computer Science Review**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 1-26, 2023. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S157401372200065X>. Acesso em: 02 fev. de 2023.

SACHDEVA, P.; TRIPATHI, D. A Critical Education for 21st Century: A study on Youth and Media literacy. **Journal of Content, Community & Communication**, [S. l.], v. 10, n. 5, p. 64-72, 2019. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/345983340_A_Critical_Education_for_21st_Century_A_Study_on_Youth_and_Media_literacy. Acesso em: 18 dez. 2022.

SANTOS, C. R. P. dos; MAURER, C. Potencialidades e limites do fact-checking no combate à desinformação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/57839>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTOS-d'AMORIN, K.; MIRANDA, M. F de O. Informação incorreta, desinformação e má informação: esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 26, p. 01-23, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/76900>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SERRANO, P. **Desinformação**: como os meios de comunicação ocultam o mundo. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

SHABANI, A.; KESHAVARZ, H. Media literacy and the credibility evaluation of social media information: students' use of Instagram, WhatsApp and Telegram. **Global Knowledge, Memory and Communication**, [S. l.], v. 71, n. 6, p. 413-431, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/GKMC-02-2021-0029/full/html?skipTracking=true>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 3.ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SILVA, K. K. A. da; BEHAR, P. A. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698209940>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SISO, R. L. V. Fact checking in times of coronavirus. From pandemic to infodemic. **Journal of Learning Styles**, [S.l.], v. 13, n. 26, p. 61-72, 2020.

TABOSA, H. R.; PINTO, V. B. Caracterização do comportamento de busca e uso de informação na área da saúde: o modelo de ellis aplicado ao estudo do comportamento informacional de pacientes. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 26, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/28583>. Acesso em: 31 jan. 2022.

TANDOC JR; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”. **Digital Journalism**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21670811.2017.1360143>. Acesso em: 06 jun. 2022.

THE ECONOMIST. Art of the lie. **The Economist**, 10 set. 2016. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2016/09/10/art-of-the-lie>. Acesso em: 07 abr. 2023.

THE NATIONAL COMISSION ON EXCELLENCE IN EDUCATION (United States Of America). **A Nation at risk**: the imperative for educational reform. Washington: The Comission, 1983.

THOMPSON, K. **Pánicos morales**. Bernal: EDUNQ, 2014.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; SILVA, T. E. da. Fontes de informação digital: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R. (Org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2021. Cap. 1.

ÜNAL, R.; ÇIÇEKLIOĞLU, A. S. The Function and importance of fact-checking organizations in the era of fake news: teyit.org, an example from Turkey. **Media Studies**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 140-160, 2019. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/226583>. Acesso em: 01 ago. 2022.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Grünwald Declaration on Media Education, Grünwald, 1982. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/theme_media_literacy_grunwald_declaration.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Prague Declaration Towards an Information Literate Society**. Prague, 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Faróis da Sociedade da Informação**: Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida, Alexandria, Egito,

2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Carta de Marília sobre Competência em Informação**. 2014. Disponível em: http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marilia.pdf. Acesso: 15 nov. 2021.

VALADARES, H. de C. F. Fake News e (Des)Informação: reflexões sobre o potencial da Inteligência Artificial e das novas tecnologias de acelerar a erosão da Democracia. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1-29, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/44812>. Acesso em: 12 fev. 2022.

VALVERDE-BERROCOSO, J.; GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, A.; ACEVEDO-BORREGA, J. Desinformación y multialfabetización: una revisión sistemática de la literatura. **Comunicar**, [S. l.], v. 30, n. 70, p. 97-110, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8198772>. Acesso em: 01 ago. 2022.

VIANNA, L.; MENDONÇA, M. T. C. El debate público envenenado y los límites de la regulación estatal: por una alfabetización digital ante el problema de las fake news. *Universitas*. **Cuenca**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 19-40, 2021. Disponível em: <https://universitas.upse.edu.ec/index.php/universitas/article/view/34.2021.01>. Acesso em 01 ago. 2022.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a ciência da informação. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020. 205 p.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, Washington, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap9559>. Acesso em: 18 jul. 2022.

VUORIKARI R. et al. **DigComp 2.0**: The Digital Competence Framework for Citizens. Luxembourg: Publications Office of the European Union. 2016. Disponível em: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC101254>. Acesso: 8 maio 2022.

VUORIKARI R.; KLUZER, S.; PUNIE, Y. **DigComp 2.2**: the Digital Competence Framework for Citizens. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022. Disponível em: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC128415>. Acesso em: 12 abr. 2022.

WALTON, G. Digital Literacy” (DL): Establishing the Boundaries and Identifying the Partners. **Academic Librarianship**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13614533.2015.1137466?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 30 abr. 2022.

WILSON, C. et al. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: Unesco; Uberaba: UFTM, 2013. 194 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Infodemic**. 2021. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1. Acesso em: 17 dez. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Public Health Research Agenda for Managing Infodemics**. Geneva: World Health Organization, 2021. 76 p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240019508>. Acesso em: 04 jul. 2022.

ZURKOWSKI, P. G. **Information services environment relationships and priorities**. Washington: National Commission on Libraries, 1974. Disponível em: <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED100391.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2022.